

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**EDSON SANTOS PIO JÚNIOR**

**A SUDENE DE CELSO FURTADO NA REFORMA DO ESTADO (1959-1964)**

**RIO DE JANEIRO  
FEVEREIRO 2018**

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**EDSON SANTOS PIO JÚNIOR**

**A SUDENE DE CELSO FURTADO NA REFORMA DO ESTADO (1959-1964)**

**Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de mestre em Administração.**

**Orientador Acadêmico: Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley.**

**RIO DE JANEIRO  
FEVEREIRO 2018**

## CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO

P662s      Pio Júnior, Edson Santos.  
              A Sudene de Celso Furtado na reforma do Estado (1959-1964) / Edson  
              Santos Pio Júnior. – 2018.  
              97 f. : il. ; 31 cm.

              Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade do Grande  
              Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais e Aplicadas,  
              Rio de Janeiro, 2018.

              “Orientador: Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley”.  
              Bibliografia: p. 63-65.

              1. Administração. 2. Administração pública. 3. SUDENE. I. Wanderley,  
              Sergio Eduardo de Pinho Velho. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José  
              de Souza Herdy”. III. Título.

CDD - 658

Edson Santos Pio Junior

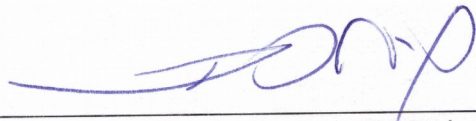
"A SUDENE de Celso Furtado na Reforma do Estado".

Dissertação apresentada à  
Universidade do Grande Rio  
"Prof. José de Souza Herdy",  
como parte dos requisitos  
parciais para obtenção do grau  
de Mestre em Administração.

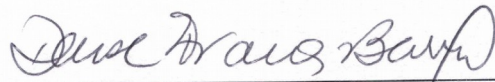
Área de Concentração: Gestão  
Organizacional

Aprovado em 20 de fevereiro de 2018.

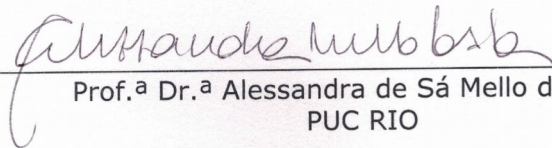
Banca Examinadora



Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley  
UNIGRANRIO



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Franca Barros  
UNIGRANRIO



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra de Sá Mello da Costa  
PUC RIO

*Para minha mãe Saraidé Viana Louisa*

*Para minha mãe Saraíde Vita Jovita*

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças e coragem para superar as vicissitudes do caminho.

À Unigranrio, seu corpo docente, direção e administração pela oportunidade de alargar meus horizontes.

Ao meu orientador Sergio Wanderley, pelo suporte, confiança, correções e incentivos.

À minha mãe, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus amigos Paulo Ramos e Rogério Seixas, pela amizade, confiança e apoio indispensáveis.

Aos meus amigos do Mestrado, pelos dias de lutas e alegrias durante a caminhada.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha conquista, o meu singelo obrigado.

*“Pisarei de cabeça erguida no limiar do amanhã.  
Desvencilhei-me do passado. Meu compromisso é o futuro.  
Rasguei a carta fajuta da moral hipócrita, quebrei os ídolos de barro.  
Esmaguei sob os pés os dogmas da crença e da descrença.  
Não busco a verdade nos mitos: encontrei-a em mim mesmo.*

*Bebo o vinho da vida sem pedir licença.  
Lavo a face da Terra com a água da verdade.  
O fingimento, a mentira, a adulação, a perfídia provocam-me náuseas.  
Quero o mundo como ele é, a vida como ela é.  
Quero olhar para a face de Deus como a águia olha para o Sol.*

*Ninguém é responsável por mim, ninguém me salva.  
Deus emancipou-me na minha liberdade e os temores do passado eu mesmo os sepelei.  
Não é orgulho saber que sou livre e posso conquistar o Cosmos.  
Minha humildade consiste em reconhecer os meus limites.  
Não nasci para ser escravo: a vida é liberdade.*

*Jogo no presente tudo o que possuo e ganho no futuro.  
Descobri que não sou frágil e não morro: sou imortal.  
Meu avô falhou, meu pai falhou, eu mesmo falhei porque tínhamos a vida.  
Mas agora amo a vida e sei que viverei através dos milênios.  
Meus limites se alargam na proporção em que avanço.*

*A Razão é a minha bússola, a Verdade o meu norte.  
Construirei o meu mundo, o mundo do meu tempo, e o tempo renovado renovará o mundo.  
Fui velho na juventude, serei jovem na velhice.  
Que importa se o corpo envelhece?  
Ninguém deterá os meus passos e farei da morte um novo salto para as constelações.*

*Saltarei feliz sobre as galáxias do amanhã.  
Não troquei o confessor pelo psicanalista, nem a moral pela libertinagem.  
Tenho uma estrela no fronte e sou vestal do meu fogo sagrado.  
Quem apagará a labareda das minhas certezas?  
Quem guiará os meus passos além da minha consciência?*

*Aos que me odeiam, respondo com uma palavra: amor!  
Aos que me acusam, respondo com a piedade.  
Aos que tentam escravizar-me, ajudo-os a se libertarem.  
Minha consciência é o Tribunal de Deus.  
Só Ele me julga.”*

José Herculano Pires (1914-1979)

## RESUMO

A administração pública brasileira foi marcada por três grandes reformas: a patrimonialista, a burocrática e a gerencialista. As reformas acontecem com finalidades diversas, deixando nas instituições as suas próprias marcas, seja para melhoria de suas capacidades estratégicas, estruturais ou operacionais por toda a nação. Viabilizam-se por vezes, grandes projetos de destaque nacional, tal como foi a Sudene de Celso Monteiro Furtado. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), Furtado idealizou e projetou a Sudene, órgão em que colocaria em prática as suas teorias. Coube a ele, elaborar a estratégia de atuação do órgão, que foi definida inteiramente a partir do relatório apresentado em sua obra *A operação Nordeste*, de 1959. Muitos estudiosos costumam se referir a Sudene de Furtado (1959-1964), como sendo um ponto de referência, cuja natureza renovadora destaca-se na administração pública e por este motivo deve ser cuidadosamente estudada. Para Furtado, a Sudene representava mais do que um órgão, ou de acordo com as suas palavras: “o projeto tinha como objetivo a construção de um país decente” (FURTADO, 2011, p. 69). Devido a vastidão documental e a ampla obra deixada por Furtado acerca do assunto, este estudo tem o objetivo de discutir e investigar o papel da Sudene na Reforma do Estado a partir da perspectiva de Celso Furtado, visando esclarecer o seguinte questionamento: O que representa a Sudene de Celso Furtado para a Reforma do Estado? Para este fim, dividimos nossa análise de dados em quatro subseções principais e outras quatro delas derivadas, objetivando realizar a análise, consolidar explicações, promover a discussão, para por fim, compreender. Estando essas bases bem colocadas, é que iniciaremos nossa discussão de pesquisa histórica sobre a Sudene de Celso Furtado na reforma do Estado (1959-1964).

**Palavras-chave:** Estado, Furtado, Nordeste, Reforma, Sudene.



## ABSTRACT

The Brazilian public administration was marked by three major reforms: patrimonialist, bureaucratic and managerial. Reforms happen for a variety of purposes, leaving institutions with their own brands, whether for improving their strategic, structural or operational capabilities across the nation. Sometimes large projects of national prominence are possible, as was Sudene by Celso Monteiro Furtado. During the government of Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), Furtado idealized and projected the Sudene, organ in which would put in practice his theories. It was up to him to elaborate the agency's strategy of action, which was defined entirely from the report presented in his 1959 Northeast operation. Many scholars refer to Furtado's Sudene (1959-1964) as a point the renewal nature of which stands out in the public administration and for this reason must be carefully studied. For Furtado, Sudene represented more than one organ, or according to his words: "the project aimed at building a decent country" (FURTADO, 2011, 69). Due to the vastness of the documents and the wide work left by Furtado on the subject, this study aims to discuss and investigate the role of Sudene in the State Reform from the perspective of Celso Furtado, in order to clarify the following question: What represents the Sudene by Celso Furtado for the State Reform? To this end, we divide our data analysis into four main subsections and four other sub-sections derived, aiming to perform the analysis, consolidate explanations, promote the discussion, and ultimately understand. With these bases in place, we will begin our discussion of historical research on the Sudene of Celso Furtado in the reform of the State (1959-1964).

**Keywords:** State, Furtado, Northeast, Reform, Sudene.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	América Latina
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CENTRO	Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento
CEPA	Comissão de Estudos e Projetos Administrativos
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMBEU	Comissão Mista Brasil-EUA
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODENO	Conselho de desenvolvimento do Nordeste
CONDEL	Conselho Deliberativo
CONDESE	Construção de Desenvolvimento do Sergipe
COSB	Comissão de Simplificação Burocrática
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EnANPAD	Encontros Anuais da Associação Nacional dos Programa de Pós-Graduação
EnAPG	Encontros da Administração Pública e Governança
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização Pan-Americana
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Os Três Posicionamentos da Perspectiva Histórica em Administração .....	20
<b>Quadro 2</b> – Os Dois Problemas Conceituais de Uso da História .....	24
<b>Quadro 3</b> – Teorizações (do Centro) da Pesquisa Histórica em Administração .....	25
<b>Quadro 4</b> – As pesquisas históricas em administração na atualidade .....	27
<b>Quadro 5</b> – Detalhes das Atas do ano de 1959 .....	66
<b>Quadro 6</b> – Detalhes das Atas do ano de 1960 .....	67
<b>Quadro 7</b> – Detalhes das Atas do ano de 1961 .....	69
<b>Quadro 8</b> – Detalhes das Atas do ano de 1962 .....	71
<b>Quadro 9</b> – Detalhes das Atas do ano de 1963 .....	72
<b>Quadro 10</b> – Detalhes das Atas do ano de 1964 .....	74
<b>Quadro 11</b> – Sessões e Participantes do ano de 1959 .....	75
<b>Quadro 12</b> – Sessões e Participantes do ano de 1960 .....	79
<b>Quadro 13</b> – Sessões e Participantes do ano de 1961 .....	81
<b>Quadro 14</b> – Sessões e Participantes do ano de 1962 .....	88
<b>Quadro 15</b> – Sessões e Participantes do ano de 1963.....	92
<b>Quadro 16</b> – Sessões e Participantes do ano de 1964.....	96

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Disparidade de renda por região.....	44
--	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	9
<b>2.1 A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA</b> .....	9
<b>2.2 A PESQUISA HISTÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO</b> .....	16
<b>2.2.1 – A PESQUISA HISTÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO NO “BRASIL”</b> .....	16
<b>2.2.2 – A PESQUISA HISTÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO NO “CENTRO”</b> .....	22
<b>3. ABORDAGEM METODOLÓGICA</b> .....	26
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	30
<b>4.1 A REFORMA DO ESTADO NO PERÍODO PRÉ-SUDENE</b> .....	30
<b>4.1.1 A PARTICIPAÇÃO DA CEPAL E DE CELSO FURTADO</b> .....	32
<b>4.2 O CODENO E A OPERAÇÃO NORDESTE</b> .....	38
<b>4.3 O PROJETO SUDENE</b> .....	46
<b>4.3.1 A APROVAÇÃO E A POSSE</b> .....	49
<b>4.3.2 A ALIANÇA PARA O PROGRESSO</b> .....	51
<b>4.4 A SUDENE NA REFORMA DO ESTADO</b> .....	53
<b>4.4.1 AS REUNIÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE DE CELSO FURTADO E A REFORMA INTERROMPIDA</b> .....	59
<b>5. CONCLUSÕES</b> .....	60
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	63
<b>APÊNDICE A</b> .....	66
<b>ANEXO 1</b> .....	75

## 1. Introdução

A administração pública brasileira foi marcada por três grandes reformas: a patrimonialista, a burocrática e a gerencialista. Essas reformas, posicionadas em determinados espaços de tempo da história nacional se sucederam e se entrelaçaram, sendo responsáveis pelas modificações realizadas em estruturas administrativas e institucionais dos aparelhos do Estado. Reformas acontecem com finalidades diversas, deixando nas instituições as suas próprias marcas, seja para melhoria de suas capacidades estratégicas, estruturais ou operacionais por toda a nação (LUSTOSA, 2008).

A realidade nacional não sendo algo imutável, tem sofrido ao longo das décadas profundas transformações ao incorporar instituições, sobretudo na esfera do Estado a fim de modernizá-lo (LUSTOSA, 2008). Viabilizam-se por vezes, grandes projetos de destaque nacional, tal como foi o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) instituído em 1938, sendo ainda muito pesquisado enquanto exemplo para a reforma da administração e de melhoramento da máquina pública (TAVARES, 2004).

Grandes intérpretes brasileiros, têm salientado que nossa formação histórica guarda as raízes de nosso subdesenvolvimento, ou seja, do atraso e da dependência ou pouca inserção competitiva no mercado mundial. Ao longo da história essas particularidades constituem a maneira de proceder e ser das nossas instituições (LUSTOSA, 2009). Dentre os grandes intérpretes, notabilizou-se o economista Celso Monteiro Furtado, idealizador da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), órgão cuja pretensão seria a de pelo seu exemplo renovar, ou até mesmo, reformar a maneira de ser e de proceder das instituições públicas (CENTRO, 2009).

Furtado, natural do sertão paraibano, formado em direito na antiga Universidade do Brasil e doutor em economia pela Universidade de Paris-Sorbonne, ficaria conhecido mundialmente pelos seus estudos acerca do subdesenvolvimento dos países da América Latina no pós-guerra, principalmente sobre o Brasil (WANDERLEY, 2018).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), Furtado idealizou e projetou a Sudene, órgão em que colocaria em prática as suas teorias (WANDERLEY, 2016). Coube a Celso Furtado, elaborar a estratégia de atuação do órgão, que foi definida inteiramente a partir do relatório apresentado em sua obra *A operação Nordeste*, de 1959 (SUDENE, 2018).

Instituída pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, caberia à Sudene a tarefa de intervir e reformar o Nordeste, a fim de promover o desenvolvimento da região. Sua criação, derivou da percepção de que, apesar do processo de industrialização inerente às políticas de desenvolvimento da década de 1950, aumentavam as diferenças entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. Tornava-se necessária, uma intervenção mais direta na região, que fosse guiada e planejada, e

que também conduzisse ao desenvolvimento. Sua área de atuação ficaria delimitada aos estados do: Alagoas, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Bahia e parte do território de Minas Gerais (SUDENE, 2018).

Após o golpe de 1964, a Sudene foi incorporada ao novo Ministério do Interior, e sua autonomia, seus recursos e objetivos foram enfraquecidos e deturpados. A instituição acabou fechada em maio de 2001, por conta de denúncias de que estava favorecendo clientelas, sendo somente reaberta em 3 de janeiro de 2007, com a nova missão de promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável de sua área de atuação, assim como a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional (SUDENE, 2018).

Muitos estudiosos costumam se referir a Sudene de Furtado (1959-1964), como sendo um ponto de referência, cuja natureza renovadora destaca-se na administração pública e por este motivo deve ser cuidadosamente estudada. Destaca Iglesias, que “a pretensão de Furtado de construir a Sudene como um órgão de natureza renovadora atingiu seu objetivo” (IGLESIAS, 2014, p. 14), e que “na história dos serviços públicos no Brasil, a Sudene é caso excepcional e se recomenda pela lucidez do projeto e pela seriedade dos agentes executivos em seu primeiro momento... a gestão de Celso Furtado na Sudene é talvez a página mais expressiva de um organismo administrativo entre nós” (IGLESIAS, 2014, p. 14).

Para Furtado, a Sudene representava mais do que um órgão, ou de acordo com as suas palavras: “o projeto tinha como objetivo a construção de um país decente” (FURTADO, 2011, p. 69). Passados 54 anos, as áreas da economia, da administração e da história continuam encontrando na Sudene furtadiana amplo manancial de documentos históricos adequados às mais variadas pesquisas, que buscam as respostas para se construir um país melhor, o que de certo modo coloca essa discussão dentro da atualidade do Estado brasileiro.

A influência de Furtado na área da administração foi demonstrada em uma recente revisão das citações de artigos, apresentados nos dois congressos de maior importância da área, em que Furtado apareceu na segunda posição, ficando atrás somente de Guerreiro Ramos (WANDERLEY, 2016). A revisão, apresentada em artigos publicados nos Encontros Anuais da Associação Nacional dos Programa de Pós-Graduação (EnANPAD) e nos Encontros da Administração Pública e Governança (EnAPG), teve como base o total de citações do pensamento social brasileiro sobre os intérpretes do Brasil (MARTINS et al., 2013).

Somente o acervo referente à Sudene dirigida por Furtado possui cerca de 7 mil documentos, desde seu primeiro encontro com o presidente Juscelino Kubitschek em 1958, até o golpe militar de 1964 (LIMA, 2011). Sendo este, outro motivo pelo qual a Sudene tem levantado interesses como objeto de estudo por diferentes áreas.

Devido a vastidão documental e a ampla obra deixada por Furtado acerca do assunto, é que abraçamos o objetivo de discutir e investigar o papel da Sudene na Reforma do Estado a partir da perspectiva de Celso Furtado (1959-1964), visando esclarecer o seguinte questionamento: O que representa a Sudene de Celso Furtado para a Reforma do Estado?

Buscando respostas, iniciamos nossa discussão a partir do período pré-Sudene (1930-1958), realizando um breve resgate histórico do contexto político-econômico da visão do Estado sobre o Nordeste durante as décadas de 1930 e 1940. Posteriormente, discutiremos as reformas realizadas nos governos Vargas e JK, e também a importância do Conselho de desenvolvimento do Nordeste (CODENO), da Operação Nordeste e de outros acontecimentos históricos que viabilizaram a realização do projeto da Sudene, assim como, os detalhes das reuniões e a reforma interrompida.

Nosso referencial teórico, objetiva contextualizar os diferentes movimentos da História, da historiografia e do papel do historiador no século passado. Para isso, o dividimos em duas subseções principais, sendo a primeira dedicada exclusivamente a uma introdução a condição histórica, enquanto que a segunda subseção objetiva consolidar o panorama da pesquisa histórica em administração no Brasil e no Centro.

Quanto a análise dos dados, apoiada por uma abordagem metodológica blochiana, busca as nuances históricas, as comparações e semelhanças na bibliografia básica de Furtado, em artigos, livros seminais, bases de dados da internet e documentos diversos de pensadores da administração de outras áreas. Destaca-se que boa parte do que constitui esse estudo, é de material utilizado e escrito pelo próprio Furtado, porém ainda pouco explorado na área de administração, por se tratarem de publicações inéditas realizadas pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento nos últimos anos.

Remetendo-nos ao nosso parágrafo inicial, observaremos com maior profundidade esse período tão importante para a administração pública brasileira, no qual aconteceram diversas reformas do Estado e que resultaram em inúmeras modificações nas estruturas administrativas e institucionais de seus aparelhos. Imbuídos de um espírito pesquisador que almeja compreender, buscamos através da metodologia blochiana, observar e analisar os dados levantados sobre a Sudene de Furtado. Para este fim, dividimos nossa análise de dados em quatro subseções principais e outras quatro delas derivadas, com o fim de realizar a análise dos dados, consolidar observações e explicações, promover a discussão e por fim, compreender. Estando essas bases bem colocadas, é que iniciamos nossa discussão de pesquisa histórica sobre a Sudene de Celso Furtado na reforma do Estado (1959-1964).



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao organizarmos este referencial teórico, objetivamos contextualizar em um primeiro momento os diversos movimentos da História, da historiografia e do papel do historiador no século XX. Iniciamos nossa discussão apresentando a conceituação de História, que nesse referencial a utilizamos em sua mais alta significação, isto é, orientando-se por ela não somente em sua acepção geral de narrativa dos acontecimentos, mas também abrangendo a dualidade de sua temporalidade proposta pela perspectiva histórica em administração, tratando também da prática historiográfica e da atuação do historiador ao longo do tempo.

Sendo assim, nosso referencial se encontra dividido em duas subseções principais, sendo a primeira dedicada exclusivamente a uma introdução a condição histórica, da qual nos servimos de pensadores como Marc Bloch, Peter Burke, J.B.S Haldane, Thomas Kuhn, Seeley, Clausewitz e Fábio Vizeu.

A segunda subseção objetiva consolidar o panorama da pesquisa histórica em administração no Brasil e no Centro. Os trabalhos publicados por pesquisadores brasileiros como: Bacellar, Fischer, Pieranti, Sergio Wanderley, Isabela Curado, Alessandra Costa, Denise Barros e Martins, consolidam nossa lente teórica do pensamento administrativo brasileiro, enquanto que as importantes contribuições de pensadores como Behlül Üsdiken, Alfred Kieser, Charles Booth, Michael Rowlinson, Weatherbee e Stoler formam a conjuntura da pesquisa histórica em administração a partir do Centro.

### 2.1 A História e a Historiografia

A História não é somente uma ciência do passado, mas também a ciência dos homens no tempo. O tempo é uma palavra que se defini por si mesma, sendo apenas a sucessão das coisas que transitam através dos séculos. Já a “história é uma palavra velhíssima, tão velha que houve aqueles que se cansaram dela ao ponto de quererem riscá-la da própria história, fato que não ocorreu graças a guarida a ela dada pelos sociólogos da escola de Durkheim” (BLOCH, 1965, p.24).

Os homens transitam pelos séculos e segundo um antigo ensinamento árabe, eles muitas vezes se parecem mais com a sua época do que com seus próprios pais, anunciando muitas vezes tendências ou expondo sentimentos e expectativas. No século passado, o historiador francês Marc Bloch inaugurou uma nova noção de história, a história como um “problema” e não somente a ciência do passado. Em sua visão, o passado não poderia ser objeto de ciência, e sim, talvez a “ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo”. (BLOCH, 1997 apud LILIA MORITZ,

1997, p.7)

Atento aos problemas de sua própria época, que remontam ao período em que a humanidade encontrava-se flagelada pela Primeira Grande Guerra, Bloch optou por aprofundar-se em história medieval. Foi na Universidade de Estrasburgo, que o historiador francês começou a questionar conceitos preestabelecidos e a noção de história como “problema”, surgiria expressa. Passados alguns anos após a primeira guerra, Estrasburgo encontrava-se recém-desanexada da Alemanha, apresentando um ambiente renovado e aberto para intercâmbio entre ideias e disciplinas. A cidade converter-se-ia em uma espécie de vitrine do intelecto francês diante do mundo germânico, momento que Bloch saberia muito bem aproveitar. (BLOCH, 1997 apud LILIA MORITZ, 1997, p.8)

Após ter lutado na primeira Grande Guerra, Bloch retornou para casa em 15 de novembro de 1914. Encontrava-se doente e ferido o suficiente para ser colocado em retaguarda. Entretanto, o período de repouso serviu para dar forma escrita às suas próprias memórias, sendo assim passou longo tempo esboçando uma série de temas que foram transformados em livros a partir de 1940. (BLOCH, 1997 apud LILIA MORITZ, 1997, p.9). Durante a segunda Grande Guerra, fora capturado, torturado e depois fuzilado pela polícia secreta alemã no dia 16 de julho de 1944, em *Saint-Didier-de-Formans*, próximo a Lyon. Isso se deu, por causa de sua participação na Resistência francesa. (BLOCH, 1997 apud LILIA MORITZ, 1997, p.11)

Frente a este cenário, inspirados também pela trajetória blochiana, guardamos em nosso referencial a palavra “história” em sua mais alta significação, isto é, compreendendo que ela, a palavra “história”, não proíbe nenhum direcionamento de pesquisa. É tarefa do pensar histórico refletir sobre a temporalidade das várias fases da humanidade; eis aqui uma das especificidades da história, constituída como saber (BLOCH, 1965).

Defendia o pensador britânico J.B.S Haldane que tudo no mundo possui a sua própria história (HALDANE, 2005). Nesse sentido, destaca Bloch que há, por exemplo, uma história do sistema solar, pois que os astros que o constituem não foram sempre como os vemos hoje, sendo objeto de estudo da astronomia. Segundo o pensador, existe também uma história das erupções vulcânicas que é do maior interesse para a física do globo (BLOCH, 1965).

Se os homens e mulheres da história efetiva apresentam-se com várias formas de experienciar o tempo, a tarefa da história é apreender essas formas de acordo com as épocas, períodos, grupos sociais, etc. Ela tem consciência de que é sua tarefa configurar, com o atestado das evidências documentais, as várias temporalidades vividas pelo ser humano através da efetividade histórica (BLOCH, 1965).

Não sendo a história somente a ciência do passado, afirmar que se trata da ciência dos

homens pode ser considerado algo vago. Sobre este ponto, torna-se indispensável acrescentar a questão “dos homens no tempo” (BLOCH, 1965, p.29). Para a maioria das ciências, o tempo não é outra coisa senão uma medida, mas para o historiador não existe a possibilidade de se abstrair dele, visto que o tempo na história é “o próprio plasma em que se banham os fenômenos e o lugar de sua intangibilidade” (BLOCH, 1965, p.30).

A questão em torno do tempo, indubitavelmente se apresenta em diferentes campo do saber, como o da filosofia, da história e da física. Ao mesmo tempo, a temática do tempo nos conduz à própria representação da existência humana. Transitando pelos segundos, pelos dias, pelos anos e séculos, o tempo apresenta simultaneamente uma natureza de contínua e perpétua mudança (BLOCH, 1965). Da antítese destes dois atributos é que procedem os grandes problemas da investigação histórica, desde as histórias mais antigas que podem ser consideradas como necessárias ou supérfluas, assim como também ocorre com as mais recentes (BLOCH, 1965).

Os problemas da investigação histórica, tendo sido levantados pela revolução francesa da historiografia do século XX, revelou na figura do historiador a imagem de juiz do passado a quem sempre coube regulamentar a confusa realidade histórica. Essa revolução teve como ponto de partida o movimento historiográfico ocorrido em 1929 na Escola de Annales. Quando a criaram, os franceses Marc Bloch e Lucien Febvre tinham por objetivo o enriquecimento da história, aproximando-a da inovação das ciências vizinhas contemporâneas, atendendo a necessidade de se fazer uma outra história, que fosse mais abrangente e totalizante (BURKE, 1992).

Destaca Burke, que em nossa atualidade, a história não é heróica ou anti-heróica, o que exige alguma diversificação, já que nas últimas décadas os interesses dos historiadores deslocaram-se, passando do ponto de vista da alta política para a história do ponto de vista da sociedade, ou seja, para o da cultura popular que evita o modelo triunfalista de se escrever o passado (BURKE, 1992).

No entanto, escapa ao historiador uma possibilidade material, que é a de não poder em absoluto, e por definição, observar os fatos aos quais dedica os seus estudos (BLOCH, 1965). Nenhum historiador do Egito antigo viu Ramsés II e seu embate com o libertador dos Hebreus, assim como nenhum historiador das guerras napoleônicas escutou os canhões da batalha de Austerlitz. Esta dificuldade, também foi percebida pelo pensador estadunidense Thomas Kunn em sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* de 1962. Defende Kunn, que o historiador possui duas missões: a primeira é a de determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei específica contemporânea foi descoberta ou inventada, enquanto que a segunda é a de descrever e elucidar os amontoados de erros, superstições e mitos que entravaram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes dos modernos textos científicos (KUNN, 1996).

Esclarece Kunn, que descrever e elucidar os erros é a opção mais acertada para todo historiador, e portanto a que deve ser escolhida. Entretanto, também esta escolha dá margens a profundas dúvidas sobre o processo acumulativo histórico tradicional, pois a mesma pesquisa histórica mostrará dificuldades para isolar o que foi inventado do que se apresenta de fato como uma descoberta individual histórica (KUNN, 1996).

Peter Burke na obra *A Escrita da História: Novas Perspectivas*, encara a história como um universo que se expande e se fragmenta, necessitando gradualmente de orientação. Exemplos como: História Mundial, História Nacional, História Regional, História Social, História Econômica, História Política dentre outras são alguns desses fragmentos que se dividiram entre a antiga e a nova história. (BURKE, 1992).

Defende Burke, que a Nova História se apresenta como a própria história escrita, porém com uma diferenciação importante, que é a de ter essa escrita uma proposta de reação (BURKE, 1992). Nesse universo, questiona Burke o quanto a chamada nova história é de fato nova, ou se seria ela apenas “um modismo temporário ou uma tendência de longo prazo” (BURKE, 1992, p.9). Nem modismo, nem tendência de longo prazo, para Burke (1992) trata-se de uma reação deliberada contra o paradigma tradicional.

A Nova História, também ficou bem conhecida na França, tendo sido o título de uma coleção de ensaios publicados em 1978 pelo historiador francês Jacques Le Goff. Ela apareceria como uma nova perspectiva de leitura historiográfica *made in France*, sendo também associada à Escola dos Annales e apresentada na revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* (BURKE, 1992).

Para os annales, importava o princípio de uma história total, visto que até o modo de fazer história tem a sua história, pois tudo tem um passado que pode ser reconstruído e relacionado. (BURKE, 1992). Esclarece Burke (1992), que é a partir desta perspectiva totalizante, e trabalhando em prol da clareza e da simplicidade que a nova história em contraste com a antiga, pode ser resumida em seis fases distintas:

- 1ª - O paradigma tradicional da história que diz respeito essencialmente às questões políticas;
- 2ª - A história pensada essencialmente como uma narrativa dos acontecimentos;
- 3ª - A história a partir de uma visão de cima, concentrada nos grandes feitos dos homens;
- 4ª - A história baseada em documentos;
- 5ª - A história baseada em um modelo que parte de uma variedade de questionamentos;
- 6ª - A história objetiva, apresentando os fatos como eles realmente aconteceram (BURKE, 1992).

A primeira fase, ainda tem sido considerada com muita frequência como a maneira mais apropriada de se fazer história, pois o paradigma tradicional refere-se muitas vezes a história como sendo essencialmente política. No século XIX, o historiador britânico John Robert Seeley ficaria conhecido por defender a “história como sendo a política passada, e a política como sendo a história do presente” em sua obra-prima de estudos sobre história e política intitulada *The Expansion of England* (SEELEY, 1883, p.163).

O paradigma tradicional refere-se a política que foi admitida como sendo a própria história, visto que este abrange mais as questões nacionais e internacionais, podendo ser relacionado exclusivamente ao Estado. Todavia, essa história politizada não incluía a história da Igreja enquanto instituição e sua influência (BURKE, 1992, p.8).

A história tratada essencialmente como política era a “continuação da política por outro meio”. Qual seria esse meio? A guerra, segundo o historiador militar Karl Von Clausewitz, que em seu tratado sobre arte militar defendia que: “a guerra não é um fenômeno independente, mas a continuação da política através de meios diferentes” (CLAUSEWITZ, 1984, p.6).

Outros tipos de história não seriam, no entanto, excluídos do paradigma tradicional. A história da arte, a história da ciência e outras foram marginalizadas no sentido de serem apenas periféricas aos interesses daqueles que se intitulavam os verdadeiros historiadores. A Nova História, começaria a se interessar por toda a história humana, e o que era algo imutável a partir da perspectiva tradicional, passaria a ser encarado a partir de então como uma “construção cultural”, sujeita a variâncias tanto no tempo e no espaço em que se encontram inseridas (BURKE, 1992, p.11).

A partir da nova história, através do compartilhamento de ideias entre historiadores e antropólogos, expressa-se um relativismo cultural que acaba com a tradicional distinção entre o que é percebido como tema central e o que é percebido como periférico na história humana (BURKE, 1992, p.12). Pode-se descrever este relativismo cultural, enquanto uma perspectiva antropológica que vê diferentes culturas de forma livre de etnocentrismo, o que significa dizer sem julgar o outro a partir de sua própria visão e experiência. Como conceito científico, o relativismo cultural pressupõe que o investigador tenha uma visão neutra diante de hábitos, crenças e comportamentos que a princípio lhe parecem estranhos, que resultam em choque cultural. Além disso a base filosófica proposta pela nova história expressa a ideia de que toda realidade é culturalmente e socialmente construída em sua totalidade (BURKE, 1992).

A posição filosófica pós-moderna, recusa as metanarrativas históricas e os metadiscursos. Um pensador, como Michel Foucault, em sua *Arqueologia do Saber*, questiona a totalização, campo comum a história. A busca pela descontinuidade deve se tornar uma operação deliberada por parte

do historiador, propondo o surgimento de séries diferentes de experiências, com suas próprias histórias. Foucault ressalta ainda que só assim o historiador está apto a “distinguir os níveis possíveis da análise, os métodos que são adequados a cada um, e as periodizações que lhes convêm” (FOUCAULT, 2008, p.10). Através do compartilhamento de ideias entre historiadores e antropólogos, esse relativismo acaba com a tradicional distinção entre o que é percebido como tema central e o que é percebido como periférico na história humana (BURKE, 1992).

A segunda fase, abrange o contraste da nova história com a antiga, e também a questão da mera narrativa dos acontecimentos. Enquanto que a abordagem da análise das estruturas é essencial para a nova história, a antiga se preocupa apenas com uma história baseada em eventos, ou seja, em meros acontecimentos (BURKE, 1992). De acordo com Burke, o conhecido historiador francês dos *Annales*, Fernand Braudel, rejeita a história baseada em eventos em sua obra de dois volumes intitulada *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, quando refere-se a ela como sendo “uma simples espuma nas ondas do mar da história”, já que o que realmente importa são as mudanças de longo prazo e as de muito longo prazo (BURKE, 1992, p.12).

Nesta segunda fase, surge a proposta de renascimento da narrativa, já que nela os historiadores estruturais da nova perspectiva demonstram que a narrativa tradicional despreza aspectos importantes do passado. Isso ocorre, porque muitas vezes apenas enfatiza as decisões e feitos históricos de líderes políticos, não proporcionando uma linha clara à história e se concentrando apenas em narrativas de acontecimentos (BURKE, 1992).

Os que defendem a história como mera narrativa de acontecimentos, argumentam que a análise do ponto de vista das estruturas é estática, tendo o seu sentido um caráter não-histórico. Entretanto, a obra de Fernand Braudel referida anteriormente, encontra espaço tanto para estruturas quanto para acontecimentos, não sendo por isso um exemplo exclusivo de história estrutural (BURKE, 1992). A perspectiva estrutural e a da narrativa dos acontecimentos, diferem não apenas na escolha do passado que é significativo para cada uma, mas também na maneira pela qual será feita a explicação histórica.

Os historiadores da perspectiva tradicional em geral, exprimem suas explicações em termos de caráter e preferências individuais. Descreve Burke, uma dessas explicações como sendo algo como: “as ordens chegaram tarde de Madri, porque Filipe II não conseguia decidir o que fazer”, ou ainda “a janela quebrou porque Brown atirou nela uma pedra” (BURKE, 1992, p.332). Do outro lado, os historiadores estruturais preferem as explicações que contêm e tomam forma: “a janela quebrou porque o vidro era frágil”, ou “as ordens chegaram tarde de Madri porque os navios do século dezesseis demoravam várias semanas para cruzar o Mediterrâneo” (BURKE, 1992, p.332). É assim que os historiadores tradicionais pensam na história, como sendo essencialmente uma

narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas.

A terceira fase trabalha a história a partir de uma visão superior, concentrando-se nos grandes feitos realizados por homens que em geral são generais, estadistas ou eclesiásticos. Do ponto de vista da narrativa tradicional, ao resto da humanidade comum foi delegada um papel secundário no drama histórico. Como exemplo de integrante da humanidade comum, pode-se citar a rebelião russa camponesa liderada por Ivanovich Pugachev. Enquanto o escritor Alexander Pushkin trabalhava em uma obra baseada na história da rebelião, o czar Nicolau deixou claro que “tal homem não tem história” (BURKE, 1992, p.12).

Nesta terceira fase, novos pesquisadores têm tido a preocupação em trabalhar a história não de uma perspectiva tradicional vista de cima, mas com a opinião das pessoas comuns, isto é, a partir de uma história vista de baixo, cuja preocupação gira em torno das experiências comuns para mudança social. O que já ocorre por exemplo com os historiadores da Igreja, cujos estudos já abrangem ambas as visões da história, tanto a de cima, como a de baixo (BURKE, 1992).

A quarta fase, segundo o paradigma tradicional entende que toda história deve ser baseada no uso de documentos. A nova história percebe as limitações desse tipo de abordagem ao examinar um maior número de evidências. Segundo Burke, Leopold von Ranke notou a limitação de fontes meramente narrativas e da ênfase exagerada de basear a história apenas em registros oficiais disponibilizados e preservados pelo governo. Registros oficiais, expressam em geral somente o ponto de vista oficial ao reconstruir atitudes rebeldes, necessitando serem suplementados por novas fontes (BURKE, 1992).

A quinta fase considera uma história baseada em um modelo a partir de uma variedade de questionamentos. Esclarece Burke (1992), que esse modelo de explicação apoia-se no paradigma tradicional enunciado pelo filósofo e historiador britânico Robin George Collingwood, sendo limitado no tocante a avaliação da variedade dos questionamentos disponíveis que podem ser feitos pelos historiadores. Estes últimos, em geral se preocupam com muitos “movimentos coletivos, quanto com ações individuais, tanto com tendências, quanto com acontecimentos” (BURKE, 1992, p.14).

A última e sexta fase, apoia-se numa história objetiva em que os fatos são apresentados como realmente eles ocorreram. O paradigma tradicional defende que a história é por si mesma objetiva e a única tarefa que cabe ao historiador é a apresentação de tais fatos. A história nova, pelo contrário, defende a irrealidade desse cenário, visto que não é possível olhar o passado em sua plenitude sem se isentar do ponto de vista atual (BURKE, 1992).

Por fim, a partir de todas essas perspectivas históricas, historiográficas e em relação ao papel do historiador, ressalta Vizeu (2007), que a incorporação da abordagem histórica pela administração, pode contribuir para o avanço na análise do fenômeno administrativo, por meio do enriquecimento e da ampliação das pesquisas, tanto por meio da adoção de um quadro teórico-conceitual constituído a partir da análise histórica quanto pela aplicação da pesquisa histórica como método de análise (VIZEU, 2007).

## **2.2 A Pesquisa Histórica em Administração**

A pesquisa Histórica em Administração esclarece que não podemos confundir o passado com história, de modo que não devemos interpretar e reproduzir os fatos como sendo algo que reflita de maneira inequívoca o acontecimento. Não se trata entretanto, de algo que surgiu recentemente, pelo contrário, essa aproximação entre áreas remonta um passado que tem se relacionado com a mudança paradigmática da história. Essa mudança reflete-se no princípio do historiador francês Marc Bloch da Escola dos Annales, de que “toda a história conserva o encanto de uma pesquisa inacabada” (BLOCH, 1979, p.77).

Lembra Weatherbee, que nós enquanto autores do tempo presente, sempre atuaremos como os intérpretes do passado que já se foi, não sendo mais possível reconstruí-lo em seus mínimos detalhes. (WEATHERBEE, 2012). Fica evidente que frente a tal cenário, ao nos aventuramos sobre essa perspectiva, não devemos portanto nos servir da história como sendo a guardiã fiel da verdade, visto da impossibilidade de reconstrução plena da realidade dos fatos que já nos escapam e não podem ser visitados e reconstruídos em suas minuciosas características. O que nos resta para essa empreitada? Em administração, a escrita da história em novas perspectivas, onde coligam-se os campos da História Tradicional e o da Nova História, e que serão apresentadas nas subseções adiante.

### **2.2.1 – A Pesquisa Histórica em Administração no “Brasil”**

A escrita da história em administração no Brasil, teve a tese de Fischer (1984) como sendo um marco para a área (WANDERLEY, 2015). A investigação histórica realizada por Fischer, demonstra que o ensino de administração pública vigente no país a partir das décadas de 1940 e 1950, sugere que a idealização e criação da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAP), decorreu da ideologia desenvolvimentista da época, apoiada pelas políticas desenvolvimentistas da segunda Era Vargas e do governo de Juscelino (FISCHER, 1984). Mas o



que nos leva a recordar o trabalho da autora? Simplesmente, para reforçar que a exemplo de Fischer, outros pensadores brasileiros da administração também vieram desbravar esse novo campo de historiografia, como: Covre em 1982, Coelho em 2006, Nicolini em 2007, Barros em 2013, Alcadipani em 2012 e Berterto em 2014. No entanto, esse modo de utilização da historiografia na área é ainda algo inicial, começando a aflorar somente nas últimas décadas (PIERANTI, 2008).

Para Wanderley (2015), essa realidade pode ser observada pelo fato da historiografia ainda não integrar parte dos currículos nas escolas de administração no Brasil. Destacam Costa, Barros e Martins (2010), que ainda não existem centros de pesquisas, associações, periódicos dedicados ou espaços reservados para a discussão acerca da perspectiva histórica em Administração em nosso país. O que justificaria esse crescente interesse pela pesquisa histórica em administração no Brasil? Costa, Barros e Martins (2010), ressaltam que os aspectos que justificam esse interesse incipiente são:

- a) a busca por maior relevância de contribuição teórica das pesquisas por meio da ampliação do uso do método histórico;
- b) o resgate de aspectos históricos e interculturais em oposição à reprodução ideológica dominante que tende a excluir o passado ou o contexto das teorias e práticas organizacionais segundo sugeriu Vizeu (2007);
- c) o desejo de aproximação dos pesquisadores do pensamento administrativo ao contexto da realidade brasileira, visando potencializar uma posição de engajamento e compromisso consciente com sua realidade social, conforme entendia Guerreiro Ramos (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Esclarecem os autores que: “a ideia é que a pesquisa histórica contribua para fundamentar pesquisadores que buscam novos olhares” (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010, p.1). Isso se deve ao fato, de que o comprometimento com diferentes epistemologias visa expandir o universo de análises e teorizações, defendendo também que incorporar na área a perspectiva histórica contribui de forma significativa no avanço das análises dos fenômenos da administração, pois enriquece e possibilita ampliar as pesquisas da área (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Ainda segundo Costa, Barros e Martins (2010), a aproximação entre a história e a administração não se trata de algo recente, mas ainda não avançou significativamente de modo a viabilizar toda sua ontologia, epistemologia e metodologia. Destacam também os autores, que esse quadro poderá ser alterado a partir da identificação do embate de paradigma que ocorre dentro da própria área da História, transbordando por vias dessa aproximação com a Administração nesse processo de aproximação entre as duas áreas (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Para melhor compreender essa aproximação, recordemos a importância do estudo da história tal como é apresentado pela pensadora da área Isabela Baleeiro Curado. Recorramos para isso, ao episódio do movimento historiográfico do Annales relatado por ela. Sobre ele, destaca Curado (2001) que é importante salientar que o movimento historiográfico promovido pela escola dos Annales em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, conseguiu levantar diversas tendências no campo paradigmático da história e que podem ser compreendidas como:

- a) a convicção no caráter científico da história e na formulação de hipóteses para resolver certos problemas históricos;
- b) debate com as ciências sociais, além de importar métodos e conceitos desse campo;
- c) ênfase menor em fontes escritas;
- d) a tomada de consciência sobre os acontecimentos, as estruturas e as conjunturas que se apresentam em tempos diferentes (pluralidade e níveis de temporalidade);
- e) a história passa a ser vista como ciência do tempo presente e do passado (CURADO, 2001).

A partir das tendências levantadas no campo paradigmático histórico, no episódio do annales, é que a historiografia começou a passar por diversas mudanças durante as últimas décadas (CURADO, 2001). A aproximação com o campo da administração, seria portanto uma de suas muitas consequências e a que nos interessa.

Segundo Curado (2001), ao estudar a história o homem compreende e incorpora em seu sistema um modo de ver coerente de tudo aquilo que foi por ele criado, pois cria, transforma e produz explicações para sua própria existência. É desse modo que a perspectiva histórica, permite ao homem refletir e questionar a razão de ser e existir das coisas, sendo este o motivo que em administração, apesar da importância da reflexão histórica, ainda existem poucos estudos principalmente no Brasil (CURADO, 2001).

Para Curado (2001), o campo da historiografia pode ser compreendido a partir de dois paradigmas distintos, o tradicional e o da nova história. Destaca também a autora, que foi partindo das ideias do historiador alemão Leopold Von Ranke, mencionado em seção anterior, que a postura cronológica tradicional da história originou-se e tornou-se dominante. A História Tradicional, concentra-se principalmente na narrativa dos acontecimento, destacando-se os grandes feitos, realizados por personagens historiograficamente ilustres, apoiando-se sobre documentos oficiais escritos dos quais são apresentados os fatos. Já na Nova História, a preocupação não gira em torno de grandes personagens, mas sim nas opiniões de pessoas comuns e suas experiências, ou seja, as ações individuais, suas tendências e os acontecimentos delas decorridos (CURADO, 2001).

Outro ponto importante que deve ser levado em conta na Pesquisa histórica em Administração no Brasil, é o entendimento do conceito de “arquivo” quando se quer pesquisar o passado. De acordo com BARROS (2014), tal conceito pode ser compreendido como o legado das ações que já ocorreram em seus registros não necessariamente escritos, mas inscritos nas entrelinhas, ou seja, podendo não relevar o passado da maneira como ele de fato existiu.

Neste sentido, também informa BACELLAR (2006) que é comum a aflição inicial do historiador ao se ter um contato mais direto com o ambiente arquivístico, já que leva-se tempo para conhecer as fontes e visualizar o passado no documento, sendo a prática de pesquisa no dia a dia, o melhor modo para esse aprendizado (BACELLAR, 2006).

Retornando a aproximação entre história e administração, destaquemos que ambos os campos refletem pontos críticos de debate entre essa perspectiva histórica tradicional e a da nova história conforme esclarecem Costa, Barros e Martins (2010). Destacam os autores, que o trabalho de Behlül Üsdiken e Alfred Kieser realizado em 2004, defende os pontos a favor da perspectiva histórica em administração nos estudos organizacionais. Este fato tem despertado o interesse e envolvido os pesquisadores da área em três posicionamentos distintos: o suplementarista, o integracionista e o reorientacionista (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

O posicionamento suplementarista se identifica como sendo de forte associação com o paradigma da história tradicional ao abarcar a história empresarial. O que se propõe, é a construção orientada ao requinte das teorias, ou seja, em suas contribuições históricas encontram-se as novas proposições contextuais, e que representam o “refino de teorias gerais, a seleção de variáveis e a geração de hipóteses” (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010, p.6).

A posição integracionista também se associa com a história tradicional, entretanto, sendo mais atual que o anterior. A ela coadunou-se a *management history* ou história da gestão. Sua proposta é a de reconhecer a atuação dos eventos passados no presente, contribuindo assim para identificar e escolher acertadamente as oportunidades atuais (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

O último posicionamento proposto é o reorientacionista. A ele relaciona-se a *história da organização*. Nele estão as características da *história nova* referenciada inicialmente e que abarcam os conceitos e concepções provenientes das teorias organizacionais, das ciências sociais e da humanidade. O foco é mais abrangente do que os anteriores, pois não se contenta somente com estudos sobre o passado, mas engloba o passado e o futuro das organizações como um todo (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010). Com o fim de melhor visualizar esses três posicionamentos, organizamos e adaptamos o quadro seguinte com base nas informações dos autores:

Quadro 1 – Os Três Posicionamentos da Perspectiva Histórica em Administração

<b>História empresarial</b>	<b>História da gestão</b>	<b>História da organização</b>
Suplementarista	Integracionista	Reorientacionista
Paradigma da História Tradicional		Paradigma da Nova História

Fonte: Adaptado a partir de Costa; Barros; Martins, 2010, p. 5

A investigação realizada por Costa, Barros e Martins (2010) pode ser compreendida em três grupos diferentes do pensamento administrativo: o da história empresarial (suplementarista e de paradigma tradicional), o da história da gestão (integracionista e de paradigma tradicional) e o da história da organização (reorientacionista e do paradigma da nova história). É desse modo, que os três posicionamentos investigados pelos autores encontram-se classificados em três diferentes abordagens de se pensar a administração ao considerar os novos problemas, os novos objetos e as novas abordagens proporcionados pela pesquisa histórica, seja ela da empresa, da gestão ou da organização (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010);

As possibilidades e limites da pesquisa histórica também são abordados por Costa, Barros e Martins (2010), em que orientados por uma defesa da proposta reorientacionista, defendem que existam significativas contribuições que a pesquisa histórica pode oferecer a área da Administração. (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010). Segundo os autores, essa possibilidade de renovação pode ser compreendida em três aspectos:

- a) O de renovação ontológica da historiografia, de maneira que possa contribuir para os estudos organizacionais, abrindo-se para novas abordagens e percepções relacionadas ao objeto de estudo;
- b) O de desafio epistemológico frente ao caráter determinístico e ahistórico de pesquisas, visando defender a aproximação entre administração e história;
- c) O aspecto metodológico, que lida com problemas da pesquisa que passam a ser estudados através de outras fontes, sendo o objeto de pesquisa ampliado por elas (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Desse modo, ressalta-se que apesar de existirem limites da abordagem histórica, o mais significativo é o que se encontra atrelado à discussão sobre o que constitui a “realidade” e como esta última pode ser captada substancialmente pelo pesquisador (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

De maneira geral, essa realidade se constrói a partir de uma episteme atribuída a um olhar que a captura e assim a transforma em conhecimento. Esses olhares variam de pesquisador para pesquisador. O limite para eles consolida-se e pode ser percebido a partir do momento em que se estabelece uma hegemonização do que é difundido como sendo “conhecimento”, através do paradigma que o governa e domina (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010). Essa destruição de possibilidade de riquezas através de múltiplos olhares deslegitima a realidade. Sugerem Costa, Barros e Martins (2010) que isso ocorre por:

- a) Estabelecer as leis que regem os fenômenos que podem ser observados;
- b) Predizer e explicar o que ocorre no mundo social, procurando relacionamentos de causa e regularidade entre os elementos que o constituem;
- c) Tratar as organizações como meras estruturas estáticas;
- d) Aplicar modelos e métodos de ciências naturais em estudos das ciências humanas;
- e) Revelar dimensões trans-históricas de organizações formais através dos padrões regulares de comportamento nas organizações (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Antes de Costa, Barros e Martins (2010), outro pensador brasileiro que investigou os três posicionamentos da pesquisa histórica em administração foi Vizeu. Para Vizeu, o suplementarismo, o integracionismo e reorientacionismo categorizados por Behlül Üsdiken e Alfred Kieser (2004), contribuem para o entendimento de que existe uma diversidade engajada na perspectiva histórica (VIZEU, 2007). Ressalta também o pensador, que é necessário salientar que essa diversidade e o interesse pela história constitui-se a partir de múltiplas perspectivas epistemológicas, o que “leva a uma certa fragmentação e heterogeneidade na adoção da análise histórica” (VIZEU, 2007, p.5).

Esclarece Vizeu, que o posicionamento suplementarista constitui o posicionamento do pesquisador organizacional, recorrendo à pesquisa histórica com o intuito de melhorar o fundamento de argumentos teóricos anteriormente construídos. Já o posicionamento integracionista, é o que enriquece as teorizações organizacionais pois liga-se com as ciências da humanidade como a filosofia, a história e a literatura. Por último, defende o autor que o posicionamento reorientacionista é a perspectiva mais radical para o papel da história, pois almeja uma “redefinição epistemológica do campo a partir das premissas levantadas por historiadores e filósofos historicamente orientados” (VIZEU, 2007, p.6).

Ainda em Vizeu, destaca-se que existem dentro dos grupos de pesquisas históricas em administração dois tipos de abordagens, uma de caráter objetivista e outra de caráter subjetivista. As de caráter objetivista são as que se dedicam ao estudo sobre a história corporativa, de negócios e de abordagens estratégicas, enquanto que a de caráter subjetivista seriam as que possuem

pressupostos teóricos analíticos, ou ainda como destacaram Carter, Mckinlay e Rowlinson (2002), os “estudos sobre discurso e poder inspirados em Foucault” (VIZEU, 2007, p.5).

Com a pesquisa histórica em administração no Brasil, considerando-se que existem novas fontes, novas possibilidades e abordagens, ocorre a expansão do universo histórico e vários novos desafios surgem, convidando o pesquisador a uma reorientação epistêmica, onde se torna possível o aparecimento de novas interpretações (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Torna-se plausível refletir sobre a práxis social do pesquisador, visto que os temas são selecionados pela época em que estão inseridos. É assim, que a expansão do universo histórico abre o leque para apreciação de novos problemas e novas abordagens, em que a partir de novas fontes e da tomada de consciências da construção do fato social, assim como a realidade que diz que documento oficial não é inocente, descortina-se os processos de manipulação do saber administrativo e histórico (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

O foco de análise pode ser deslocado quando o pesquisador formula novas perguntas, pois a saída de algo exógeno para algo local contribui para o surgimento de análises mais críticas, desafiando a episteme dominante positivista através de orientações discursivas e interpretativas. É esse o questionamento ao caráter determinístico e ahistórico das pesquisas ao identificar quem selecionou o passado e o formalizou na sociedade (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Mesmo considerando que a pesquisa histórica em administração no Brasil ainda é uma disciplina em fase inicial, a mesma tem despertado o interesse de muitos pesquisadores, visto que não sendo o documento oficial o detentor da verdade, abre-se um leque de possibilidades em vários níveis do saber administrativo e histórico.

Somente nos últimos dez anos é que a aproximação entre administração e história obteve maior atenção (WANDERLEY, 2017). Sendo assim, pensando nessa aproximação e no universo de possibilidades é que utilizaremos a pesquisa historiográfica em administração tal como é realizada no “Brasil”, para o aprofundamento necessário à compreensão da dimensão histórica que envolve a tarefa de investigar a Sudene de Celso Furtado na Reforma do Estado.

### **2.2.2 – A Pesquisa Histórica em Administração no “Centro”**

As pesquisas que tratam da historiografia em administração e da sua expansão pelo mundo em geral buscam novas teorizações, metodologias e fontes para investigação histórica. Assinala Burke (1992) que os maiores problemas para os novos historiadores do século XX são propriamente aqueles das fontes e métodos utilizados. Sendo assim, esta seção tem por objetivo apresentar um panorama da pesquisa histórica em administração no “Centro” e seu engajamento com o lado

interno da borda.

De início, compreende-se que novos questionamentos sobre o passado objetivam escolher novos objetos de pesquisa, sendo que estes naturalmente demandam novos tipos de fontes com o fim de suplementar os documentos oficiais. Destaca-se entretanto, que tais fontes suscitam dificuldades que não são facilmente transponíveis, sendo muitas vezes necessário ler os documentos nas entrelinhas (BURKE, 1992). Ressalta o historiador britânico Eric Hobsbawn, que todos os homens, todas as coletividades e até mesmo todas as instituições necessitam de um passado, entretanto, só de vez em quando esse passado é o que revela a investigação histórica (Eric Hobsbawn, 1998).

A discussão acerca do conceito de “arquivo” da seção anterior também abrange o pensamento administrativo do “Centro”, tal como a recomendação de leitura de todo documento nas entrelinhas. Destaca Stoler (2009) que o arquivo não se trata de uma mera fonte de conhecimento, devendo ser objeto de contínua leitura e reflexão. Essa contínua reflexão se trata da leitura nas entrelinhas, o que leva inclusive a se entender o arquivo como se fosse uma escultura destinada a transmitir ou perpetuar determinada visão (STOLER, 2009).

A pesquisa histórica em administração no “Centro” em nossa atualidade, encontra no *Academy of Management* fundado em 1936 e situado na cidade de Nova York, a sua maior representação e associação no mundo. Uma de suas principais publicações é o *Journal of Management History*; no entanto, alguns estudiosos apontam em ambos, uma tendência de perceber o passado como algo concreto e que realmente aconteceu, somente esperando a disposição dos pesquisadores para ser descoberto (WEATHERBEE et al., 2012).

Essa tendência, pode ser compreendida como uma nova disposição, sendo ela o que objetiva a chamada “virada histórica” em administração. A proposta é de renovar, isto é, colocar a perspectiva histórica da historiografia inserida em uma posição reorientacionista que conforme já visto, possui o toque da história nova. A possibilidade de virada ocorre pelo destaque que certos pensadores do Centro fazem ao se referirem aos estudos organizacionais e em administração como possuidores de caráter ahistórico (ROWLINSON; JACQUES; BOOTH, 2009). Destaca Jacques (2006), que o conhecimento contemporâneo não deve ser naturalizado, mas sim considerado como o resultado de práticas que poderiam ter ocorrido de outra maneira.

Se assim não fosse, o alerta dado não chamaria a atenção para a realidade de que as pesquisas em administração sujeitam-se aos problemas conceituais de uso da história, tais como o *presentismo* e o *universalismo* (BOOTH; ROWLINSON, 2006). O quadro seguinte abrange os dois problemas conceituais e as condições em que os mesmos ocorrem:

Quadro 2 – Os Dois Problemas Conceituais de Uso da História

Obstáculos para a “virada histórica”	Condição em que ocorre o problema conceitual
Presentismo	Quando a pesquisa é reportada como se tivesse ocorrido num presente descontextualizado e estendido.
Universalismo	Quando a teoria organizacional contemporânea se aplica ao fenômeno organizacional de todas as sociedades em todos os tempos.

Fonte: Adaptado a partir de Wanderley, 2015, p.81

Mas o que realmente objetiva essa perspectiva histórica renovada? Objetiva evitar as armadilhas conceituais, quando se propõe a refletir sobre a *práxis* do pesquisador, estando este último até então exposto ao presentismo e ao universalismo e suas bagagens de problemas de uso dos conceitos. Entretanto, não se pode perder de vista que cada época aborda temas inerentes as suas convicções e inquietações. A reorientação proposta pela “virada histórica” considera novas fontes oriundas dessas convicções e inquietações, para que ocorra o engajamento com o lado interno da borda. É também o que destacam Charles Booth e Michael Rowlinson como sendo “uma ampla crítica às teorias organizacionais devido a seu caráter ahistórico” (BOOTH; ROWLINSON, 2006, p. 8).

Com a publicação do artigo *Introduction: History in Organization Studies* em 2004, por Behlül Üsdiken e Alfred Kieser, a virada retoma o fôlego. Os pensadores da administração novamente se defrontam com a oposição entre o que é tradicional e o que é novo. No artigo, de maneira semelhante ao que ocorre atualmente na pesquisa histórica em administração no Brasil, destacam os autores que as novas perspectivas favoráveis a pesquisa histórica em estudos organizacionais, contam com três posicionamentos distintos: o de suplementarista, o de integracionista e o de reorientacionista, possuindo cada um destes o seu próprio foco de abrangência (ÜSDIKEN; KIESER, 2004; ver também COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

O principal impulso da virada ocorre com a inauguração do periódico internacional *Management & Organizational History* no ano de 2006, tendo em seu primeiro número uma espécie de manifesto pela questão. No entanto, a virada histórica da maneira como vem ocorrendo, ainda representa uma continuação de colonização epistêmica, visto que em sua discussão no Centro, não aparece nenhuma perspectiva e nenhum pensador da América Latina (WANDERLEY, 2015). Nesse sentido, é imperioso notar o prevailecimento de episteme anglo-saxão, conforme elucida o quadro seguinte:



Quadro 3 – Teorizações (do Centro) da Pesquisa Histórica em Administração

Teorização	Autores
Institucionalismo	Engwall (2004); Kieser (2004); Kipping; Üsdiken; Puig (2004); Üsdiken; Wasti (2009)
Pós-colonialismo	Westwood; Jack (2008); Srinivas (2009)
Neo-institucionalismo	Rowlinson; Hassard (2013)
Desconstrução	Hassard (2012)
ANTi	Durepos (2009); Durepos; Mills; Weatherbee (2012)
Foucault	Frenkel; Shenhav (2003); Cummings; Bridgman (2011)

Fonte: Wanderley, 2015, p. 90

Existindo tal prevalectimento epistêmico, a partir de uma abordagem descolonial, ainda que não seja o foco deste trabalho, pode-se compreender que a “virada histórica” proposta pelo “Centro” deve também ser entendida na realidade como um exemplo concreto de presentismo. Segundo Wanderley (2015), isso ocorre pelo fato de que se processa no passado estendido em que prevalece o conhecimento anglo-saxão (WANDERLEY, 2015). Desta maneira, a partir de um outro lócus de enunciação, pode-se afirmar que a ‘virada histórica’ representa uma continuidade da colonização do tempo pela modernidade euro-americana e uma imposição de agenda de pesquisa.

Ressalta Wanderley (2015), que nenhum pensador ou perspectiva oriunda da América Latina figuraram no periódico internacional *Management & Organizational History* de 2006. Desse modo, nenhum artigo do periódico abordou a problematização sobre as metodologias propostas pelo “Centro” e por conseguinte a imposição do conhecimento anglo-saxão que leva a uma colonialidade epistêmica (WANDERLEY, 2015). Consequentemente, de acordo com Wanderley e Barros (2018), essa geopolítica do conhecimento leva os pesquisadores da América Latina a incluírem uma agenda de pesquisa que seja descolonizada e atualizada.

Em síntese, é inegável que a Pesquisa Histórica em Administração a partir do “Centro”, busca dar uma contribuição para se melhor compreender o pensamento administrativo (ÜSDIKEN e KIESER, 2004). Aproximando a administração da história, a ideia vigente é que a partir de novos olhares, a pesquisa histórica venha a contribuir para o campo, expandindo o universo de possibilidades com novas teorizações e análises. Entretanto, sendo o pensamento social tradicional brasileiro também um campo interdisciplinar de investigação, ele revisita as construções teóricas, ou seja, teorizações e análises de autores nascidos no Brasil nas primeiras décadas do século XX (WANDERLEY; BARROS, 2018). Não perdendo de vista a necessidade de se tomar as devidas precauções, em nossa abordagem metodológica nos servimos de teorizações oriundas do “Centro”, tomando o devido cuidado com a questão da colonialidade epistêmica, e que será melhor elucidada na seção seguinte.

### 3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A grande quantidade de documentos disponíveis sobre a Sudene, constitui amplo manancial para investigação qualitativa. A delimitação para essa pesquisa cujo foco principal é a Sudene de Celso Furtado, abrange o período de 1959-1964; não sendo entretanto, apenas temporal, abarcando também períodos anteriores a esse, assim como outros acontecimentos relevantes para nossa investigação. Entre os principais documentos investigados encontram-se: artigos, livros, documentos publicados nos últimos anos, leis, acervos digitais e também as atas de reuniões da Sudene, enquanto Celso Furtado permaneceu em sua superintendência, e que começaram a serem disponibilizadas *online* pelo projeto Procondel a partir de Agosto de 2013.

Dentre as fontes com as quais nos deparamos, destaca-se o projeto Procondel coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Costa Lima da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja preservação e disponibilização do acervo produzido pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), teve importante destaque em nossa pesquisa (PROCONDEL, 2018).

Com tantas fontes diferentes para consulta, de certo modo, o que facilitou nosso trabalho, foi o amplo material encontrado na obra de Furtado e que ainda não tinha sido tratada analiticamente. Como exemplo, temos O Caderno de Desenvolvimento do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CENTRO) em sua oitava publicação, que nos serviu para este propósito, assim como, os últimos livros publicados pelo Centro contendo documentos até então inéditos ou pouco explorados em pesquisas.

Destacamos também, a obra *Planejamento Regional e Mudança: O Projeto Furtado-HK para o Nordeste* publicada em 2004 pelo professor Hermes Magalhães Tavares, que inclusive trabalhou na Sudene, além de outras publicações e artigos de autores como Marcos Costa Lima, Jacqueline Angélica Hernández Haffner, dos quais nos servimos e foram igualmente de fundamental importância para o bom andamento da pesquisa.

O levantamento dos dados segue o objetivo proposto em nossa introdução, que é o de compreender se a Sudene de Furtado na reforma do Estado representou de fato, uma proposta de caráter inovador. Buscando responder esta questão, realizamos duas visitas ao Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, organização não governamental com sede na Av. Rio Branco nº124, 13º andar, no ed. Edison Passos no centro da cidade do Rio de Janeiro. As visitas contribuíram de maneira significativa para estruturação da pesquisa, visto que o Centro possui uma imensa biblioteca disponível, contando inclusive com livros pertencentes ao próprio Furtado, o que nos colocou mais a par de sua ampla produção intelectual para realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica

As pesquisas históricas em administração na atualidade, tendo em vista a análise dos dados coletados, têm se servido de diferentes abordagens como: análise em prosa, a revalidação dinâmica, a análise indutiva, a análise dedutiva a partir de pesquisa documental e bibliográfica e de categorias criadas para entrevistas, a análise de conteúdo, a análise do tipo narrativa e por fim, o encadeamento de temas e agentes mobilizadores inter-relacionados no tempo e espaço mediado, pela coconstrução de narrativas. O quadro abaixo apresenta um resumo das estratégias de análise de dados utilizadas:

Quadro 4 – As pesquisas históricas em administração na atualidade

Autor e Ano	Análise de Dados
Fischer, 1984	Análise prosa
Curado, 2001	Revalidação dinâmica
Coelho, 2006	Análítico-indutiva
Nicolini, 2007	Dedutiva a partir da pesquisa documental e bibliográfica e de categorias criadas para as entrevistas
Waiandt, 2009	Análise de conteúdo
Barros, 2013	Narrativa
Abdalla, 2014	Encadeamento de temas e agentes mobilizadores inter-relacionados no tempo e espaço, mediada pela coconstrução das narrativas

Fonte: Wanderley, 2015, p. 104

A linha de investigação que escolhemos foi proposta pelo pensador dos *Annales* Marc Bloch e que pode ser resumida em três diretrizes bases: a da observação, a da crítica e a da análise histórica (BLOCH, 1965). Marc Bloch deixaria em seu arquivo pessoal um trabalho de metodologia histórica, composto já no final de sua vida, intitulado *Apologia da história*, e que seria publicada somente em 1949 por Lucien Febvre (BLOCH, 1997 apud JACQUES LE GOFF, 1997).

Essa metodologia, diferencia-se das abordagens já realizadas por pensadores da pesquisa histórica em administração no Brasil até o momento. Entretanto, mesmo sendo um pensador do “Centro”, a investigação blochiana permite em suas diretrizes, a liberdade necessária para uma investigação imparcial, pois delega autonomia aos estudiosos de diferentes áreas, fato que será melhor explicado adiante. Partindo dessa perspectiva, nos sentimos livres com a proposta blochiana de remontar a imensa e confusa realidade histórica em que historiadores são levados a fazer escolhas das evidências, e que não seriam as mesmas escolhas de estudiosos de outras áreas, como por exemplo a de um biologista (BLOCH, 1965).

Partindo da discussão referente à diretriz de observação histórica blochiana, ressalte-se que a mesma possui os caracteres gerais que abraçamos nesse estudo. Segundo Bloch (1965), o

conhecimento do presente posto em contraste com o conhecimento do passado, seria forçosamente “indireto” ou até mesmo “subjetivo”, isto é, ainda que “haja nessas observações uma parte de verdade, ninguém pensará em negá-la, mas elas exigem, no entanto, serem sensivelmente nuançadas” (BLOCH, 1997, p.69).

Buscando observar essas nuances sensíveis, é que nos lançamos em nossa investigação para construir os fundamentos de nossa análise. A partir dessa diretriz metodológica, realizamos, por exemplo, uma ampla observação do período pré-Sudene. Ao visitar um período anterior ao recorte inicial do nosso estudo, objetivamos formar a tela de fundo adequada à compreensão do período de transição de políticas, e também demonstrar que não houve rompimento na continuidade dos acontecimentos históricos ao destacar as nuances sensíveis que levariam ao advento da Sudene de Furtado em 1959 até a sua interrupção em 1964.

Destaca Bloch (1965), que “o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa” (BLOCH, 1965, p.55). É sobre este ponto, que a busca por nuances serviu para melhor compreender como se deu o progresso histórico do período precedente que culminou no advento da Sudene de Furtado. Foi nesse sentido, que o conhecimento do período precedente a Sudene teve a sua real importância.

Ainda sobre a observação histórica, encontramos em Bloch (1965) que o talento dos investigadores em esquadrihar bibliotecas e abrir novas trincheiras em velhos solos, não se configura como a única e mais eficaz maneira de se enriquecer a imagem dos tempos remotos. É pelo surgimento de novos processos de investigação, que são expostas novas interrogações, e conseqüentemente maior penetração nos estudos (BLOCH, 1965). Nesse sentido, é que propomos em nossa investigação uma diferente abordagem de observação para pesquisa histórica em administração, nos embasando na diretriz de observação histórica blochiana, visto que tal abordagem permite novas possibilidades de enriquecimento e compreensão da Sudene de Furtado.

Partindo para a diretriz de abordagem crítica blochiana, o historiador dos *Annales* esclarece que a mesma leva a “não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos” (BLOCH, 1965, p.73). Também nos servimos dela ao tecer as críticas e argumentos necessários para discutir a Sudene de Furtado. A abordagem crítica sugerida pelo pensador dos *Annales* fundamenta-se a partir de uma precaução necessária a toda investigação histórica. Ressalta Bloch (1997), que a experiência ensinou-lhe tal precaução, já que muitos documentos históricos além de demonstrarem serem de épocas e origens diferentes das quais realmente eram, não guardavam a verdade e também continham vestígios materiais de falsificação (BLOCH, 1997).

O sentido crítico blochiano, no entanto, não se confunde com o ceticismo. Não abordamos, portanto, a investigação histórica acerca da Sudene de Furtado sendo cépticos com todos os

acontecimentos históricos com os quais nos deparamos. Esclarece Bloch (1965), que o ceticismo como princípio não reflete uma atitude intelectual estimável, nem fecunda, assemelhando-se ao seu oposto, ou seja, a uma credulidade que está disposta a aceitar “as mais disparatadas balelas e a bebê-las como se fossem mel” (BLOCH, 1965, p.74). Não se trata também de um sentido crítico do simples bom senso, com o qual trabalhamos. Afinal, o que seria esse bom senso? Para a abordagem crítica blochiana, seria apenas “um amálgama de postulados desarrazoados e de experiências apressadamente generalizadas” (BLOCH, 1965, p.74).

A abordagem crítica da qual nos servimos é da “crítica do testemunho” sugerida pelo próprio pensador dos *Annales*, sendo ela de característica racional e sutil. Como isso ocorre? Explica Bloch (1965), que a crítica do testemunho opera sobre realidades psíquicas, e não há para ela livros de receitas (BLOCH, 1965). Trata-se de: “uma arte racional que se assenta na prática metódica de algumas grandes operações do espírito” (BLOCH, 1965, p.98). Sua dialética peculiar tem o objetivo de esclarecer, pois sua base é a de um trabalho de “comparação”, em que os resultados da comparação nada têm de automático, pois a concordância de um testemunho com testemunhos parecidos pode impor muitas vezes conclusões inversas, sendo que a investigação realizada desta maneira “conduz, necessariamente, à revelação tanto de semelhanças como de diferenças” (BLOCH, 1965, p.99).

Passando para a diretriz blochiana que trata da análise histórica, nos deparamos com a questão inicial referente à existência ou não de um problema da imparcialidade histórica quando são feitas as análises. Ao investigar a Sudene de Furtado, em diversos momentos nos defrontamos com essa questão blochiana de como proceder de maneira imparcial em nossa análise; afinal um dos questionamentos que acompanha o pensamento blochiano é o de se “devemos julgar ou compreender” (BLOCH, 1997, p. 125).

Encontramos em Bloch (1997), duas maneiras de agir com imparcialidade: a do juiz e a do cientista. Mas como isso ocorre? O autor assevera que consta nos dois a “existência de uma raiz comum que é da honesta submissão à verdade” (BLOCH, 1997, p. 125). Entretanto, destaca Bloch (1997), que “chega um momento, porém, em que os caminhos se separam” (BLOCH, 1997, p.125). A partir de qual momento isso ocorre? Segundo Bloch (1997), ocorre a partir do momento em que o cientista já consolidou suas observações e explicações e sua tarefa se encontra, portanto, concluída. Em contrapartida, ao juiz cabe sempre declarar a sentença pronunciada segunda as leis, calando qualquer inclinação pessoal, momento em que “ele se achará imparcial. Sê-lo-á, com efeito, no sentido dos juízes, não no sentido dos cientistas” (BLOCH, 1997, p. 125).

Por longo tempo o historiador foi visto como sendo uma espécie de juiz, sempre encarregado de distribuir o elogio ou a reprovação aos heróis mortos (BLOCH, 1965). É com a

figura do cientista que seguramente nos identificamos. Em nossa abordagem metodológica não procuramos em nenhum momento sermos os juízes e sentenciadores dos fatos históricos com o qual nos deparamos. O termo que resume, ilumina e domina nosso estudo é: “compreender”. Uma palavra, carregada de dificuldades, mas também de indulgência. Segundo Bloch, “é cômodo gritar à força, pois jamais compreendemos o bastante” (BLOCH, 1997, p. 128). Toda história, deve inclusive como condição própria, se propor a renunciar aos seus falsos ares de arcanjo, devendo inclusive auxiliar na cura desse defeito, pois abarca vastas experiências humanas em um longo encontro dos homens, tendo a ciência muita a ganhar caso esse encontro seja fraternal (BLOCH, 1997).

Em resumo, o nosso papel enquanto cientista é o de registrar, anotar, prover o experimento e discussões necessárias que podem inverter as mais caras teorias (BLOCH, 1997). Com essa postura, a de estarmos imbuídos de um espírito científico voltado para a compreensão, é que buscamos através da metodologia blochiana, observar e analisar os dados levantados sobre a Sudene de Furtado. Para isto, dividimos a seção seguinte em quatro subseções principais e outras quatro delas derivadas, com o objetivo de ao longo de todas elas realizar a análise dos dados, consolidar observações e explicações, promover a discussão e por fim, compreender.

#### **4. ANÁLISE DOS DADOS**

Para compreendermos a importância da Sudene de Celso Furtado na Reforma do Estado, será preciso retomar vários pontos históricos importantes que permitiram as reformas realizadas por alguns governos que a antecederam. Esse resgate histórico, necessário e apoiado sobre uma metodologia blochiana busca promover a discussão com imparcialidade. Para isso, ao longo de toda a seção e suas subseções procuramos: observar e identificar as nuances históricas relevantes, tecer críticas racionais e sutis, analisando todo o contexto histórico a partir do olhar de um pesquisador que almeja compreender.

##### **4.1 A Reforma do Estado no Período Pré-Sudene**

A reforma do Estado no período pré-Sudene aparece no contexto histórico, não se caracterizando apenas por continuidades ou rupturas temporais. Ela acontece naturalmente por circunstâncias complexas, cujos eventos se acotovelam no período histórico onde estão escritas, sendo a partir desse prisma que desenvolvemos esta seção, isto é, com o objetivo de realizar a discussão teórica referente aos fatos históricos ocorridos num período de combates às desigualdades

regionais.

Segundo Lustosa (2008), a década de 1952 a 1962, que podemos considerar como sendo um espaço de tempo que abrange parte do período pré-Sudene, seria marcada por realizações de projetos e estudos que nunca foram implementados, mas que representariam as primeiras tentativas de reformas. A Cosb (Comissão de Simplificação Burocrática) e a Cepa (Comissão de Estudos e Projetos Administrativos) são dois exemplos que podem ser citados. A primeira tinha como objetivo principal, promover estudos de descentralização de serviços, enquanto que a segunda seria responsável por assessorar a presidência da República em todos os projetos sobre reforma administrativa (LUSTOSA, 2008).

Para se entender a reforma administrativa proposta pela Sudene de Furtado, é necessário retornar a alguns acontecimentos, e para isso faremos um breve resgate do contexto político-econômico da visão do Estado sobre o Nordeste nas décadas de 1930 e 1940. De início, abarcaremos a transição do combate às secas para a política de desenvolvimento regional, focando principalmente em acontecimentos da década de 1950 durante a Segunda Era Vargas e a Era de Juscelino Kubitschek. Conhecer tais acontecimentos, torna-se fundamental para compreender, o que levou a intervenção do Estado no Nordeste e para reunir informações suficientes sobre os desenlaces que contribuíram com o advento da Sudene de Furtado em 1959.

Retornando as décadas de 1930 e 1940, atentemos que a visão que o Estado tinha da região Nordeste, era de que a mesma deveria ser tratada somente por uma política voltada à construção de açudes e atendimento às populações flageladas por décadas marcadas por secas. Os problemas da região eram vistos meramente como consequências desagradáveis do fator climático (TAVARES, 2004).

Durante esse período histórico, existia também a concepção de que a fragilidade econômica regional tornava todo o Nordeste vulnerável às secas. Tratava-se de um equívoco que só seria percebido no final da década de 1950, pois a partir dela a questão climática perderia toda a importância que lhe fora dada. A economia regional nordestina se tornaria o principal fator de vulnerabilidade às secas (TAVARES, 2004).

A expansão da economia brasileira durante as décadas de 1930 e 1940, permitiu ao longo do tempo essa transição de políticas, ou seja, partindo do combate às secas para a política de desenvolvimento regional (CENTRO, 2009).

A crescente base do capital industrial fortalecia as forças produtivas da época, assim como as medidas político-econômicas implementadas ao longo do período apresentavam fortes reflexos na divisão inter-regional do trabalho. Somente a partir dos anos 50, os estudos especializados dariam conta de que a política de incentivos industriais era responsável pelas disparidades

regionais (CENTRO, 2009).

Hermes Tavares na obra *Planejamento regional e mudança: o projeto Furtado JK para o Nordeste*, explica que as medidas adotadas nesse período de expansão da economia vinham sendo implementadas com vistas ao controle de importações, sendo que essa abordagem apresentaria fortes efeitos na divisão inter-regional (TAVARES, 2004). O período de transição das políticas, coincidiria justamente com o de criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no ano de 1948, inaugurada com termo provisório de funcionamento por três anos concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU; TAVARES, 2004).

#### **4.1.1 A participação da Cepal e de Celso Furtado**

A criação da Cepal teve como objetivo, contribuir com desenvolvimento econômico da América Latina, tendo por missão a coordenação das ações para esse fim, além de também reforçar as relações econômicas dos países latino-americanos entre si e com outras nações do mundo (CEPAL, 2017). A partir dela firmaram-se vários estudos em conjunto com órgãos governamentais brasileiros para uma industrialização planejada (TAVARES, 2004).

Os cepalinos postulavam que toda transformação oriunda de investimentos do capital externo na formação da indústria nacional, deveria ser gerenciada pelo Estado, não deixando para os estrangeiros o controle referente aos setores estratégicos (transporte, petróleo, energia elétrica etc) (CEPAL, 2017). Defendia-se que a política de incentivos industriais regionais poderia captar os investimentos externos, desde que estivessem alinhados com um planejamento econômico adequado e que não fossem usados nos setores estratégicos (TAVARES, 2004).

Destaca Furtado, que chegado o ano de 1951 e com ele a expiração do termo provisório, os Estados Unidos quiseram por um fim nas atividades cepalinas. A proposta americana era a de unificar a comissão com a Organização dos Estados Americanos (OEA), pois a Cepal representava um órgão que atropelava seus interesses na América Latina (FURTADO, 1985).

Esclarece Wanderley (2016), que a unificação da Cepal não se realizou, visto que Vargas possuía muito interesse em sua manutenção, acabando por influenciar a Onu a transformá-la em órgão permanente com o apoio dos latino-americanos (WANDERLEY, 2016).

Apesar da tentativa de unificação e encerramento, Bielschowsky observa, que as ideias cepalinas eram recebidas de bom grado mesmo por correntes não nacionalistas, vide a Comissão Mista Brasil-EUA que será tratada mais adiante (BIELSCHOWSKY, 1996). Mas por qual motivo eram recebidas de bom grado? Aplicando o ferramental do pensamento blochiano, podemos compreender que as ideias cepalinas fortaleciam os estudos sobre o desenvolvimento, ou seja, a



forma como deveria ser conduzida toda industrialização nacional, não sendo interessante rejeitá-las.

As correntes não nacionalistas as quais faz referência Bielschowsky, abrangem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) criado pelo Plano Lafer e a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU), existindo também a corrente nacionalista da Assessoria Econômica de Vargas (BIELSCHOWSKY, 1996).

Outro exemplo da boa aceitação das ideias cepalinas pode ser percebido dentre os estudos especializados, desenvolvidos pela Missão Abbink em 1948. Ilustrando esse período de transição das políticas para desenvolvimentos regionais, essa missão foi formada por duas comitativas técnicas de participação conjunta com os Estados Unidos, e teve como objetivo realizar os estudos econômicos sobre fatores que promoviam ou retardavam nosso desenvolvimento (FGV, 2017).

Da Missão Abbink nasceu a Cmbeu, que foi a comissão responsável por relatórios sobre projetos e sugestões econômicas financiadas pelos Estados Unidos (TAVARES, 2004). Essa nova comissão concentrava seus estudos em três setores principais: o da agricultura, o de energia e do transporte. De concreto, a importância desses estudos passa pela análise aprofundada da economia brasileira na época, visto que também serviriam para o plano de reaparelhamento econômico de Getúlio Vargas, sendo posteriormente utilizado uma vez mais na estruturação do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e também por estudos da Cepal sobre o Brasil (TAVARES, 2004).

Estes relatórios tiveram grande importância, pois neles se encontravam análises do processo de desenvolvimento industrial ocorrido a partir dos anos 1930, demonstrando também que a continuidade da política de industrialização requeria esforços (HAFFNER, 2002). O apoio dos Estados Unidos à Cmbeu cessaria no início dos anos 50 com o advento nacionalista da *Segunda Era Vargas*. Ainda sim, a vertente nacionalista Varguista oficializou diversas sugestões e projetos elaborados pela comissão, confirmando assim a disposição do governo de impulsionar o desenvolvimento econômico brasileiro (HAFFNER, 2002).

Ressalte-se que, mesmo com a oficialização dos projetos e sugestões da Cmbeu, esta instituição representava os interesses e o elo que os estadunidenses possuíam com o governo brasileiro, ao passo que uma outra base técnica atuante representaria a nova linha de sustentação da política nacionalista Varguista. Trata-se da Assessoria Econômica liderada pelo economista Rômulo Almeida e que trabalhava discretamente em estudos sobre a economia do país. O novo órgão permanente ficou encarregado de formular o Planejamento da Economia Brasileira, respondendo diretamente ao próprio presidente da república (CENTRO, 2013). De acordo com Tavares (2004), a assessoria também acabaria por realizar projetos de grande destaque nacional, tais como:

“O projeto de constituição da Petrobras, do Fundo Nacional de Eletrificação, da Eletrobras, o Plano Nacional do Carvão, a CAPES, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, a Comissão Nacional de Política Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, o Banco do Nordeste do Brasil, o Plano nacional de Babaçu, o planejamento para a Indústria Automobilística” (TAVARES, 2004, p.67).

De acordo com Furtado (1968), com a nova assessoria econômica tornava possível atingir um certo grau de planejamento do governo Vargas para a reforma do estado, já que a mesma tratava do reaparelhamento necessário e inclusive das questões regionais, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil (FURTADO, 1968).

A natureza e o alcance desse planejamento governamental encontravam-se ligadas a três fatores: “o grau de integração da sociedade, a estrutura do poder e funções que a sociedade atribui ao Estado e o grau de eficiência do governo como instrumento operativo do Estado” (FURTADO, 1968, p.115). Dessa forma, o mecanismo utilizado pela assessoria para conseguir atingir um certo grau de planejamento, foi a divisão de tarefas com outros órgãos, dentre estes o Bnde entre o período de 1951 a 1954 (TAVARES, 2004).

Ainda sobre Assessoria Econômica, segundo Lima (2013) foi de uma janela do Palácio do Catete que Getúlio Vargas costumava observar regularmente a luz que permanecia acesa numa das salas do primeiro andar do palácio, isto se dava até altas horas da madrugada. Numa dessas noites, Getúlio exclamara de sua janela: “Vocês são uns Boêmios Cívicos!” (LIMA, 2013, p.11). Vale salientar, que o grupo liderado por Rômulo Almeida era composto por sua quase totalidade de nordestinos e os trabalhos por eles produzidos levantariam as principais questões da “região problema” (Nordeste), sendo justamente essas questões que seriam tratadas mais tarde com maior profundidade pela Sudene de Celso Furtado.

Assevera Lima que, “a assessoria foi precursora de um sistema de planejamento para o país, e assentou as bases futuras do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.” (LIMA, 2013, p.257). Sobre este ponto, através do pensamento blochiano, compreende-se que o espírito precursor ao qual se refere Lima (2013), é percebido através do planejamento incessante que ocorria inclusive durante as madrugadas. Pela crítica do testemunho do passado, que convida a racionalidade e a sutileza, argumentamos que esse engajamento da assessoria, tornou-se a chave para que se abrissem as portas de transição para políticas desenvolvimentistas em geral; em particular, as políticas de desenvolvimento regionais nos anos 1950.

Sobre o segundo governo de Vargas (1951-1954), deve-se destacar a atuação do Ministro da Fazenda Horácio Lafer, enquanto agente indispensável para continuidade de industrializar e desenvolver economicamente o país. A atuação de Lafer enquanto ministro, foi simultânea à da

assessoria, além de exercer ampla influência na direção econômica política do governo (FGV, 2017). Conforme visto anteriormente, dentre os novos aparelhos de Estado promovidos pela assessoria, encontrava-se o Banco do Nordeste (BNB), idealizado pelo ministro e aprovado por Vargas, com a finalidade de atender a carência de crédito bancário e as necessidades fundamentais de produção daquela região do território nacional, sendo inaugurado em 1952 (ALMEIDA, 1985).

Destaca Tavares (2004) que a proposta do novo banco teve rápido acolhimento, além de ter sido aperfeiçoado pela assessoria varguista, que fez as modificações necessárias a viabilização do projeto. O novo banco se constituiu com autonomia administrativa para aplicar recursos em áreas prioritárias do governo (HAFFNER, 2002).

Foi tamanha a importância do Bnb na política de Vargas, que colocou Rômulo Almeida em sua presidência, sendo este último então deslocado da presidência da assessoria que passaria para Jesus Soares Pereira (ALMEIDA, 1985). A implantação do Bnb teria grande papel, pois se tratava de um instrumento de modernização da ação do Estado na região Nordeste e ainda estaria associado ao espírito da Constituição de 1946, que buscava abarcar uma melhor distribuição de recursos no território nacional, tratando-se portanto de um passo importante para o Nordeste (TAVARES, 2004).

Segundo Tavares, a ideia do banco tomou rápido curso, não sendo precedida de largos debates, ocorrendo o oposto em outras iniciativas do Estado na região (TAVARES, 2004). Defende Haffner, que tal rapidez só ocorreu por que Horácio Lafer era próximo a Vargas, sendo este o motivo de sua expressiva participação no governo e da viabilização do seu plano (HAFFNER, 2002).

Defende Haffner (2002) que “as iniciativas de planejamento do governo Vargas eram oriundas de três grupos que se caracterizavam pela sua operacionalidade, tanto financeira como administrativa: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a Assessoria Econômica e o BNDE” (Haffner, 2002, p.26). Já para Wanderley (2016), outro grupo de destaque também contribuiu de maneira efetiva para o planejamento do governo. Trata-se do Grupo Misto CEPAL-BNDE criado em 1953, cuja missão principal era a de produzir projetos para programação de toda economia brasileira (WANDERLEY, 2016).

O grupo misto presidido por Furtado, teve como principal objetivo suprir a carência de técnicos nos quadros governamentais (WANDERLEY, 2016). Dentre os projetos produzidos pelo grupo técnico de Furtado, encontrava-se um relatório sobre questões de desenvolvimento econômico com projeções futuras para um período de sete anos, relatório esse que serviria para formar a base do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (BIELSCHOWSKY, 1988). O que temos até então? Servindo-nos do pensamento blochiano, a nuance que percebemos, é que durante a Segunda Era Vargas, o Estado era provido com as ideias proferidas por vários grupos.

Ideias advindas da Cepal e de seus técnicos dirigidos por Furtado, como também do próprio grupo misto, que foram responsáveis por preparar o futuro do país, formando parte da base necessária de desenvolvimento econômico dos governos porvir.

Os problemas enfrentados pelo Nordeste foram historicamente objeto de diversas tentativas governamentais de solução. Em particular, nessa época de meados do século XX em que se localiza o nosso estudo, a chamada Operação Nordeste firmou-se como a tela de fundo, daquilo que a mídia jornalística da época acabou por definir como o mais promissor “tratamento das disparidades da região” (CENTRO, 2009).

Assevera Tavares (2004) que havia a expectativa da implementação de medidas que trouxessem uma solução definitiva para o problema urgente da região nordestina, que inclusive foi severamente assolada por secas de gravíssimos efeitos entre os anos de 1950 e 1952. Entretanto, verificou-se que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), autarquia federal responsável pelo combate à seca e das disparidades nordestinas, assim como a corrupção da velha máquina burocrática e também a velha política de açudagem, foram fatores ineficazes para solucionar a questão (TAVARES, 2004).

Nessas circunstâncias, tornava-se necessária uma nova política que remediasse eficazmente os problemas da região nordestina. O Período de 1950 a 1954 se caracterizaria por essa transição da política de combate às secas para as discussões políticas sobre desenvolvimento (TAVARES, 2004). Destacamos que a política nacionalista adotada por Getúlio Vargas desempenharia um papel essencial nessa transição, consolidando discussões políticas sobre o desenvolvimento nordestino, uma vez que Vargas abriria o caminho para a operação do governo JK no Nordeste em 1959. Sobre este ponto, destaca Tavares (2004) que a consolidação da transição só ocorreria de fato a partir do Relatório de Furtado, elaborado e apresentado por ele no Palácio do Catete, local onde se lançaria o relatório e a operação nordeste (TAVARES, 2004).

Os diversos acontecimentos sobre a reforma do Estado, apresentados no período pré-Sudene até o momento, destacaram em grande parte as realizações do segundo governo Vargas. Isso se deve ao fato de que nesse período se iniciaria o grande debate dos anos 1950, que seria em torno da condição do subdesenvolvimento e da deformação social da qual começava-se a tomar consciência (FURTADO, 1985).

A segunda metade da década de 1950 ficaria marcada pelas reformas realizadas pelo novo presidente Juscelino Kubitschek (1956 – 1960). O governo JK representou a continuidade da política de desenvolvimento Varguista (FGV, 2017). Reforça Bielschowsky, que na era de Kubitschek as ideias acerca do desenvolvimentismo consolidaram-se definitivamente (BIELSCHOWSKY, 1996). Não por acaso, a campanha presidencial realizada na época anunciaria a

ideia dos cinquenta anos em cinco, em que as questões políticas sobre o desenvolvimento aparecem como o caminho a se percorrer, para que fossem encontradas as soluções para o subdesenvolvimento da nação (FGV, 2017).

Ressalta-se que o plano de desenvolvimento do governo já se encontrava preparado durante os primeiros dias de mandato de Juscelino, sendo consolidado em torno de trinta e seis objetivos que deveriam ser cumpridos no chamado Plano de Metas, que seria executado pelo recém-criado Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE; HAFFNER, 2002). Uma das metas mais ambiciosas, era a denominada meta-síntese, que visava a construção da nova capital federal que seria batizada de Brasília (FGV, 2017).

Destaca Lustosa, que o Plano de Metas concentrou-se em quatro áreas chaves: a de transporte, a de indústria, a de alimentação e também a de energia. O lema cinquenta anos em cinco defendia uma rápida industrialização pela captação e associação dos capitais internacionais e nacionais (LUSTOSA, 2008). De modo semelhante, Haffner assevera que nesse processo de captação de crédito, a orientação do Estado seria a de se associar com investidores internacionais e nacionais (HAFFNER, 2002). O que temos nesse cenário? A compreensão de que para sustentar o crescimento acelerado proposto pelo plano, existia a necessidade de se estabelecer um trabalho conjunto entre as áreas privadas (nacionais e internacionais) e públicas, o que de fato aconteceu no governo JK, devido a essa política de maior abertura da economia do país para o exterior, diferentemente da ênfase dada na segunda era Vargasista, extremamente nacionalista.

Ressalte-se que, o produto final do Grupo Misto Cepal-Bnde elaborado por Furtado e seus técnicos foi de extrema importância para a consolidação das reformas pretendidas pelo plano de Kubitschek durante o período pré-Sudene. Furtado nesse início de governo JK não se encontrava efetivamente no Brasil mas a serviço da nação no exterior, pois ocupava o cargo de diretor da Cepal, de onde se desligaria somente em 1958 (WANDERLEY, 2016).

Essa ampla contribuição oriunda do Grupo Misto CEPAL-BNDE e absorvida pelas bases do novo governo, foi propícia para o retorno de Furtado ao Brasil no segundo semestre de 1958, só não mais como diretor cepalino e sim como diretor do Bnde (CENTRO, 2009). Destaca Wanderley, que o convite dirigido a Furtado para que assumisse a diretoria do Bnde partiria de Ewaldo Correia Lima e Cleantho de Paiva Leite, ambos diretores do banco. A aceitação por parte de Furtado, ocorreu segundo a condição de que pudesse trabalhar num projeto de desenvolvimento orientado para a região Nordeste (WANDERLEY, 2016).

No ano de 1959, Furtado recebeu de Sette Câmara, chefe da casa civil do governo, o convite para uma reunião com especialistas sobre a região, reunião essa que antecedia o surgimento do Conselho de desenvolvimento do Nordeste (CODENO; WANDERLEY, 2016).

Ainda em 1959, é transferido do Rio de Janeiro para Recife, o Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico (CTPDE), sendo este de responsabilidade da Cepal e no qual Furtado lecionou alguns anos. O objetivo da transferência foi o de auxiliar Furtado na montagem estrutural da Sudene, através da formação de técnicos que trabalhariam no novo órgão que seria inaugurado em 15 de Dezembro do mesmo ano (WANDERLEY, 2016). Neste evento em particular, pode-se compreender que se encontrava nas mãos de Furtado a estrutura do projeto Sudene, para ser conduzido como um importante agente de reforma do Estado.

Conforme dissemos no início, para se compreender a importância da Sudene de Celso Furtado na Reforma do Estado, se fez necessário repassar alguns pontos históricos importantes como a transição de políticas, a assessoria econômica varguista, a comissão mista, o grupo misto, o plano de metas, o plano Lafer e o curso do Ctpde. Estabelecida nossa tela de fundo, discutiremos a partir da próxima seção, a relevância do Codeno e da Operação Nordeste, para a consolidação da Sudene de Furtado.

#### **4.2 O Codeno e a Operação Nordeste**

O Conselho de Desenvolvimento para o Nordeste (CODENO) fundado no dia 25 de Abril de 1959, iniciou suas atividades no Teatro de Santa Isabel, localizado na cidade de Recife. O órgão surgiu a partir de outro anterior, conhecido como Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado um ano antes por Furtado. A função do Codeno era a de criar toda a conjuntura necessária para o funcionamento da Sudene, cujo projeto ainda tramitava no Congresso (TAVARES, 2004).

Alguns meses antes de sua instalação, mais precisamente no dia 5 de Fevereiro de 1959, é anunciado no Diário de Pernambuco que o Seminário do Nordeste seria realizado em Garanhuns, município de Pernambucano. O evento, convocado por Lídio Lunardi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ocorreria no dia seguinte da instalação do Codeno. O objetivo era o de captar recursos e obter investimentos para o Brasil, para que fosse possível enfrentar os problemas urgentes de irrigação nordestina e também lançar a Operação Nordeste (CENTRO, 2011).

Para participar do seminário foram convidados diversos representantes de órgãos governamentais e também de organismos internacionais. Dentre os organismos internacionais pode-se listar: a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Pan-Americana (OPA), e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO; CENTRO, 2011).

O evento, aberto pelo presidente Juscelino Kubitschek, contou também com a presença dos representantes de diferentes federações industriais, além de vários grupos financeiros internacionais oriundos dos Estados Unidos, Japão, Bélgica, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Alemanha Ocidental e Israel (CENTRO, 2011). O que podemos compreender com esse episódio histórico? Segundo Furtado (1989), tratando-se de um evento com repercussão a nível mundial, surgiu a grande oportunidade para Kubitschek poder assumir uma posição mais clara e definida quanto a implementação de suas metas de governo no trato da questão nordestina, vista historicamente como a região problema do Brasil.

No entanto, três anos antes do seminário, em meados de 1956 um outro encontro teria acontecido em Campina Grande, município da Paraíba. Tratou-se de uma iniciativa extraordinária dos bispos do Nordeste liderados por Dom Helder Câmara, buscando mobilizar coletivamente uma consciência nacional visando o soerguimento da região (FURTADO, 1989). Sobre este fato, argumentamos que essa mobilização dos bispos foi realmente de extrema importância, porém em 1956 no primeiro ano do mandato de Juscelino, ainda formavam-se os estudos e debates referentes às políticas de desenvolvimento regionais. Não havia ainda o necessário suporte governamental e condições para se atingir a consciência nacional pretendida pelos bispos, o que só viria a ocorrer efetivamente com uma polêmica gerada na Sudene de Furtado que será vista em seção mais adiante.

Coube a Furtado em 1959, dirigir a abertura dos trabalhos para o seminário, ocorrendo também sua nomeação por Kubitschek para o cargo de diretor do Codeno (SUDENE, 2017). Durante esta ocasião, foram tratados dois tópicos principais: o problema nordestino e a questão da industrialização. Os assuntos debatidos abrangiam a instalação de siderúrgicas no Nordeste, a reforma agrária, a produção de alimentos, o emprego da mão de obra nordestina, o financiamento para empreendimentos regionais, a possível instalação de rede de frigoríficos e os incentivos aos pescadores (CENTRO, 2011).

De forma geral, o evento foi voltado para o debate em torno de duas teses, onde de um lado encontrava-se Furtado defendendo a necessidade de extensão das fronteiras agrícolas do Polígono de Secas, compreendido pelos 1.348 municípios dos estados de Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Minas Gerais, Bahia e Alagoas, para adentro do interior goiano e maranhense. Do outro lado, o sociólogo Artur Rio defendendo a completa modificação da estrutura agrária da região nordestina (CENTRO, 2011). Após longos dias de debates, no final do evento, Kubitschek proferiu o seguinte discurso: “Chegamos à conclusão de que o nosso próprio crescimento será perigoso para o equilíbrio da nação, isso se persistir a terrível coexistência das zonas cada vez mais prósperas com outras estagnadas, sob o trágico domínio do subdesenvolvimento” (SUDENE, 2017).

Os dois debates conquistaram a confiança das autoridades nacionais e internacionais, dos espectadores e da mídia presente. Um exemplo de sua repercussão na opinião pública ocorreu no dia seguinte, em que o Jornal do Commercio traria em sua primeira página uma matéria anunciando que “Começou em Garanhuns a Luta pela Recuperação do Nordeste” (CENTRO, 2011, p.28). A reportagem de autoria do jornalista Carlos Garcia, reproduziu o seguinte discurso inspirador proferido por Kubitschek:

“Anima-nos a todos um só propósito, uma só aspiração e uma só esperança, que é promover a aceleração do desenvolvimento harmônico do Brasil. Chegamos à conclusão de que o nosso próprio crescimento será perigoso para o equilíbrio da Nação se persistir a terrível coexistência de zonas cada vez mais prósperas com outras estagnadas, sob o trágico domínio do subdesenvolvimento” (CENTRO, 2011, p.28).

No dia seguinte ao evento, ocorreu a primeira reunião dos membros do Codeno em um modesto auditório, localizado no prédio da Delegacia Federal de Saúde do Recife e cuja primeira missão a ser cumprida, segundo Furtado era a de: “começar a transformar o Nordeste” (FURTADO, 1989, p. 58). Podemos compreender a transformação a qual se refere Furtado, como o início de um movimento de reforma. Na ocasião, colocaria Furtado para os demais que o êxito em tamanha missão dependeria do apoio da opinião pública para passar pelo Congresso Nacional, dando ainda a seguinte diretriz para que isso ocorresse: “De imediato, era necessário comprometer os governadores, colocá-los diante da alternativa de desgastar-se em face da opinião pública ou ter de engajar-se no movimento reformista” (FURTADO, 1989, p.58). Foi nesse tom que se deu a reunião, de onde podemos compreender que seu diretor já começou a preparar a tarefa de reforma que seria desenvolvida mais tarde pela Sudene.

No Conselho foram criados dezesseis grupos de trabalho que trataram de diversos assuntos; dentre os quais, foram dois os que mais se destacaram: “o problema da irrigação da região e a futura nova autarquia como órgão coordenador dos investimentos federais no Nordeste” (TAVARES, 2004, p. 119). Dentre os outros assuntos encontravam-se: a ordenação dos investimentos públicos no setor de transporte, a questão energética para expandir a infraestrutura básica dos setores de produção, os estudos sobre os novos incentivos financeiros e fiscais para o setor privado e a formação de equipe especializada para realizar tarefas na nova autarquia (TAVARES, 2004). Sendo assim, destacamos que os trabalhos até então desenvolvidos no Codeno, já se apoiavam na expectativa e também na certeza, de que os dispositivos legais necessários para a intervenção planejada, fossem criados com a instituição da futura Sudene. Quanto à necessidade de comprometimento dos governadores a qual se refere Furtado, isso ocorreu devido ao fato destas



autoridades estarem presentes nessas reuniões defendendo os projetos referentes aos seus estados de origem. Entretanto, as defesas proferidas sempre ocorreram sem prejuízos para o todo, ou seja, atendendo a orientação geral que buscava o meio de integração e desenvolvimento regional.

A presença dos governadores também foi uma forma de ação que contribuiria para dar visibilidade ao novo órgão, pois permitia que por várias vezes fossem enviadas aos Estados missões técnicas que acabaram sendo responsáveis por estudos que serviriam para a elaboração do Plano do Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, plano este que seria enviado ao Congresso Nacional, representando algo tangível que mudaria o estilo do governo, ao demonstrar que não ficaria só na retórica e se encontrava pronto para ação (FURTADO, 1989).

Ainda em Furtado, citamos: “Os governadores tomavam conhecimento da realidade de outros estados que não o seu, e o debate repercutia na imprensa local, e não apenas na das grandes capitais” (FURTADO, 1989, p.60). Em suma, compreende-se que através das reuniões do Codeno, ocorreu o período embrionário da Sudene, ponto do qual se procurou ir da calma para a ação. Destaque-se também que ao se reunir mensalmente em diferentes cidades nordestinas, o Conselho Deliberativo teve uma importante função em apreender melhores conhecimentos das diferentes realidades regionais nordestinas e de certa forma tudo isso concorrera para o que estava por vir, ou seja, a Operação Nordeste que será tratada a seguir.

Em 1958, um ano antes da reunião do Catete, Furtado que acabava de retornar da Europa encontrava um país muito diferente do que deixou. A construção de Brasília, a capital da esperança idealizada e empreendida por Juscelino Kubitschek encontrava-se a todo vapor. Nos prolegômenos de *A Fantasia Desfeita*, o autor aponta que o primeiro efeito após seu retorno foi o de perceber uma enorme confiança geral da nação, mas que afastava a ideia antiga de que algo estava errado com o Brasil devido à omissão governamental, já que com o desenrolar da construção de Brasília abriam-se os novos horizontes de um novo continente a ser conquistado, ou seja, no dito popular já não seríamos mais conhecidos como um “*povo de caranguejos*” à beira da praia (FURTADO, 1989, p. 33).

Apesar da desconfiança, o cenário parecia promissor e de grandes expectativas, porém na visão de Furtado, a construção da nova capital ocorreu na realidade em meio ao descontentamento social manifestado entre setores da classe média. Isso se dava devido a inflação de demanda por recursos e aos investimentos exigidos pela obra, que não provocavam respostas positivas, pelo contrário, aumentavam os níveis de desemprego e reduziam-se os salários reais (FURTADO, 1989).

O Panorama que pretendemos apresentar ao relatar este momento anterior à Operação Nordeste, é que de fato, o cenário percebido por Furtado apontava para a grave questão de abandono da região nordestina durante o período. Tal fato, ocorreu devido as energias direcionadas

para a nova e ambiciosa tarefa na construção da nova capital e que gestaram tensões, cujas consequências terminariam por ameaçar a unidade nacional. Nas palavras de Furtado: “O Nordeste seria o maior problema nacional, e a construção de Brasília em nada contribuía para minorá-lo”(FURTADO, 1989, p. 35). Nesse ponto, percebe-se pontualmente a necessidade urgente da operação que estaria porvir.

Essa omissão do Estado, fazia com que outras frentes tomassem suas próprias iniciativas. Esse foi o caso da Igreja Católica, que comandada por Dom Hélder Câmara promovia seus próprios projetos onde o governo se omitia (FURTADO, 1989). Dentre os objetivos clericais estava o de frear a expansão das Ligas Camponesas no Nordeste. Bem inteirado dessa situação e do que se passava na região, o presidente Kubitschek decidiu convocar uma reunião para o dia 6 de Janeiro de 1959 no Palácio do Rio Negro em Petrópolis. Segundo relata Furtado, o grupo convidado era variado, indo de Dom Hélder Câmara ao industrial Israel Klabin. O objetivo do encontro era simples, fazer uma experiência de *brainstorm* a fim de que o presidente pudesse recolher as melhores ideias para lidar com o problema da região abandonada (FURTADO, 1989).

Passado um mês do encontro de Petrópolis, nova reunião ocorreria em 17 de fevereiro de 1959, onde reunidos no Palácio do Catete estavam parlamentares, ministros, governadores do Nordeste e também o clérigo Dom Hélder Câmara. O debate ocorreu tendo as presenças de Juscelino Kubitschek e Celso Furtado, sendo este novo encontro de suma importância, pois serviria de forma definitiva para o lançamento da Operação Nordeste com uma nova política do governo para a “região problema” (CENTRO, 2009).

A Operação Nordeste teve em vistas um esforço coordenado, ou seja, um ataque direto ao problema nordestino. Isso é o que se pode depreender do discurso feito naquele dia por Furtado no Palácio do Catete, onde proferiu para os presentes um relatório que já vinha trabalhando a tempos, intitulado de *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (ROSA FURTADO, 2009). Durante seu discurso, Furtado deixou claro que o objetivo da intervenção naquela reunião de líderes políticos, era o de transmitir uma síntese da opinião técnica sobre o problema econômico do atraso nordestino, apontando as práticas viáveis para modificar a situação e incorporar a região no fluxo de desenvolvimento econômico nacional (FURTADO, 2009).

O documento possuía 94 páginas, com 27 quadros estatísticos e era dividido em quatro partes: o Nordeste na economia brasileira, os elementos dinâmicos da economia do nordeste, os aspectos econômicos do problema das secas e por último o plano de ação, contando também com uma síntese introdutória (FURTADO, 1989). Atentamos para os principais pontos da apresentação: o crescimento populacional anual da região, a questão da seca que deixou nos últimos anos milhares de flagelados, a necessidade imediata por empregos e a demanda futura, onde o relatório acabaria

por resumir o problema econômico nordestino frente a realidade de toda a economia brasileira. Dentre as problemáticas apresentadas, pode-se destacar as seguintes que demandavam urgente atenção:

- a) a questão da renda média da população nordestina era a mais baixas do continente e não correspondia à terça parte da população do Centro-sul do Brasil;
- b) devido a grande concentração de renda, é também maior a disparidade entre os níveis de vida das populações rurais que entre as urbanas;
- c) existem nas cidades nordestinas mais de meio milhão de desempregados, o que representa mais da quarta parte da população urbana em idade de trabalhar; esse número está crescendo pelo menos com a mesma intensidade que a população urbana, isto é, quase duas vezes mais rapidamente que a população da região;
- d) as secas afetam quatro quintas partes do território nordestino e mais da metade da população regional e dadas as condições de organização da produção, se uma seca viesse afetar a Bahia ou o Piauí, o número de desempregados poderia alcançar 1,5 milhão, o que somado aos dependentes, pode representar um total de 6 milhões (CENTRO, 2009).

Depois de assinaladas as problemáticas, coube à síntese a tarefa de lançar a lupa esclarecedora sobre a precária condição econômica nordestina, que conforme visto anteriormente, ainda sofria agravo de abandono pela construção da nova capital. Segundo Bielschowsky, o desenvolvimento econômico ocorre como transformação estrutural, conduzindo ao aumento de produtividade no trabalho e à melhoria do bem-estar, muitas vezes não sendo acompanhado de melhor distribuição de renda (BIELSCHOWSKY, 2011).

Tendo Furtado a pretensão de incorporar a região no fluxo de desenvolvimento econômico pelo qual passava o país, acabaria por também elencar no relatório um plano de ação detalhado para tratar essa questão. O objetivo era promover a transformação estrutural, com o aumento da produtividade necessária à região. Nesse plano de ação, que se dividia em quatro níveis, cabiam as seguintes diretrizes básicas:

- a) aumento dos investimentos industriais para criar um Nordeste autônomo;
- b) transformar progressivamente sua economia agrícola, proporcionando oferta adequada de alimentos nos centros urbanos em que a industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformar de forma progressiva a economia das zonas semiáridas, elevando sua produtividade a fim de torná-las resistentes às secas;
- d) deslocar a fronteira agrícola visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, visto que a mesma teria condição de receber excedentes populacionais (CENTRO, 2009).

De acordo com nossa análise, a tarefa proposta por Furtado para a operação nordeste estava além da simples demonstração sistemática dos problemas, passando também para o plano de ação destinado a tratá-los, partindo dos investimentos industriais até o deslocamento de fronteiras agrícolas no território. Na obra *A Fantasia Desfeita*, ressalta Furtado: “o que se pretendia era inaugurar um novo estilo de governo, fundado numa visão mais abrangente e mais realista da problemática brasileira” (FURTADO, 1989, p. 52). Nesse sentido, pode-se perceber a visão abrangente e realista na qual se apoiou a Operação Nordeste, que conduzida por Furtado e seu relatório, almejava alavancar economicamente a região, ao demonstrar de forma precisa a real problemática brasileira.

Diante do apresentado, observamos que o panorama nordestino não poderia continuar sendo ignorado frente as disparidades regionais, ou seja, ao permanecer encoberto, acarretaria em uma maior gravidade em tempos futuros. A exemplo das disparidades desprezadas até então, pode-se destacar a renda média da população nordestina contida no relatório, que conforme dito anteriormente, era a mais baixa do continente, e até mesmo a mais baixa do hemisfério ocidental (CENTRO, 2009). Essa disparidade de renda pode ser observada na tabela seguinte:

Tabela 1 – Disparidade de renda por região

Região	População (Mil hab)	Renda Total		Renda per capita	
		(Bilhões de Cr\$)	(Milhões de U\$\$)	(Cr\$)	(U\$\$)
Norte	3.958	25,0	440,9	6,316	111
Nordeste	18.714	102,2	1.802,5	5.461	96
Centro-Sul	37.135	636,9	11.232,8	17.151	303
Brasil	60.080	764,1	13.476,2	12.718	224

Fonte: A Saga da Sudene: (1958-1964) / Celso Furtado, p.89.

Diante desse cenário, a nova política de desenvolvimento foi lançada em março de 1959 pelo presidente Juscelino Kubitschek, apresentando como o passo seguinte, a proposta de atacar o problema, não apenas com a criação de mais um órgão público. Ressaltamos que o presidente compreendeu bem o panorama Nordestino, assim como as mudanças e ações exigidas que deveriam ser empreendidas, consciente de que mesmo sendo a região ocupada por um terço da população brasileira, ao contrário das outras, mantinha-se em retrocesso numa época em que o Brasil estava passando por acelerado crescimento, conforme tinha sido observado por Furtado, ao retornar da Europa (CENTRO, 2009). Assim, com a Operação Nordeste se realizava o passo mais expressivo para a viabilização do projeto Sudene.

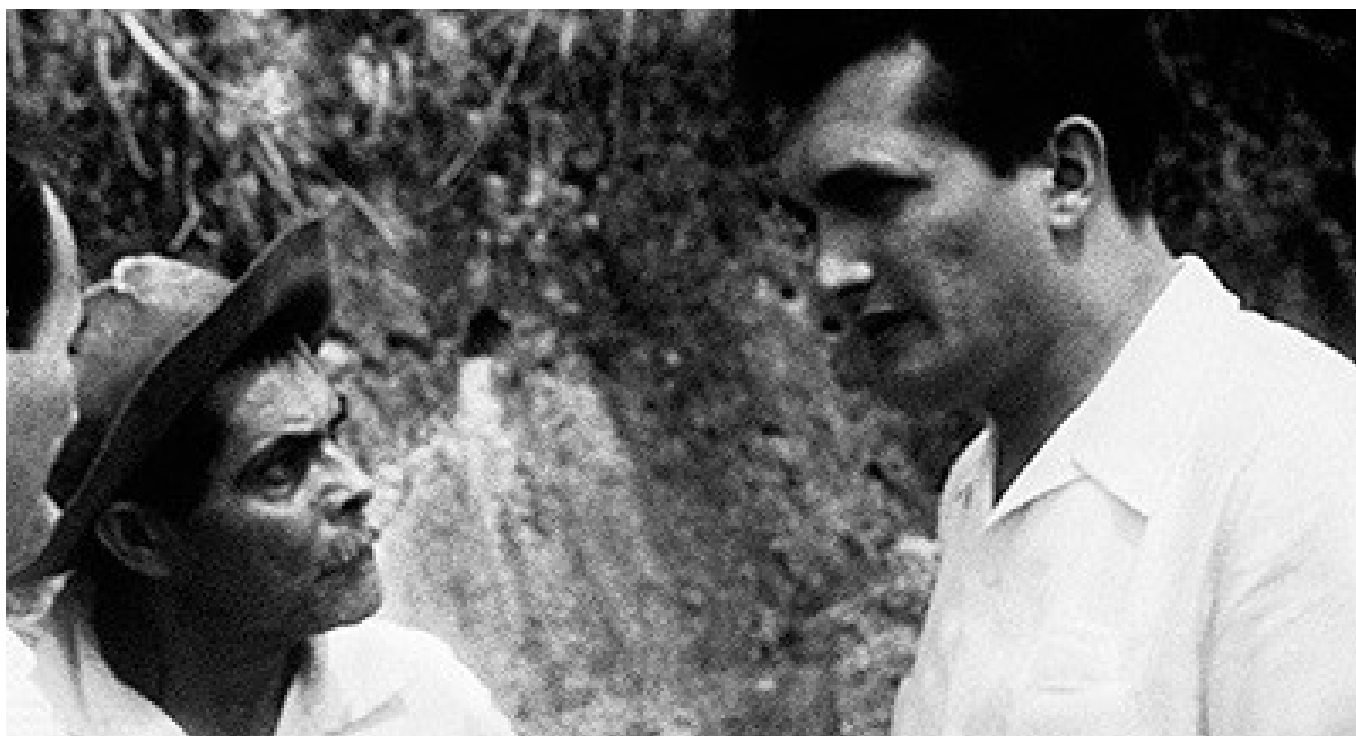
A Sudene de Celso Furtado pode ser compreendida como um projeto, ou seja, um plano, um objetivo político e econômico concreto, não enquanto uma visão utópica, como defende Aquino (2004). Conforme apresentamos na introdução deste trabalho, para alguns estudiosos, Furtado possuía a pretensão de conduzir o projeto de forma a estruturar e criar uma Sudene enquanto um órgão cuja natureza concreta tivesse algo de renovador. Mas no que se constituía essa natureza renovadora? Como se deu o anúncio do projeto e o conhecimento por parte do público? A fim de discutir essas questões, precisamos nos conduzir aos eventos relacionados ocorridos nos anos de 1958 e 1959.

No início do ano de 1959 Furtado encontrava-se trabalhando no Bnde na condição de diretor. Conforme visto anteriormente, foi convidado pelo chefe da Casa Civil Sete Câmara para comparecer a uma reunião com especialistas e o presidente da república sobre a “região problema” (WANDERLEY, 2016). O objetivo da reunião seria debater a seca do ano anterior (1958), as recentes perdas eleitorais regionais do governo, além do fato da pressão que o governo estava sofrendo para lançar definitivamente um plano que se ocupasse do Nordeste (WANDERLEY, 2016).

Nessa reunião, ocorreria a proposta inesperada feita pelo ministro, concedendo a Furtado, a oportunidade de viabilizar o projeto Sudene. O economista realizou uma apresentação que impressionaria rapidamente e de modo positivo o presidente Juscelino Kubitschek, estabelecendo assim a direção necessária para a futura criação do órgão (CENTRO, 2009). Sobre esse momento, relata Furtado que na ocasião também se mostrou impressionado com a tempestividade em torno de sua apresentação: “Eu era uma pessoa desconhecida no Brasil, tinha estudado no estrangeiro, vivido no estrangeiro, tinha nove anos de Nações Unidas. Ele jogou todas as cartas de uma vez só” (FURTADO, 2009, p.113).

Por fim, podemos dividir a trajetória de Furtado que até então não era grande conhecido do público em três momentos específicos: de 1943 à 1948 como servidor público no Dasp, de 1949 à 1958 como diretor da Cepal a serviço do Brasil e por último de 1959 à 1964 como dirigente público, sendo este último o momento a partir do qual viria a ser de fato uma pessoa pública conhecida (WANDERLEY, 2016). Reforçamos, portanto, que naquela ocasião o intelectual encontrava-se na terceira fase de sua trajetória. Além disso, a apresentação realizada resultaria em outro acontecimento, isto é, o seu desligamento do Bnde para a sua nomeação como presidente do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, este último o órgão embrião da Sudene (WANDERLEY, 2016).

### 4.3 O projeto Sudene



Celso Furtado estruturou a Sudene como órgão de planejamento para uma região que detinha os piores índices de desenvolvimento humano do país (acervo Rosa Freire d'aguilar). Fonte: <http://procondel.sudene.gov.br/CelsoFurtado.aspx>

Devido a posição de destaque recebida, o anúncio do projeto Sudene pela mídia impressa começou a ser preparado para o conhecimento público. Foi no jornal *Diário de Pernambuco* do dia 5 de fevereiro, que numa matéria de título: “Indústrias e não açudes para o nordeste”, que Celso Furtado anunciaria para a opinião pública, os problemas da entravada política de açudagem que se repetia já a décadas sem muito sucesso (CENTRO, 2011).

O economista também demonstraria como essa diretriz equivocada, deixava a região nordestina em situação desvantajosa em relação ao Centro-sul do país. Desde o início de 1959, ainda ocupando o cargo de diretor do BNDE, era de seu feitio criticar a ilusão da açudagem, defendendo sempre que o caminho natural para o desenvolvimento deveria passar pela industrialização. Ainda em depoimento na matéria, Furtado ressaltava a necessidade de uma reorientação das políticas para o Nordeste, que deveria abandonar definitivamente a ilusão dos açudes para enfim adotar as políticas de desenvolvimento regional (CENTRO, 2009).

Passado uma semana da apresentação, no dia 17 de fevereiro (1959), novamente sobre o projeto, ocorre uma segunda publicação no *Diário de Pernambuco*, desta vez com o título: “Desenvolvimento do Nordeste tem novo órgão: Sudene”. A primeira página do jornal foi tomada por uma enxurrada de notícias sobre o órgão, contendo além do anúncio da nova autarquia, as expectativas sobre o início da Operação Nordeste no Palácio do Catete, ambos já abordados em seção anterior e que aconteceriam no dia seguinte à publicação. Sobre a reunião do palácio, uma das páginas do diário apresentava uma chamada de matéria que destacava o plano como sendo ambicioso (CENTRO, 2011).

Narra Furtado, que a reunião se passou na presença de nove governadores do Nordeste e do presidente da república, porém um fato de grande importância aconteceu no mesmo dia: Juscelino acabou por enviar ao Congresso uma mensagem apresentando o projeto de criação da Sudene. Até então, “o único projeto de porte para a região Nordeste era a Barragem de Óros” (FURTADO, 1989, p.85). Estabelecia-se que a Sudene seria diretamente subordinada à Presidência da República com as seguintes atribuições:

- a) realizar estudos e sugerir diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- b) captar crédito estrangeiro e dirigir os programas de assistência destinados aos técnicos estrangeiros que atuavam no país;
- c) promover a execução direta ou mediante convênio dos contratos, acordos ou projetos sobre o desenvolvimento do Nordeste;
- d) dirigir, organizar a execução e elaboração dos projetos das instituições federais da região (CENTRO, 2011).

Dessa forma, os estados que se beneficiariam pela sua cobertura seriam: o estado da Paraíba, o de Pernambuco, o de Alagoas, o de Sergipe, o da Bahia, do Maranhão, do Piauí, do Ceará e do Rio Grande do Norte e também uma parte do estado de Minas Gerais (FGV, 2017).

Definidas as atribuições do projeto, os próximos obstáculos a serem superados estariam agora no Congresso Nacional, que ainda se encontrava sediado no Rio de Janeiro e de onde a mídia acompanhava de perto o seu caminhar. Na imprensa, o jornal *O Correio da Manhã* assumiria posição favorável em defesa do projeto recém-preparado (FURTADO, 1989). Em contrapartida, outro acontecimento preparado pela bancada ligada aos interesses latifundiários ameaçava o seu andamento.

Naquele momento de trâmite pelo Congresso, apresentou-se outro projeto que favorecia as práticas da ilusória política de açudagem e cujo objetivo era o de reforçar juridicamente os interesses daqueles que defendiam a antiga política: “alguém desencavou das gavetas um outro projeto de lei de irrigação, iniciativa antiga de um deputado paraibano ligado aos interesses da açudagem tradicional, cujo propósito não era outro senão reforçar juridicamente a política até então seguida” (FURTADO, 1989, p.76).

O projeto de Furtado acabou por merecer preferência na votação e rapidamente foi aprovado e encaminhado para sanção presidencial. Segundo o economista, as coisas aconteceram de tal maneira, que poucos chegaram inclusive a perceber que o projeto originário do Codeno foi substituído (FURTADO, 1989). Retomando o primeiro questionamento que fizemos na sub-seção anterior, argumentamos que a pretensão de natureza renovadora do projeto refere-se também à maneira pela qual desde o seu início ele se apresentou, pois ao procurar uma integração por uma nova política de desenvolvimento econômico regional, naturalmente frustrava a oposição, que chegou a desenterrar outro projeto de ideologia completamente refratária.

Ocorrida a aprovação da lei da Sudene, o governo equipou-se para competir no mercado de trabalho, inclusive com as empresas privadas, visto que possuía em seus quadros mais de uma centena de técnicos com instrução de nível superior (CENTRO, 2009).

A Lei da Sudene instituiria também uma reforma administrativa, já que o amplo quadro do órgão foi preenchido por técnicos que não eram funcionários públicos, inclusive conforme mencionado em seção anterior, muitos oriundos do curso intensivo realizado por Furtado em Recife no curso intensivo da Cepal (WANDERLEY, 2016).

Não sendo a Sudene um órgão tradicional para a época, o que reforça seu caráter renovador como promotor do desenvolvimento, assevera ainda Furtado, que dessa forma abriu-se o caminho para uma reforma autêntica da administração pública (CENTRO, 2009). Em síntese, o caráter renovador projeto Sudene habilitaria o Estado a tratar todo um processo histórico, econômico e político que ainda se desenrolava, ao passo que ao contrariar interesses antigos seria uma das razões pelo qual foi aprovado, conforme será visto na próxima seção.



### 4.3.1 A aprovação e a posse



Posse de Furtado na SUDENE no ano de 1960. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/uma-operacao-nordeste-contra-a-pobreza>

Discutimos anteriormente, que a Sudene foi criada como uma autarquia federal subordinada diretamente à Presidência da República, permanecendo Celso Furtado em seu leme do período de 1959 à 1964. Na seção que tratamos sobre a Operação Nordeste, destacamos boa parte das diretrizes adotadas por Furtado que serviram como um relatório de base para a atuação do órgão, colocando-o assim no centro de coordenação das políticas para o desenvolvimento do Nordeste.

Abordamos também um episódio antes da sua aprovação, ressaltando que outro projeto que foi “desenterrado”, pretendia refutá-lo, a fim de manter a defasada política de açudagem que ainda atendia certos interesses políticos. Assim, apesar dos obstáculos colocados no caminho, a aprovação do projeto Sudene se deu definitivamente com a lei nº 3.692 de 15 de Dezembro de 1959, vindo a substituir os dois órgãos que a precederam, o Gtdn e o Codeno (SUDENE, 2017). Dos trinta e um artigos contidos na lei aprovada e que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, destacamos o Art 2º que elenca as suas finalidades:

- a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na

região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;

c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor;

d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste (PLANALTO, 2017).

Tendo em vista a aprovação do projeto e as finalidades citadas, podemos entretanto indagar o que isso representou efetivamente para a reforma do Estado? O esclarecimento para essa questão, pelo que já foi apresentado e discutido até então, é que a aprovação representa o atendimento urgente da necessidade do Estado em prover uma intervenção regional muito bem planejada, que levasse ao desenvolvimento econômico da região problema (CENTRO, 2011).

É nesse sentido, que as finalidades acima elencadas se encontram alinhadas para uma reforma ao propor estudos, coordenação, supervisões e execução de projetos com vistas ao desenvolvimento e que como já discutido, deveria ocorrer a partir de um processo de industrialização, objetivando diminuir as disparidades com as outras regiões, em especial o Centro-Sul do país (CENTRO, 2011).

A posse de Furtado ocorreu em 8 de janeiro de 1960 na cidade do Rio de Janeiro em presença do chefe da Casa Civil Sete Câmara no gabinete do Ministro da Justiça Armando Falcão. Durante o discurso de posse, Furtado destacou que a situação era emergencial, em face do problema de complexa solução que exigia acima de tudo, visão do todo, profundidade e perspectiva, e lembrou ainda que a lei nº 3.692 que criou a Sudene e marcara definitivamente o governo do presidente Juscelino Kubitschek na região nordestina foi concebida com este fim, pois ela dispôs os elementos de uma autêntica reforma no Estado nos planos políticos, econômicos e administrativos (CENTRO, 2009).

No final da cerimônia de posse, Furtado confirmou o compromisso consciente da responsabilidade assumida, explicando que tal consciência foi adquirida desde a Operação Nordeste e a repercussão por esta causada na opinião pública. Reiterou o compromisso assumido desde o início pelo presidente Kubitschek, e que este sabia que ao seu governo não caberia concluir a reforma da região, mas sim equipar o Estado para tal (CENTRO, 2009).

Em síntese, a aprovação do projeto representou a vitória das batalhas pela consolidação da Sudene e dificuldades superadas, enquanto que a cerimônia de posse marcou importante passo para as tarefas que se apresentariam com Furtado na liderança. A partir de então, o economista poderia colocar tudo o que estudou em prática (CENTRO, 2009). Dentre tais tarefas, uma se destacou na história da América Latina e durante a Sudene de Furtado: a *Aliança para o Progresso*, que será abordada na próxima subseção.

### 4.3.2 A Aliança para o Progresso



Encontro do presidente americano John F. Kennedy e o economista brasileiro Celso Monteiro Furtado em 1961. Fonte: <http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/silvioosias/2016/08/08/celso-furtado-dirigiu-pick-up-da-sudene-para-mostrar-o-recife-sartre/>

O plano conhecido como *A Aliança para o Progresso* lançado em 1961 pelo presidente americano John F. Kennedy na cidade uruguaia de Punta del Este, representou um programa de cooperação cujo objetivo era o de desenvolver economicamente os países da América Latina, além de frear o avanço do socialismo (FGV, 2017). Sua inauguração ocorreu dois anos após a Revolução Cubana de 1959. Segundo Tavares, tal plano guardava semelhanças com o conhecido Plano Marshall de 1947, sendo que este havia sido elaborado pelos Estados Unidos para reconstruir os países aliados que foram destruídos na Europa após a Segunda Grande Guerra (TAVARES, 2004).

Mesmo com as semelhanças entre os planos, a aliança seria adaptada para atender as necessidades da América Latina e inspirada também na Operação Pan-Americana (OPA) de 1958 de Juscelino Kubitschek e Dwight D. Eisenhower (TAVARES, 2004).

Em Julho de 1961, a convite do presidente Kennedy, Furtado realizou uma exposição na Casa Branca sobre a Sudene e o Nordeste. Na ocasião, o presidente Kennedy garantiu à Furtado que firmaria acordo de cooperação de caráter permanente com a superintendência (TAVARES, 2004).

O plano chegaria ao Brasil quase um ano depois durante o governo do presidente João Goulart (1961 – 1964), precisamente no dia 4 de Junho de 1962, sendo um dos temas mais importantes que dominava a Sudene de Furtado naquele período (CENTRO, 2011). Conforme mencionado, um dos objetivos do programa firmado entre a Sudene e o governo americano era o de neutralizar os reflexos do movimento da Revolução Cubana que ocorria pela América Latina (CENTRO, 2011).

Essa aliança também representou o comprometimento dos Estados Unidos em apoiar planos de desenvolvimento econômico nesses países, onde a partir da ascensão de John F. Kennedy à presidência americana abriria novos horizontes e expectativas (FURTADO, 1989). Ainda de acordo com Furtado, a repercussão acerca do plano foi enorme no mundo acadêmico, visto que pela primeira vez esse mundo sentia-se aproximar do tão falado poderio americano, e os homens de pensamento assumiam posições de vanguarda nessa nova cruzada (FURTADO, 1989).

No entanto, pode-se questionar o que motivou o interesse americano pela AL? Em sua obra *A Fantasia Desfeita*, Furtado esclarece que os países latino-americanos constituíam terreno privilegiado aos Estados Unidos para introduzir suas novas ideias nas relações internacionais (FURTADO, 1989).

O período pelo qual passava a América Latina possibilitaria nova orientação à política norte-americana sobre esses países, de modo que valorizando a região e o espírito intelectual inovador, apoiaria as forças empenhadas em reformar as suas estruturas anacrônicas. Foi o momento em que os Estados Unidos deixariam de ser “o gendarme do *status quo* na América Latina, o aliado tácito de todas as forças aplicadas em manter o imobilismo social, para então assumir o papel de estimulador das mudanças orientadas para a modernização e o desenvolvimento” (FURTADO, 1989, p. 108).

O plano de ajuda ao Nordeste foi apresentado inicialmente pelo programa no mês de janeiro de 1962, compreendendo da parte americana a importância de 131 milhões de dólares a serem investidos até o ano de 1964, enquanto isso o Brasil deveria contribuir em sua parte com uma importância de 145 milhões de dólares (FGV, 2017). O cenário para execução do plano contava com cinco prioridades: a instalação de chafarizes públicos e cacimbas, a eletrificação da zona rural, a implementação de cursos de alfabetização e treinamento profissional, a instalação de postos de saúde e a criação dos canteiros de obras da aliança (TAVARES, 2004, p. 136).

Devido a este cenário otimista da postura dos EUA, Furtado sempre mostrou-se bastante interessado e favorável à *Aliança para o Progresso*, pois considerava o programa de necessidade fundamental para o desenvolvimento da região (TAVARES, 2004, p.134). Argumentamos nesse sentido, que parte do entusiasmo de Furtado, ocorreu por tratar-se da primeira vez na história da

região nordestina que um governo estrangeiro estaria interessado em realizar missões de cooperação para o seu desenvolvimento. No entanto, o acordo não prosseguiu da forma esperada. Nesse sentido, vale salientar o que esclarece Aquino (2004) sobre o acordo, dizendo que em nenhum momento a Sudene mostrou ter tomado uma posição pró-Estados Unidos, afinal o interesse na ajuda era somente direcionado para a transformação do nordeste, não importando de qual país viesse.

Em meados de 1963, passado um ano após o acordo firmado, os Estados Unidos mostravam-se cada vez mais vacilantes com o compromisso de Aliança. Um dos motivos foi a falta de êxito do Plano Trienal e o não interesse de João Goulart em apoiá-lo (FGV, 2017). A situação se tornou mais crítica quando numa reunião ocorrida durante o ano, o presidente praticamente nem tocara no assunto em questão, mostrando absoluto desinteresse em desenvolvê-lo (FGV, 2017).

Em resumo, podemos compreender que a Aliança para o Progresso, representou não só uma cooperação internacional inédita para alavancar o desenvolvimento nordestino, assim como uma grande oportunidade para a Sudene de Furtado de conseguir recursos de aplicação da teoria de desenvolvimento furtadiana e assim agir na reforma do Estado.

#### **4.4 A Sudene na Reforma do Estado**

A história da administração pública no Brasil foi conduzida e marcada por três grandes diferentes tipos de reformas: a patrimonialista de 1500 a 1930, a burocrática de 1930 a 1990 e a gerencialista ocorrida a partir de 1990. Cada um dos modelos, inseridos em determinado período histórico, representam as mudanças necessárias nas estruturas administrativas e institucionais dos aparelhos do Estado. Ao Estado, cabe o aparelhamento do país para que este desempenhe múltiplas e complexas funções e cujo resultado se reflete no desenvolvimento.

Historicamente, a região Nordeste foi testemunha dessas reformas. Já no tempo do império, criou-se diversas comissões para enfrentar as crises da região, onde se operava a construção de açudes (FURTADO, 2009).

Pela perspectiva histórica, pode-se compreender que a antiga questão do problema nordestino atravessou o império, tendo portanto, sido fonte antiga de preocupações governamentais. O problema, sendo de longa data, conforme já discutido, foi tratado somente pela política ineficaz da açudagem e construção de poços. Devido a esse fato, ao longo de tantas décadas foi delegada ao Nordeste uma imagem de descrédito, tendo ainda sido acentuada pela incapacidade de governos anteriores em lidarem com o problema.

Mas qual seria a origem dos problemas do Nordeste? A resposta para tal questionamento se fundamenta na análise do processo histórico pelo qual passou a região, visto que desde o século

XVI, formou-se ali uma economia de exportação do açúcar e que como toda economia de exportação, só cresceu a medida que essa demanda permitia crescer (CENTRO,2009). Sendo assim, a economia do açúcar permitiu o povoamento do chamado *hinterland* nordestino, com o início de toda problemática.

Argumenta Furtado no texto *A Operação Nordeste*, que não seria possível transformar todo um processo de natureza histórica, que foi construído ao longo das décadas, sem uma real compreensão dele. Somente pelo resgate histórico, seria possível executar uma política de desenvolvimento e que para tal execução seria indispensável o aparelho administrativo adequado (FURTADO, 1959).

A reforma do Estado na região proposta pela Sudene de Celso Furtado é de natureza administrativa (CENTRO, 2009). A insuficiência administrativa dos aparelhos do Estado para lidar com questões do desenvolvimento era um grave problema na época, no que diz respeito à execuções políticas para transformar o país, sendo este também um problema de caráter estrutural. Porém, segundo a experiência de Furtado (1959), de nada adiantariam reformas administrativas sem serem antecedidas pela efetiva reformulação política, a qual deveriam seguir. A Sudene, nas próprias palavras do economista: “pretende ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste, e ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos” (FURTADO, 2009, p. 35).

Visando essa modificação de estrutura, a estratégia para a reforma proposta pela Sudene de Furtado, tem em sua essência as análises e experiências históricas anteriores. Como exemplo pode-se citar as experiências da Inspetoria de Secas, criada em 1909, que seria mais tarde conhecida como Dnocs e que foi a primeira instituição a realmente analisar e atuar sobre os problemas regionais nordestinos (DNOCS, 2017). Este órgão, porém, resumiu-se somente em se preocupar em tranquilizar a opinião pública, sem de fato cumprir suas promessas (FURTADO, 2009).

Sabendo-se que foram as condições políticas desfavoráveis que condicionaram os esforços anteriores à esterilidade e frustração, a estratégia da Sudene se assentaria em três diretivas: a primeira e a segunda indicariam o rumo que se deveria tomar no sentido de abrir os horizontes, isto é, abordar a reforma da região como um problema de desenvolvimento, enquanto que a terceira diretiva trataria da necessidade conjunta de lideranças políticas e ações técnicas (FURTADO, 2009).

De acordo com nossa análise, o papel da Sudene para a reforma era o de ser um instrumento capacitado para formular uma política de desenvolvimento, para modificação da estrutura frente aos objetivos pretendidos. Dessa forma, a primeira diretiva abordou o problema do Nordeste como um problema de desenvolvimento econômico regional, algo que de fato nunca havia ocorrido antes de

Furtado. Tratando o problema sobre este ponto de vista, evitava-se também outra questão importante, que era a da demasiada importância histórica negativa que assolara a região, e que conforme já mencionado outras vezes, era a região problema das secas.

Cabendo à primeira diretiva tratar do desenvolvimento necessário para a região problema, destaca Furtado que essa, deveria ser compreendida como um processo de múltiplas formas, ou seja, de caminhar progressivo e distinto que permitiria complementaridades das partes do sistema econômico (FURTADO, 2009). Entende-se assim, que quando se trata de políticas para o desenvolvimento, se faz necessário observar ao mesmo tempo, os múltiplos caminhos possíveis de serem percorridos, procurando evitar a perda de direção. Sobre este princípio, é que se orienta a primeira diretiva, sendo o modo pelo qual deveria ser amparada a reforma regional nordestina, já que nela não haveria possibilidades do desenvolvimento prosseguir pelos meios habituais, conforme acontecera com as outras regiões (CENTRO, 2009).

À primeira diretiva, também caberia os esforços de capitalização adaptados às possibilidades regionais, para que dessa forma ocorresse a elevação da produtividade. Para Furtado, o esforço de capitalização e adaptação ao meio seria de importante contribuição, que deveria estar direcionado no que concerne a criação de tecnologias referentes aos estudos de tratamento do solo, cujo papel seria essencial para o desenvolvimento da região (FURTADO, 2009).

Fazia parte da estratégia da diretiva, a preocupação sobre a questão do problema de irrigação do solo, e que já tinham sido objeto dos estudos anteriores no Codeno, que inclusive foi responsável pelo projeto lei de irrigação de agosto de 1959, executado posteriormente pela Sudene. A esse respeito, destaca Tavares: “Enfrentar o problema da irrigação constituiu, provavelmente, a mais importante tentativa de realização do Codeno” (TAVARES, 2004, p.119). Mas qual seria a reforma executada pela Sudene nesse sentido? Sobre essa questão em Tavares encontra-se:

“A intenção era de implementar uma grande agricultura de irrigação, segundo os planos que seriam elaborados na Sudene. Pretendia-se, na verdade, criar as condições para o surgimento de um novo tipo de agricultura com bases em empresários agrícolas que pudessem contar com assistência técnica e sistema de créditos adequados” (TAVARES, 2004, p.119).

Ao levantar o problema da irrigação e da parte tecnológica, o que se pretendia era o direcionamento de uma possível solução para estabelecer um novo tipo de agricultura conforme assinala Tavares, que é a “agricultura empresarial” (TAVARES, 2004, p. 119). Na época o Nordeste possuía três milhões de hectares de solos localizados próximos às regiões de maior população, e que

não se aproveitavam adequadamente (FURTADO, 2009). É desse modo, que a primeira diretiva da proposta reformista da Sudene, trataria de aproveitar esses recursos ainda não explorados, necessitando da tecnologia adequada.

À segunda diretiva, cabia tratar dos investimentos do setor privado, não a limitando apenas ao setor público. Além de incentivar o crescimento da parte empresarial, a proposta reformista dessa diretiva também seria a de fixar na região, os capitais lá formados, produzindo desse modo, empregos fixos para as populações regionais. Nas palavras de Furtado: “não seria possível solucionar o problema do Nordeste limitando nossas preocupações ao setor público” (FURTADO, 2009, p.176).

Grandes montantes de investimentos seriam delegados aos cuidados do setor privado. A esta diretiva caberia demonstrar que o objetivo principal de toda política sobre desenvolvimento é o de fixar o capital na região, visto que esse mesmo capital tende a se reproduzir e gerar empregos fixos para a população regional, o que explica ser a ação empresarial um fator dinâmico econômico indispensável (CENTRO, 2009).

Assim, o cuidado maior dessa diretiva seria o de criar na região as condições necessárias à fixação do capital. O objetivo também, seria o de atrair para o Nordeste, os capitais das regiões mais desenvolvidas. Entretanto, já existia na região uma base industrial que contava com cerca de mais de sessenta fábricas. Nesse caso, foi proposto o estudo sistemático dos ramos já atuantes, a fim de se conceder aos empresários locais, incentivos e assistências necessárias, por meio do treinamento de pessoal especializado ou pelo reequipamento das fábricas, dentro de um período de no máximo dois anos (CENTRO, 2009).

A terceira e última diretiva, é descrita por Furtado como sendo a grande estratégia, ou seja, a que possibilitaria de fato a reforma (FURTADO, 2009). Essa diretiva teria por base a manutenção dos laços entre comando político e ação técnica, mantendo-se independente de qualquer influência político-partidária. É nesse sentido que se pode compreender a Sudene como um órgão de natureza estritamente técnica como sempre afirmava Furtado (CENTRO, 2009).

Destacamos que não existindo plano para o desenvolvimento sem a respectiva política de desenvolvimento, concebe-se que nenhuma ação política de governo poderia ter resultados, sem o apoio dos principais centros de poder, o que no caso da reforma proposta pela Sudene, a parte estritamente técnica não poderia ser isolada do cenário político. Sendo assim, argumentamos que, conforme visto em seção anterior, durante a reunião sobre a Operação Nordeste ocorrida no Palácio do Catete, as nove autoridades ali presentes eram todas representantes do poder político.

A questão chave da terceira diretiva seria o da unidade entre o técnico e o político, o que permitiria a Sudene, uma comunicação direta com qualquer opinião ou mídia pública. Sendo assim,



não estando ligada à quaisquer interesses político-partidário, todos os seus assuntos poderiam ser debatidos abertamente (CENTRO, 2009). Nesse caso, argumentamos também que existe uma natureza renovadora na proposta de atuação do órgão e na proposta de reformas, onde devido a essa polêmica formou-se uma consciência nacional das dificuldades da região e da qual o governo continuaria dando o devido suporte.

Sobre esta terceira diretiva, lembra Furtado: “Elevou-se assim, o nível de toda a discussão política na região. Haver vinculado o problema do desenvolvimento ao debate político, eis a chave do apoio que recebeu a Sudene da opinião pública” (FURTADO, 2011, p.177).

Abrindo o debate político para opinião pública, a diretiva permitiu que choques de pontos de vista não ficassem restrito às autoridades políticas locais, já que agora o problema do desenvolvimento nordestino chegava ao conhecimento nacional. O que também é apoiado pela afirmativa de Bittencourt Oliveira: “o Nordeste afirmou-se ante a consciência nacional como a única experiência importante de integração regional no país” (OLIVEIRA, 2000, p.22). Percebe-se portanto, a importância desta diretiva, que ao conseguir o apoio da opinião pública, prepara o cenário nacional favorável à intervenção da Sudene na reforma do Estado. Destacamos ainda que tal apoio não acontecera com nenhuma instituição anterior a Sudene. Como sempre assinalara Furtado, “todo desenvolvimento econômico exige reformas, mas tais reformas somente poderão ser executadas quando o órgão goza de extraordinária autoridade” (FURTADO, 2011, p.177).

O papel da Sudene na reforma do Estado, apoiado pelas três diretivas apresentadas, reflete um dos problemas mais difíceis com que se deparam os países subdesenvolvidos que é a do aparelhamento do Estado, a fim de que este desempenhe as funções necessárias que resultem no seu próprio desenvolvimento (FURTADO, 1968).

Também sobre esta condição, reforça Furtado que a natureza e o alcance de qualquer planejamento governamental para o desenvolvimento estão ligados a um fator essencial que é “o grau de integração da sociedade”. Furtado também assevera que: “Numa sociedade de baixo grau de integração econômica, em que a maioria das decisões relacionadas com as atividades econômicas têm alcance apenas local, o planejamento técnico do governo apresenta escasso interesse” (FURTADO, 1968, p.115).

O problema nordestino, ao ser reconhecido nacionalmente, não permitiu que o projeto Sudene caísse no desinteresse. Muito pelo contrário, argumentamos que a ação dos técnicos da Sudene, atingiu a sociedade em larga dimensão e os jornais noticiaram todos seus passos, tal como fez o *Diário de Pernambuco* e outras mídias. O momento pela qual a autarquia passava fazia parte do esforço coletivo dos técnicos, que respondiam ao chamado social, ao assumir as responsabilidades de reforma do Estado. O que aconteceu de fato no papel da Sudene, foram os

esforços visando uma integração nacional de três pontos: econômico, político e social. Nesse sentido pode-se entender o que Furtado pretendia alertar ao dizer que na sociedade de baixo grau de integração econômica, o alcance de quaisquer esforços seriam apenas locais.

Com os técnicos, pode-se compreender que a Sudene de Furtado passava do mito para a ação na reforma. Foi o momento onde a ação dos homens de formação contribuiria para o desenvolvimento do país, ainda que estes fossem escassos (CENTRO, 2009). Sobre a necessidade de qualificação, Furtado aponta a sua escassez e ressalta: “na luta contra o subdesenvolvimento nenhum problema é de mais difícil solução do que aquele apresentado pela escassez de pessoal especializado e adequadamente motivado” (FURTADO, 1989, p.85).

Devido a esta escassez técnica, foi necessário o auxílio estrangeiro para a viabilidade da função da Sudene. A assistência dos técnicos estrangeiros deveria suprir esta carência, porém se deparava com algumas dificuldades tais como: tempo para o técnico estrangeiro se adaptarem ao país e a inaptidão dos mesmos para abordar problemas gerais. Essas dificuldades só poderiam ser supridas pela inserção desses técnicos em programas de preparo, a partir de onde posteriormente seriam encaixados como peças nos mecanismos em que atuariam (FURTADO, 1989). É possível compreender nesse sentido que a utilização de técnicos estrangeiros demandava uma organização prévia para primeiramente prepará-los e depois designá-los às áreas onde trabalhariam.

A escassez nacional de pessoas qualificadas foi verificada durante um levantamento sobre o desempenho de Universidades mantidas pelo governo federal, constatando-se que a causa era a insuficiência dos cursos de ensino médio, que tornavam inviáveis o vestibular para o acesso universitário (FURTADO, 1989).

Conforme visto, a reforma idealizada por Furtado, através da Sudene, demandava tempo e empenho, não acontecendo da noite para o dia, pois se tratava em verdade de unificar as ações do governo (políticas, econômicas e sociais) para promover uma reforma administrativa geral. Foi por isso que colocamos no início desta seção que se tratou de uma reforma administrativa. Ao integrar todas as diretivas vistas anteriormente, bastaria traduzi-las em trabalhos que deveriam ser cumpridos e que a descentralização somente ocorreria nas etapas da execução, cabendo cada órgão responsável zelar por elas.

#### 4.4.1 As reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene de Celso Furtado e a Reforma Interrompida



O Governador de Pernambuco Miguel Arraes, o Presidente João Goulart, Celso Monteiro Furtado e o chefe da Casa Civil Darcy Ribeiro participam de assinatura de Atos e Convênios na Sede da Sudene no Recife, em 29 de Março de 1963. Fonte: <http://procondel.sudene.gov.br/CelsoFurtado.aspx>

As reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene de Celso Furtado aconteceram entre as datas de 26 de abril de 1959 até o dia 4 de março de 1964. Durante este período, ocorreram no total 77 reuniões (detalhadas no apêndice que pode ser consultado no final deste estudo), em que Celso Monteiro Furtado esteve a frente de sua superintendência, contando com o apoio e presença de outros expoentes das mais variadas áreas da administração pública brasileira.

Temas essenciais acerca do processo de industrialização da região Nordeste foram não só discutidos entre diversas autoridades, como também foram executados projetos de suma importância como por exemplo a construção das usinas Termelétricas de Fortaleza, Teresina e Paraíba na década de 1960.

A questão do “Transporte” do Nordeste, assim como a conclusão do plano “prioritário de Aeroportos” para a região, são outros dois exemplos demonstrando que a teoria e a prática encontravam-se ligadas de forma intensa, tendo a Sudene de Furtado a confiança e a cooperação

necessárias para execução dos projetos.

Os anos de 1964 a 1985 marcaram o período de regime militar no Brasil. A assinatura do Ato Institucional Número Um no dia 9 de abril de 1964 cassou os direitos políticos de Celso Furtado e de outros colaboradores da Sudene que tiveram que fugir do país para não serem presos. Exilando-se na França, Furtado aceitou convite para ocupar cátedra na Universidade Paris-Sorbonne onde permaneceria por 20 anos (SUDENE, 2017).

Mas o que levou a essa situação extrema que interromperia a reforma pretendida pela Sudene? Observemos que para responder esta pergunta é preciso relembrar alguns eventos históricos que impulsionaram essa situação, onde o ponto inicial foi a Revolução Cubana ocorrida em 1959. Esse movimento, apoiado pela antiga URSS, trouxe grandes preocupações no âmbito internacional, que temia sua propagação pela América Latina, reforçado também pela crise dos mísseis nucleares cubanos de 1962, o que agravou as tensões pela região (CENTRO, 2011).

Houve durante o período, grande resistência por parte dos Estados Unidos em fornecer os recursos necessários à industrialização nordestina (CENTRO, 2011). Conforme já mencionado em seção anterior, a ascensão de João Goulart à presidência da república estremeceu a Aliança para o Progresso e naquela ocasião os EUA passaram a espreitar o Brasil com desconfiança (CENTRO, 2011).

Observa-se que foi desse modo que ocorreu a interrupção da reforma pretendida pela Sudene de Furtado, já que ao longo de seus cinco anos de existência o órgão testemunhou a deterioração das relações com os EUA que só cessariam com o golpe militar de 1964. Por fim, nos servindo da citação de Furtado de que, “o projeto tinha como objetivo a construção de um país decente” (FURTADO, 2011, p. 69), argumentamos, que a partir do momento em que Castelo Branco assumiu o governo e Jango foi deposto do cargo, a reforma pretendida pela Sudene e a oportunidade de se construir com ela um país decente foi abruptamente interrompida.

## **5. Conclusões**

A partir dos dados levantados em artigos, livros, atas e documentos, me dediquei à tarefa de conhecer de forma geral a conjuntura em torno do tema, com o objetivo de discutir a importância dada à Sudene de Furtado, na condição de um órgão que apresenta uma natureza renovadora na reforma do Estado. Na ausência de literatura considerável na área dos estudos da administração sobre meu tema de pesquisa, procurei me aprofundar na conjuntura do período colocado em análise, prosseguindo dentro da delimitação existente e das minhas próprias limitações de interpretação dos

dados enquanto pesquisador.

Partindo da visão ainda vigente da Sudene furtadiana, enquanto modelo a ser seguido para idealização de novos projetos, novos órgãos ou até mesmo como exemplo devido a maneira como se deu a sua condução por Furtado, inspirando até mesmo gestões atuais, nos deparamos com a Sudene de nossa atualidade, isto é, a autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, criada pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SUDENE, 2018).

O cenário institucional da nova Sudene, tem como instrumentos de ação: o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, Planos Regionais de Desenvolvimento Plurianuais e Anuais, articulados com os planos federais, estaduais locais, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE e outros programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, na forma da lei e da Constituição. Suas diretrizes estratégicas compreendem quatro tópicos:

- 1ª - Promover a competitividade sistêmica da base produtiva do Nordeste;
- 2ª - Universalizar o acesso a ativos estratégicos;
- 3ª - Promover a excelência técnica e a qualidade da gestão na Sudene;
- 4ª - Fortalecer a imagem da Sudene (SUDENE, 2018).

Dentro da primeira diretriz estratégica que é a de promover a competitividade sistêmica da base produtiva do Nordeste estão os objetivos de aumento da competitividade de setores produtivos pelo fortalecimento de cadeias e arranjos, dando estímulo a inovação e ao investimento estrutural, isto é, fortalecendo a infraestrutura regional como um todo, inclusive a que trata da inclusão da cadeia produtiva, assim como maximizar a utilização dos recursos dos fundos, dos incentivos fiscais e o levantamento de outras fontes. Também é objetivo desta diretriz, o de inserir a abordagem regional em políticas nacionais, particularmente em relação ao Semiárido brasileira e fortalecer as administrações públicas (SUDENE, 2018).

A segunda diretriz visa universalizar o acesso a ativos estratégicos e tem por objetivos: o estímulo da melhoria de qualidade de educação formal em todos os níveis, assim como viabilizar soluções diversas e que sejam inovadoras para o Semiárido brasileiro. Também é objetivo desta diretriz, o de promover uma sustentabilidade do meio ambiente e apoiar na atuação dos sistemas regionais de Defesa Civil (SUDENE, 2018).

A terceira diretriz estratégica trata de promover a excelência técnica e a qualidade da gestão na Sudene, abarcando objetivos como: promover a valorização dos servidores e a capacitação por competências, assim com a constante modernização da gestão. O aperfeiçoamento constante da governança de Tecnologia da Informação, a fim de garantir a segurança de informação e comunicação da instituição, além de recuperação e modernização das instalações internas, melhorando a segurança do ambiente de trabalho (SUDENE, 2018).

A quarta e última diretriz que se dispõe a fortalecer a imagem da Sudene, almeja atingir essa meta através do: fortalecimento da comunicação interna e externa, assim como consolidar as articulações institucionais necessárias através de *network*, sinergias e parcerias, elevando os colegiados da Sudene ao nível de fórum para discussão de temas estratégicos para o desenvolvimento regional (SUDENE, 2018).

Quando decidimos investigar e discutir a importância da Sudene de Celso Furtado na Reforma do Estado (1959-1964), conforme dissemos no início deste trabalho, tomamos esta tarefa como sendo o nosso objetivo principal, visando esclarecer se realmente a Sudene de Furtado pode ser considerada de fato uma referência para reforma do Estado brasileiro. Mas como ela se posicionaria frente a Sudene da atualidade? Nos pautando sobre as estratégias da Sudene dos dias de hoje, defendemos que a instituição ainda se compromete em boa medida com muito da proposta original da década de 1950.

É nesse sentido que concluo a favor da instituição, visto que as estratégias adotadas que se encontram delineadas em seu plano de dados abertos para o biênio 2017-2018, objetivam de modo semelhante o que almejava Furtado sobre o desenvolvimento do Nordeste. No entanto, apesar do aparente cenário otimista, assinalo a quarta diretriz como sendo algo que ocorreu de modo muito natural durante o período de permanência de Celso Furtado na Superintendência do órgão, que é o fortalecimento da imagem da instituição. As parcerias de representantes de outras instituições e outros estados ocorriam naturalmente e o estabelecimento do órgão ao nível de fórum de discussões acerca de temas estratégicos de desenvolvimento regional era uma grande realidade, sendo esta a realidade plena da instituição em seus primeiros cinco anos, o que pelo visto já não ocorre nos dias de hoje pois se tornou um objetivo a ser atingido.

Concluimos que passados 54 anos da Sudene de Furtado, a sua contribuição não só teve caráter inovador, como servirá por muito tempo de amplo manancial de estudos para outros pesquisadores de diversas áreas (Administração, Economia, História etc), visto que o projeto de reforma do Estado almejava algo muito maior, que é servir de exemplo da maneira pela qual se constrói um país decente, algo que não é peremptoriamente impossível mas que ainda pode levar muito tempo para se tornar realidade em nossa nação brasileira.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.B. O Nordeste no segundo Governo Vargas. Fortaleza, BNB, 1985.
- AQUINO, L. C. M. Sudene: a utopia de Celso Furtado. Recife, O Autor, 2004.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. Fontes Documentais. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARROS, Amon. Os arquivos e o “Arquivo” (e vice-versa): temas para os Estudos Organizacionais. EnANPAD, 2014.
- BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BIELSCHOWSKY, R. O desenvolvimento: do pós-guerra até meados dos anos 1960. Rio de Janeiro: CENTRO, 2011.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- \_\_\_\_\_. A Sociedade Feudal. São Paulo: EDIÇÕES 70, 1979.
- \_\_\_\_\_. Introdução a História. São Paulo: EDIÇÕES 70, 1965.
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- \_\_\_\_\_. A Escrita da História: novas perspectivas / Peter Burke (org); tradução de Magda Lopes, - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- \_\_\_\_\_. O Historiador como Colunista: Ensaio para a Folha / Peter Burke; tradução Roberto Muggiati. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. O Nordeste e a Saga da SUDENE:1959-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. Anos de Formação:1938-1948. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. Caderno de Desenvolvimeto vol 6(8), maio de 2011.
- CEPAL. Disponível em: < <http://www.cepal.org/pt-br/about> >. Acesso em 20 de mai. 2017.
- COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 5, p. 829-874, 2008.
- COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Perspectiva histórica em administração:

novos objetos, novos problemas, novas abordagens. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul./set. 2010.

CODENO. Disponível em: < <http://procondel.sudene.gov.br/Noticias.aspx?tag=Codeno> >. Acesso em 10 de mai. 2017.

CURADO, I. Pesquisa historiográfica em administração: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXV, 2001, Campinas. Anais... Campinas: ANPAD, 2001.

DNOCS. Disponível em: < <http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?> >. Acesso em 5 de mar. 2017.

FISCHER, T. O ensino da administração pública no Brasil, os ideais do desenvolvimento e as dimensões da racionalidade. Tese de doutorado em administração, USP, São Paulo, 1984

FOUCAULT, Michel, 1926-1984 7.ed. A arqueologia do saber/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FURTADO, C. A Fantasia Organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. Os Ares do Mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. Subdesenvolvimento e a Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, Celso, Seminário Internacional: “Celso Furtado, A Sudene e o Futuro do Nordeste”. Livro Comemorativo. Recife: Sudene, 2000.

FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1> >. Acesso em 5 de mar. 2017.

FGV. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene> >. Acesso em 6 de mar. 2017.

FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-abbink> >. Acesso em 7 de mar. 2017.

FGV. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas> >. Acesso em 9 de mar. 2017.

FGV. Disponível em: < [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Horacio\\_Lafer](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Horacio_Lafer) >. Acesso em 11 de mar. 2017.

HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961) / Jacqueline Angélica Hernández Haffner. -Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 238 p.- (Coleção História ; 49)

JACQUES, R. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential.



Management & Organizational History, v. 1, n. 1, p. 31-49, 2006

JORNAL DA PARAÍBA. Disponível em

<<http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/silvioosias/2016/08/08/celso-furtado-dirigiu-pick-up-da-sudene-para-mostrar-o-recife-sartre/>> . Acesso em 11 de jan. 2018.

KUHN, THOMAS S. A Estrutura das Revoluções Científicas: Coleção Debates, 4ª Edição, Ed. PERSPECTIVA, 1966.

LIMA, M. C. Os boêmicos cívicos: Assessoria econômica-política de Vargas (1951-54). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

LUSTOSA, F. BRASIL: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. Niterói, 2008.

LUSTOSA, F. RELEÇÕES Estado-Sociedade no Brasil: Representações para Uso de Reformadores. Niterói, 2009.

TAVARES, H. M. Planejamento regional e mudança: o projeto Furtado-JK para o Nordeste / Hermes Magalhães Tavares Rio de Janeiro: H. P. Comunicação/UFRJ/IPPUR, 2004.

MARTINS, P.E.; GURGEL, C.; LIMA, D. M.C.; DARBILLY, L.; JUSTEN, A.; SANTOS, C.G. Referência aos Clássicos Interpretativos do Brasil no Pensamento Acadêmico Contemporâneo sobre Administração Pública. In: GURGEL, C.; MARTINS, P. E. (Orgs.). Estado, organização e pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2013.

PERSPECTIVA HISTÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO: PANORAMA DA LITERATURA, LIMITES E POSSIBILIDADES. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ915.pdf>> Acesso em 05 de nov. 2017.

PIERANTI, O. A metodologia historiográfica na pesquisa em administração: uma discussão acerca de princípios e sua aplicabilidade no Brasil contemporâneo. Cad. EBAPE.BR, v. 6, n. 1, p. 1 –12, 2008

PLANALTO. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm)> . Acesso em 16 de mai. 2017.

SERGIO WANDERLEY & AMON BARROS(2018) Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda, Management & Organizational History, DOI:10.1080/17449359.2018.1431551

STOLER, A.L. Along the Archival Grain: epistemic anxieties and colonial common sense Princeton, 2009.

SUDENE. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SUDENE. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PDA-Plano-de->

[Dados\\_Abertos-versao-1-5-0.pdf](#)>. Acesso em 17 de Janeiro de 2018

VIZEU, F. Em Algum Lugar do Passado: Contribuições da Pesquisa Histórica para os Estudos Organizacionais Brasileiros. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/238548-Em-algum-lugar-do-passado-contribuicoes-da-pesquisa-historica-para-os-estudos-organizacionais-brasileiros.html>>

Acesso em 07 de nov. 2017.

WANDERLEY, S. A trajetória de Celso Furtado como pensador das organizações e gestor público (1943-1964), 2016.

WANDERLEY, S. Desenvolviment(ism)o, descolonialidade e a geo-história da administração no Brasil: a atuação da CEPAL e só ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação. Tese de doutorado, EBAPE, 2015.

WANDERLEY, Sérgio et al. Caminhos e percursos da história em administração: um chamado à reflexão sobre o tempo a construção do presente. Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, [S.l.], v. 3, n. 8, p. 801-820, mar. 2017.

WEATHERBEE, T; DUREPOS, G.; MILLS, A.;MILLS, J. H. Theorizing the Past: Critical engagements. Management & Organizational History, v. 7, n. 3, p. 193-202, 2012.

## APÊNDICE A – Atas das Reuniões da Sudene de Celso Furtado (1959 – 1964)

Quadro 5 – Detalhes das Atas do ano de 1959

Local e data da reunião	Título	Principais Atividades
Recife, 26 de abril de 1959	Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (3 págs)	Discussão do Regimento Interno
Recife, 26 de abril de 1959	Segunda Sessão Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (5 págs)	Exposição por Celso Furtado do programa de uma política de desenvolvimento do Nordeste.
Recife, 01 de Junho de 1959	Primeira Sessão da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (6 págs)	Exposição das ocorrências verificadas no período compreendido entre a anterior e a presente reunião.
Recife, 01 de Junho de 1959	Segunda Sessão da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (6 págs)	Apreciação, pelo Conselho, do Plano de Pavimentação da Rede Prioritária Básica, Rodoviária do Nordeste
Recife, 02 de Junho de 1959	Terceira Sessão da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (4 págs)	Apreciação do projeto de criação da SUDENE.
Recife, 01 de Julho de	Primeira Sessão da Segunda Reunião Ordinária	Leitura e aprovação das Atas anteriores e

1959	do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (7 págs)	prestação de contas da Diretoria Executiva do Conselho.
Recife, 01 de Julho de 1959	Segunda Sessão da Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (7 págs)	Exposição de Celso Furtado das conclusões alcançadas na reunião dos técnicos ferroviários e rodoviários.
Teresina, 05 de Agosto de 1959	Primeira Sessão da Terceira Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (10 págs)	Leitura e aprovação das Atas anteriores.
Teresina, 05 de Agosto de 1959	Segunda Sessão da Terceira Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (16 págs)	Apreciação do anteprojeto de lei de irrigação do Nordeste. Explanação de Celso Furtado sobre o plano inicial da Operação Nordeste.
Recife, 01 de Setembro de 1959	Primeira Sessão da Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (7 págs)	Leitura e aprovação das Atas anteriores. Apreciação sobre a exploração e industrialização da jazida de Sal Gema existente no município de Sobradinho.
Recife, 01 de Setembro de 1959	Segunda Sessão da Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (11 págs)	Debate sobre o reaparelhamento necessário das Rede Ferroviárias para o desenvolvimento do Nordeste.
João Pessoa, 01 de Outubro de 1959	Primeira Sessão da Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (19 págs)	Leitura e aprovação das Atas anteriores. Exposição de Celso Furtado sobre a tramitação no Senado Federal da Lei que cria a Sudene.
João Pessoa, 01 de Outubro de 1959	Segunda Sessão da Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (9 págs)	Leitura e discussão acerca dos temas dos telegramas enviados por diversos prefeitos da região Nordeste abrangendo questões diversas: abastecimento de água, plano de eletrificação, construção de rodovias etc.
Recife, 04 de Novembro de 1959	Primeira Sessão da Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (10 págs)	Discutir questões diversas como o abastecimento de água, plano de eletrificação, construção de rodovias etc, discutir e mobilizar novas diretrizes.
Recife, 04 de Novembro de 1959	Segunda Sessão da Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (15 págs)	Estudo de diretrizes para o Plano de Emergência a ser considerado pelo CODENO em função de uma possível seca.
Salvador, 02 de Dezembro de 1959	Quinta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (13 págs)	Leitura dos relatórios das atividades e explanação dos trabalhos da Secretaria-Executiva por Celso Furtado.

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

Quadro 6 – Detalhes das Atas do ano de 1960

Local e data da reunião	Título	Principais atividades
Recife, 16 de	Primeira Sessão da Primeira reunião ordinária do	Discussão acerca do ante-projeto

Fevereiro de 1960	Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (4 págs)	regulamentador da Lei nº 3.692 de 15 de Dezembro de 1959.
Recife, 16 de Fevereiro de 1960	Segunda Sessão da primeira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (4 págs)	Discussão acerca do ante-projeto regulamentador da Lei nº 3.692 de 15 de Dezembro de 1959.
Recife, 17 de Fevereiro de 1960	Terceira Sessão da primeira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (8 págs)	Discussão acerca do ante-projeto regulamentador da Lei nº 3.692 de 15 de Dezembro de 1959.
Recife, 06 de Abril de 1960	Primeira Sessão da Segunda reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (16 págs)	Leitura e aprovação das Atas anteriores. Explanação acerca da elaboração do Plano Diretor para apresentação ao Congresso Nacional.
Recife, 06 de Abril de 1960	Segunda Sessão da Segunda reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (13 págs)	Discussão acerca da designação de uma comissão especial para investigar as causas de arrombamento do açude Orós. Discussão acerca do terreno técnico e financeiro. Explanação de Celso Furtado de que o regulamento da Sudene prevê que todos os órgãos responsáveis por obras no Nordeste apresentarão planos de obras que serão discutidos e integrados pela Sudene.
Recife, 04 de Maio de 1960	Primeira Sessão da terceira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (17 págs)	Discussão e votação das Atas da reunião anterior. Discussão acerca das chuvas que devastaram toda a região nordestina.
Recife, 05 de Maio de 1960	Segunda Sessão da Terceira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (13 págs)	Esclarecimentos acerca do Ante-Projeto que aprova o Plano Diretor.
Recife, 01 de Junho de 1960	Primeira Sessão da Quarta reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (18 págs)	Discussão e votação das Atas da reunião anterior. Discussão acerca dos processos nº 3/960, 6/960, 7/960, 8/960 e 9/960, sendo todos do representante das forças armadas como emendas ao Plano Diretor.
Recife, 02 de Junho de 1960	Segunda Sessão da Quarta Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (6 págs)	Pareceres aos processos: 4/160 (Grande Morinho Cearense S/A); 15/60 (Tubos Guararapes S/A); 17/60 (Mineração Boquira Ltda); 33/60 (Companhia Sisal do Brasil – Cosibra); 57/60 (Moinho Nordeste Ltda – Moinho Maceió); 58/60 (Indústria Nordestina de Produtos Alimentícios Ltda); 61/60 (Sisal do Brasil S/A).
Recife, 30 de Junho de 1960	Primeira Reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (12 págs)	Apreciação do programa de aplicação do crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros).
Recife, 01 de Julho de 1960	Quinta Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (38 págs)	Explanação de Celso Furtado acerca da instalação do primeiro escritório regional da SUDENE na cidade de Salvador, e de que foram ultimados os entendimentos com as Nações Unidas para início de estudo no sub-médio São Francisco e definir possibilidades de irrigação em grande escala na região nordestina.
Recife, 03 de Agosto de 1960	Sexta Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do	Leitura das Atas anteriores e realização de emendas para aprovação.

	Desenvolvimento do Nordeste (10 págs)	
Recife, 02 de Setembro de 1960	Sétima Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (19 págs)	Leitura e aprovação das Ata da sessão anterior e prestação de contas da Diretoria Executiva do Conselho.
Recife, 06 de Outubro de 1960	Oitava Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (12 págs)	Leitura e aprovação das Ata da sessão anterior. Explicação da Secretaria-Executiva sobre a pesquisa de mercado junto aos consumidores de produtos siderúrgicos do Nordeste, tendo em vista o ante-projeto da Usina Siderúrgica de Planos, no Estado da Bahia.
Recife, 04 de Novembro de 1960	Nona Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (19 págs)	Explicação de Celso Furtado acerca dos trabalhos realizados pela SUDENE, tal como a construção das Usinas Termelétricas de Fortaleza, Parnaíba e Teresina.
Recife, 07 de Dezembro de 1960	Décima Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (19 págs)	Leitura e aprovação das Ata da sessão anterior. Comunicação de recebimento do ofício nº879/60 do embaixador da França e de Irsare l na qual a SUDENE agradecia as atenções dispensadas ao Conselheiro Celso Furtado.

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

Quadro 7 – Detalhes das Atas do ano de 1961

<b>Local e data da reunião</b>	<b>Título</b>	<b>Principais atividades</b>
Recife, 09 de Janeiro de 1961	Décima primeira reunião ordinária Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (19 págs)	Discussão e votação da Ata da reunião anterior que foi aprovada. Estabelecimento do Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal.
Recife, 09 de Janeiro de 1961	Segunda sessão da décima primeira reunião ordinária Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (10 págs)	Pauta sobre o Ante-Projeto de Lei que aprova o Plano Diretor da SUDENE.
Recife, 03 de Maio de 1961	Décima segunda reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (33 págs)	Votação da Ata Anterior que é aprovada. Ampla exposição de Celso Furtado, esclarecendo que a Sudene com a passagem de governo, conseguiu demonstrar que havia conquistado um lugar dentro da administração nacional.
Brasília, 10 de Maio de 1961	Segunda reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (16 págs)	Oferecer aos senhores Deputados quaisquer esclarecimentos sobre os trabalhos e o planejamento já executado pela Sudene, bem como salientar que vários programas de trabalhos que interessem ao Nordeste se encontram com os prazos de execução retardados por falta dos recursos consignados nos projetos em tramitação na Câmara

		Federal.
Recife, 09 de Junho de 1961	Décima terceira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (20 págs)	Votação da Ata da reunião anterior que é aprovada. Relatório mensal das atividades da Secretaria-Executiva proferido por Celso Furtado, destacando a reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, a fim de levar à Câmara Federal a cooperação e discussões finais e conclusivas em torno do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste.
Recife, 04 de Julho de 1961	Décima quarta reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (18 págs)	Votação das Atas da décima terceira reunião ordinária e segunda reunião extraordinária, não sofrendo emendas e sendo ambas aprovadas. Apreciação de Celso Furtado acerca do Plano Diretor que alcançou na Câmara dos Deputados sua etapa final.
Recife, 02 de Agosto de 1961	Décima quinta reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (16 págs)	Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Leitura do Telegrama do Governo de Alagoas que solicita incluir em pauta de reunião o exame da produção agro industrial do açúcar no Nordeste. Discussão acerca da elaboração conjunta com os técnicos do Banco do Nordeste dos atos institutivos do fundo de industrialização do Nordeste.
Recife, 06 de Setembro de 1961	Décima sexta reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (12 págs)	Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Leitura dos Decretos da Presidência da República designando representantes dos cargos do Banco do Nordeste do Brasil S/A para o Conselho Deliberativo da Sudene. Discussão acerca dos setores de educação de base e educação rural no Nordeste.
Recife, 15 de Setembro de 1961	Terceira reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (17 págs)	Explanação de Celso Furtado sobre a necessidade de se dar um andamento mais rápido à aplicação dos recursos extraordinários postos à disposição da Secretaria-Executiva ainda no corrente exercício. Esclarecimentos do superintendente acerca do Plano Diretor que se encontrava em discussão final para aprovação no Congresso.
Recife, 04 de Outubro de 1961	Décima sétima reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (25 págs)	Leitura das Atas da reunião ordinária e extraordinária passadas. Apresentação do andamento dos trabalhos da CHESF no Rio Grande do Norte, atendendo o convênio estabelecido entre esta e a Sudene, objetivando a construção de cinquenta quilômetros de linha de circuito utilizando-se de 97 milhões de cruzeiros do Bnde.
Recife, 06 de Novembro de 1961	Décima oitava reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (22 págs)	Leitura e aprovação da ATA da última reunião com duas emendas: 1ª – Inclusão no pedido de criação de um grupo de trabalho, 2ª – Constar na ATA da décima sétima reunião o pedido de esclarecimentos sobre as emendas apresentadas ao Plano Diretor pelo Congresso, com referência ao Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Recife, 06 de Dezembro de 1961	Décima nona reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (20 págs)	Leitura e aprovação da ATA da última reunião. Relatório mensal das atividades da Secretaria Executiva apresentada por Celso Furtado. Explicação sobre a facilitação dos meios necessários a um perfeito conhecimento dos problemas do Nordeste pelos técnicos do governo Norte-Americano.
--------------------------------	---	---

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

Quadro 8 – Detalhes das Atas do ano de 1962

Local e data da reunião	Título	Principais atividades
Recife, 11 de Maio de 1962	Quarta Reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (18 págs)	Explicação de Furtado acerca de sua viagem à Alemanha Ocidental, com o objetivo de iniciar negociações entre o Governo do Brasil e o da República Federal Alemã, com vistas a uma ajuda financeira para secundar o esforço do Governo Americano, através da Aliança para o Progresso.
Recife, 15 de Maio de 1962	Quinta Reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (31 págs)	Discussão acerca dos problemas de abastecimento das cidades do Nordeste que se encontram ilhadas e com dificuldade de comunicação devido a violentos temporais que se abateram sobre os Estados.
Recife, 10 de Janeiro de 1962	Vigésima Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (17 págs)	Explicação de Celso Furtado sobre a Sudene e o Plano Diretor, visto que a Sudene até então não dispunha de uma maior flexibilidade no setor administrativo e a Lei do Plano Diretor completa o quadro institucional.
Recife, 7 de Fevereiro de 1962	Vigésima Primeira Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (21 págs)	Explicação de Celso Furtado acerca da execução do Plano diretor, pois trata-se de um grande esforço da Sudene a elaboração e a consecução da aprovação deste Plano que é um grande expectativa de todo o Nordeste.
Recife, 14 de Março de 1962	Vigésima Segunda Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (28 págs)	Leitura da Ata da reunião anterior e aprovação sem emendas. Explicação de Celso Furtado acerca da ação da concepção dos problemas do Nordeste e que se encontra dividida em duas etapas, sendo a primeira a de Arrojado Lisboa e a segunda de José Guimarães Duque e José Augusto Trindade, inspiradores das soluções nordestinas.
Recife, 4 de Abril de 1962	Vigésima Terceira Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (29 págs)	Leitura da Ata da reunião anterior e aprovação sem emendas. Explicação de Celso Furtado acerca do setor agrícola e dos trabalhos experimentais com respeito à fertilidade dos tabuleiros, em cooperação com outros órgãos do Governo Federal e do Governo do Estado de Pernambuco.
Recife, 9 de Maio de 1962	Vigésima Quarta Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (30 págs)	Leitura da Ata da reunião anterior e aprovação sem emendas. Explicação de Francisco Oliveira sobre os convênios realizados no valor de 2 bilhões e 350 milhões de cruzeiros para a execução de rodovias federais no Nordeste e contratação dos projetos para a construção da ponte sobre o São Francisco ligando Porto Real do colégio a Penedo em Alagoas. Assinatura de convênio com a CHESF

		no valor de 750 milhões de cruzeiros para começo da execução do Plano Diretor no setor energético.
Recife, 4 de Junho de 1962	Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (15 págs)	Leitura da Ata da reunião anterior e aprovação sem emendas. Discussão acerca do estado de emergência devido a seca parcial ocorrida no Nordeste, o que provocou prejuízos parciais à agricultura no estado da Paraíba.
Recife, 4 de Julho de 1962	Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (21 págs)	Leitura da Ata da reunião anterior e aprovação com uma emenda do Conselheiro Gilberto Freyre. Explanação do projeto que a Sudene elaborava com a assessoria da UNESCO com o objetivo de criar no Nordeste um grande instituto de tecnologia tropical relacionado com o levantamento sistemático de recursos naturais.
Recife, 1 de Agosto de 1962	Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (18 págs)	Explanação de Celso Furtado acerca da execução do Plano do Diretor que ocorre a contento nos setores de abastecimento energético, de água e rodovias que contam com seus recursos.
Recife, 5 de Setembro de 1962	Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (16 págs)	Leitura da Ata da Vigésima Sétima reunião que é aprovada sem emendas. Explanação de Celso Furtado acerca do comprometimento de dois terços dos recursos do Plano Diretor em diversos setores, cujas obras são realizadas por convênios celebrados entre a Sudene e outros órgãos do setor rodoviário, de energia elétrica e outros.
Recife, 19 de Setembro de 1962	Sexta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (42 págs)	Explanação por Francisco de Oliveira da solicitação realizada pela Sudene ao Fundo Especial das Nações Unidas para uma pesquisa sobre a viabilidade econômica de extração de sal em Sergipe e Alagoas.
Recife, 15 de Outubro de 1962	Vigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (17 págs)	Leitura, votação e aprovação da Atas da vigésima oitava reunião ordinária e sexta reunião extraordinária sem emendas. Modificação dos Arts, 10º e 7º do Regimento Interno da Sudene.
Recife, 05 de Novembro de 1962	Trigésima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (7 págs)	Leitura, votação e aprovação da Ata da reunião anterior sem emendas. Apresentação de Relatório da Secretaria-Executiva por Celso Furtado. Anúncio de que o Plano diretor foi aprovado pelo Conselho de Ministros e encaminhado para a Câmara dos Deputados para aprovação no Congresso.
Recife, 03 de Dezembro de 1962	Trigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (14 págs)	Leitura, votação e aprovação da Ata da trigésima reunião sem emendas. Conclusão do curso de Iniciação ao Desenvolvimento Econômico realizado em Sergipe, em colaboração com o Condese. Anúncio de abertura para os cursos de economia agrícola para agrônomos e veterinários destinados a formar pessoal técnico para a Sudene .

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

Quadro 9 – Detalhes das Atas do ano de 1963

Local e data da reunião	Título	Principais atividades
-------------------------	--------	-----------------------



Recife, 9 de Janeiro de 1963	Trigésima Segunda Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (14 págs)	Explicação de Celso Furtado acerca da questão do “Transporte” no Nordeste. Comunicação de que foi concluído o plano “Prioritário de Aeroportos do Nordeste”
Recife, 6 de Fevereiro de 1963	Trigésima Terceira Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (15 págs)	Leitura da Ata da reunião anterior que é aprovada sem emendas. Apresentação por Celso Furtado acerca dos investimentos realizados no Setor de Energia Elétrica.
Recife, 6 de Março de 1963	Trigésima Quarta Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (21 págs)	Amplio Relatório apresentado por Francisco de Oliveira acerca do andamento dos convênios firmados com os Estados pela Sudene para realização de obras em diversos setores como Energia, Transporte etc.
Recife, 10 de Abril de 1963	Trigésima Quinta Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (13 págs)	Leitura da Ata da reunião anterior que é aprovada sem emendas. Atualização por Celso Furtado acerca da situação do Plano Diretor que se encontrava em fase de tramitação final.
Recife, 3 de Maio de 1963	Trigésima Sexta Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (17 págs)	Amplio Relatório apresentado por Celso Furtado acerca do andamento dos convênios firmados com os Estados pela Sudene para realização de obras em diversos setores como Energia, Transporte etc.
Recife, 5 de Junho de 1963	Trigésima Setima Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (20 págs)	Discussão acerca de a necessidade de aplicação de verbas para a execução de obras e também instalação de escritórios da Sudene em todos os Estados compreendidos na sua área.
Recife, 3 de Julho de 1963	Trigésima Oitava Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (16 págs)	Amplio Relatório apresentado por Celso Furtado acerca do andamento dos convênios firmados com os Estados pela Sudene para realização de obras em diversos setores como Energia, Transporte etc.
Recife, 27 de Julho de 1963	Sétima Reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (34 págs)	Estudar alguns planos de aplicação dos recursos do 2º Plano Diretor. Relatório apresentado por Celso Furtado acerca da criação da Infra-Estrutura de Transporte e Energia, levantamento sistemático para aproveitamento dos recursos naturais de toda região.
Recife, 14 de Agosto de 1963	Trigésima Nona Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (25 págs)	Amplio Relatório apresentado por Celso Furtado acerca do andamento dos convênios firmados com os Estados pela Sudene para realização de obras em diversos setores como Energia, Transporte etc.
Recife, 4 de Setembro de 1963	Quadragésima Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (11 págs)	Apresentação de Furtado do relatório de atividades do Conselho Executivo informando sobre a nova estrutura administrativa da Sudene com compreendem: Infraestrutura, Pré-investimentos em recursos naturais, Pré-investimentos ligados ao fator humano, Investimentos ligados à produção, Investimentos de caráter Social e atividades de cooperação Internacional.
Recife, 9 de Outubro	Quadragésima Primeira Reunião ordinária do Conselho	Amplio Relatório apresentado por Celso Furtado acerca das

de 1963	Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (59 págs)	atividades da Secretaria-Executiva, referente as questões de Infra-estrutura de Energia e Transporte.
Recife, 6 de Novembro de 1963	Quadragésima Segunda Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (38 págs)	Amplamente Relatório apresentado por Celso Furtado acerca das atividades da Secretaria-Executiva, referente as questões de Infra-estrutura de Energia, Transporte e também atualização dos recursos referentes aos convênios celebrados.
Recife, 20 de Novembro de 1963	Oitava Reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (22 págs)	Discussão acerca da disciplina da política de incentivos ao Setor Privado.
Recife, 13 de Dezembro de 1963	Quadragésima Terceira Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (28 págs)	Amplamente Relatório apresentado por Celso Furtado acerca das atividades da Secretaria-Executiva, referente as questões de Infra-estrutura de Energia, Transporte, a divisão de energia, os convênios assinados, ao projeto de abastecimento de água por carros tanques, o pré-investimento para aproveitamento de recursos naturais e humano, os investimentos de produção e o andamento das atividades de cooperação nacional.

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

Quadro 10 – Detalhes das Atas do ano de 1964

<b>Local e data da reunião</b>	<b>Título</b>	<b>Principais atividades</b>
Recife, 10 de Janeiro de 1964	Quadragésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (12 págs)	Apresentação realizada por Celso Furtado acerca de uma síntese das atividades do órgão durante o ano de 1963 nos moldes de uma análise retrospectiva.
Recife, 14 de Fevereiro de 1964	Quadragésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (23 págs)	Amplamente Relatório apresentado por Celso Furtado acerca das atividades da Secretaria-Executiva, referente as questões de Infra-estrutura de Energia, Transporte e também atualização dos recursos referentes aos convênios celebrados.
Recife, 24 de Fevereiro de 1964	Nona Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (15 págs)	Explicação de Celso Furtado sobre o Quadro de Pessoal da Sudene e da condição necessária para que um técnico possa permanecer no Nordeste com amplas perspectivas com meios de acesso aos níveis mais altos de sua carreira.
Recife, 4 de Março de 1964	Quadragésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (25 págs)	Amplamente Relatório apresentado por Celso Furtado acerca das atividades da Secretaria-Executiva, referente as questões de Infra-estrutura de Energia e Transportes, da divisão de energia, da divisão de transportes, da divisão de saneamento básico, do aproveitamento dos recursos naturais, da divisão de geologia das obras já concluídas, da liberação de recursos, da assinatura de novos convênios, do

programa de eletrificação rural etc.

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

## ANEXO 1 – Sessões e participantes da Sudene de Celso Furtado (1959 – 1964)

Quadro 11 – Sessões e Participantes do ano de 1959

<b>Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste</b>
Cid Feijó Sampaio (Presidente da Sessão e Governador de Pernambuco); Chagas de Rodrigues (Governador do Piauí); Assis Scaffa (Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas);(Representante das Forças Armadas); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francisco Mendes (Representante do Ministério da Fazenda); Henrique Cordeiro Oeste (Representante do governador de Alagoas); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)); José de Matos Carvalho (Governador do Maranhão); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); Josué Montelo (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Luiz Garcia (Governador de Sergipe); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); José Medeiros Vieira (Secretário da Sessão e Assessor Executivo da CODENO); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste).
<b>Segunda Sessão Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste</b>
Cid Feijó Sampaio (Presidente da Sessão e Governador de Pernambuco); Chagas de Rodrigues (Governador do Piauí); Assis Scaffa (Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas);(Representante das Forças Armadas); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francisco Mendes (Representante do Ministério da Fazenda); Henrique Cordeiro Oeste (Representante do governador de Alagoas); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)); José de Matos Carvalho (Governador do Maranhão); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); Josué Montelo (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Luiz Garcia (Governador de Sergipe); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Aluísio Alves (Representante do Governo do Rio Grande do Norte); José Medeiros Vieira (Secretário da Sessão e Assessor Executivo da CODENO); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste).
<b>Primeira Sessão da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste</b>
José Persival Barroso (Presidente da Sessão e Governador do Ceará); Augusto Lins e Silva (Representante do Ministério da Fazenda); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Chagas de Rodrigues (Governador do Piauí); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Garcia Netto (Representante do Governador do Sergipe); José Lopes de Andrade (Representante do Governo da Paraíba); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Aluísio Alves (Representante do Governo do Rio Grande do Norte); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governo do Estado de Alagoas).

**Segunda Sessão da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste**

Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governo do Estado de Alagoas); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Chagas de Rodrigues (Governador do Piauí); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Garcia Netto (Representante do Governador do Sergipe); José Lopes de Andrade (Representante do Governo da Paraíba); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Aluísio Alves (Representante do Governo do Rio Grande do Norte); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO).

**Terceira Sessão da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste**

José Parsifal Barroso (Presidente da Sessão e Governador do Ceará); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francisco Chagas de Rodrigues (Governador do Piauí); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Garcia Netto (Representante do Governador do Sergipe); José Lopes de Andrade (Representante do Governo da Paraíba); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Augusto Lins e Silva (Representante do ministério da Fazenda); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Aluísio Alves (Representante do Governador do Rio Grande do Norte); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador de Alagoas);

**Primeira Sessão da Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Nordeste**

Dinarte Mariz (Presidente da Sessão e Governador do Rio Grande do Norte); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Garcia Netto (Representante do Governador do Sergipe); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Augusto Lins e Silva (Representante do ministério da Fazenda); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador de Alagoas); José Mariotti Rebelo (Representante do Governador do Piauí); José Parsifal Barroso (Governador do Estado do Ceará); Aluísio Afonso Campos (Representante do Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco);

**Segunda Sessão da Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste**

Dinarte Mariz (Presidente da Sessão e Governador do Rio Grande do Norte); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Garcia Netto (Representante do Governador do Sergipe); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Augusto Lins e Silva (Representante do ministério da Fazenda); Osmário

Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador de Alagoas); José Mariotti Rebelo (Representante do Governador do Piauí); José Parsifal Barroso (Governador do Estado do Ceará); Aluísio Afonso Campos (Representante do Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco);

#### **Primeira Sessão da Terceira Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste**

Francisco Chagas de Rodrigues (Presidente da Sessão e Governador do Piauí); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); José Aloísio Campos (Representante do Governador do Sergipe); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Matos Carvalho (Governador do Maranhão); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Amadeus Martins (Representante do Governador do Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Assessor Especial do CODENO e Secretário da Sessão); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba);

#### **Segunda Sessão da Terceira Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste**

Francisco Chagas de Rodrigues (Presidente da Sessão e Governador do Piauí); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); José Aloísio Campos (Representante do Governador do Sergipe); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Matos Carvalho (Governador do Maranhão); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Amadeus Martins (Representante do Governador do Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Assessor Especial do CODENO e Secretário da Sessão); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba).

#### **Primeira Sessão da Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Nordeste**

Rômulo de Almeida (Presidente da Sessão e Representante do Governador da Bahia); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Ceará); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Oscar Espínola Guedes (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador do Estado de Alagoas); José Lopes de Andrade (Representante do Governador do Estado da Paraíba); Lael Sampaio (Representante do Governador do Estado de Pernambuco); João Machado Rolemberg Mendonça (Representante do Governador de Sergipe); José Mariotti de Lima Rebelo (Representante do Governador do Estado do Piauí).

#### **Segunda Sessão da Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Nordeste**

Rômulo de Almeida (Presidente da Sessão e Representante do Governador da Bahia); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Ceará); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Oscar Espínola Guedes (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador do Estado de Alagoas); José Lopes de Andrade (Representante do Governador do Estado da Paraíba); Lael Sampaio (Representante do Governador do Estado de Pernambuco); João Machado Rolemberg Mendonça (Representante do Governador de Sergipe); José Mariotti de Lima Rebelo (Representante do Governador do Estado do Piauí).

#### **Primeira Sessão da Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste**

Pedro Moreno Godim (Presidente da Sessão e Governador da Paraíba); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francico Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Francisco Chagas de Rodrigues (Governador do Piauí) Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José de Matos Carvalho (Governador do Maranhão); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Juraçy Magalhães (Governador da Bahia); Luiz Garcia (Governador de Sergipe); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Oscar Espínola Guedes (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador do Estado de Alagoas);

#### **Segunda Sessão da Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste**

Pedro Moreno Godim (Presidente da Sessão e Governador da Paraíba); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francico Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Francisco Chagas de Rodrigues (Governador do Piauí) Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); José Cândido Pessoa (Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Juraçy Magalhães (Governador da Bahia); Luiz Garcia (Governador de Sergipe); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Oscar Espínola Guedes (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador do Estado de Alagoas);

#### **Primeira Sessão da Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - 04 de Novembro de 1959**

José Guimarães Duque (Presidente da Sessão e Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); João Gomes Sobrinho (Representante do DNOCS) José Aloísio Campos (Representante do Governador do Sergipe); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); João Vicente de Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Lael Sampaio (Representante do Governo do Pernambuco); Mário Magalhães Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Oscar Espínola Guedes (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Pedro Alves Campelo (Representante do Ministério da Fazenda); Pedro Moreno Godim (Governador da Paraíba); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador do Estado de Alagoas);

**Segunda Sessão da Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - 04 de Novembro de 1959**

Pedro Moreno Godim (Presidente da Sessão e Governador da Paraíba); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); João Gomes Sobrinho (Representante do DNOCS) José Aloísio Campos (Representante do Governador do Sergipe); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); João Vicente de Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Lael Sampaio (Representante do Governo do Pernambuco); Mário Magalhães Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Oscar Espínola Guedes (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Pedro Alves Campelo (Representante do Ministério da Fazenda); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador do Estado de Alagoas); Assis Scaffa (Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco).

**Quinta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – 02 de Dezembro de 1959**

Juracy Magalhães (Presidente da Sessão e Governador da Bahia); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Parsifal Barroso (Governador do Ceará); Luiz Garcia (Governador de Sergipe); Ruy Ribeiro de Mesquita (Representante do Governador do Maranhão); Rômulo Romero Rangel (Representante do Governador da Paraíba); General Carlos Berenhauer Júnior (Representante do Governador do Rio Grande do Norte); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador de Alagoas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); José Guimarães Duque (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Coronel Afonso Augusto Albuquerque de Lima (Representante das Forças Armadas); Assis Scaffa (Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco); Celso Monteiro Furtado (Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Assessor Especial do CODENO); Desildo Pereira (Representante do Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas).

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

**Quadro 12 – Sessões e Participantes do ano de 1960**

**Primeira Sessão da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 16 de Fevereiro de 1960**

Dinarte Mariz (Presidente da Sessão e Governador do Rio Grande do Norte); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); João Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Mariotti Rebelo (Representante do Governador do Piauí); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Raimundo Martins da Silva (Representante do Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador do Estado de Alagoas); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Dalmo Leme Pregana (Representante do Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas); Aluísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); José Aloísio Campos (Representante do Governador do Estado de Sergipe); Rômulo Almeida (Representante do Estado da Bahia); Mário Magalhães da Silveira

(Representante do Ministério da Saúde).

**Segunda Sessão da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 16 de Fevereiro de 1960**

Dinarte Mariz (Presidente da Sessão e Governador do Rio Grande do Norte); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); João Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Mariotti Rebelo (Representante do Governador do Piauí); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); José Lopes de Andrade (Representante do Governador da Paraíba); Raimundo Martins da Silva (Representante do Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador do Estado de Alagoas); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Dalmo Leme Pregana (Representante do Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas); Aluísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); José Aloísio Campos (Representante do Governador do Estado de Sergipe); Rômulo Almeida (Representante do Estado da Bahia); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde).

**Terceira Sessão da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 16 de Fevereiro de 1960**

Dinarte Mariz (Presidente da Sessão e Governador do Rio Grande do Norte); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); João Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); José Lopes de Andrade (Representante do Governador da Paraíba); Raimundo Martins da Silva (Representante do Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Beroaldo Maia Gomes Rêgo (Representante do Governador do Estado de Alagoas); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Dalmo Leme Pregana (Representante do Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas); Aluísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); José Aloísio Campos (Representante do Governador do Estado de Sergipe); Rômulo Almeida (Representante do Estado da Bahia); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde).

**Primeira Sessão da Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 06 de Abril de 1960**

Sebastião Marinho Muniz Falcão (Presidente da Sessão e governador de Alagoas); Aluísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Cid Sampaio (Governador de Pernambuco); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Francisco das Chagas Rodrigues (Governador do Piauí); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); João Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); João Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José de Matos Carvalho (Governador do Maranhão); José Fernandes de Lima (Governador da Paraíba); José Freire de Carvalho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Parsifal Barros (Governador do Ceará); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); João Gomes Sobrinho (Representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

**Segunda Sessão da Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 06 de Abril de 1960**



Sebastião Marinho Muniz Falcão (Presidente da Sessão e governador de Alagoas); Aluísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Cid Sampaio (Governador de Pernambuco); Dinarte Mariz (Governador do Rio Grande do Norte); Francisco das Chagas Rodrigues (Governador do Piauí); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); João Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); João Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José de Matos Carvalho (Governador do Maranhão); José Fernandes de Lima (Governador da Paraíba); José Freire de Carvalho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Parsifal Barros (Governador do Ceará); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); João Gomes Sobrinho (Representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

**Primeira Sessão da Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 04 de Maio de 1960**

José Fernandes de Lima (Presidente da Sessão e Governador do Estado da Paraíba); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Coronel Afonso Augusto Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Francisco Alves de Andrade Castro (Representante do Governador do Ceará); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); João Inácio Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Dantas de Araújo (Representante do Governador do Rio Grande do Norte); José Eduardo Freire de Carvalho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Aluísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); José Aloísio de Campos (Representante do Estado de Sergipe); Francisco das Chagas Rodrigues (Governador do Estado do Piauí); Cid Feijó Sampaio (Governador do Estado de Pernambuco); João Gomes Sobrinho (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas).

**Segunda Sessão da Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 05 de Maio de 1960**

Osmar de Araújo Aquino (Presidente da Sessão e Representante do Estado da Paraíba); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Coronel Afonso Augusto Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Emiliano Macieira (Representante do Governador do Maranhão); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); João Inácio Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Dantas de Araújo (Representante do Governador do Rio Grande do Norte); José Eduardo Freire de Carvalho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Aluísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); José Aloísio de Campos (Representante do Estado de Sergipe); Francisco das Chagas Rodrigues (Governador do Estado do Piauí); Cid Feijó Sampaio (Governador do Estado de Pernambuco); João Gomes Sobrinho (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura).

**Primeira Sessão da Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 01 de Junho de 1960**

Samuel Vital Duarte (Presidente da Sessão e Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); José Antônio de Souza

Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Eduardo Freire de Carvalho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Ribamar Teixeira Leite (Representante do Governador do Maranhão); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osmar de Araújo Aquino (Representante do Governador da Paraíba); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Osvaldo Soares do Nascimento (Representante do Governador do Piauí); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); José Aloísio de Campos (Representante do Estado de Sergipe); João Gomes Sobrinho (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas); Francisco Alves de Andrade Castro (Representante do Governador do Ceará); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Saul Ildefonso de Azevedo (Representante do Banco do Brasil S/A);

#### **Segunda Sessão da Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 02 de Junho de 1960**

Samuel Vital Duarte (Presidente da Sessão e Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Fernando de Oliveira Mota (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Eduardo Freire de Carvalho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Ribamar Teixeira Leite (Representante do Governador do Maranhão); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osmar de Araújo Aquino (Representante do Governador da Paraíba); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Osvaldo Soares do Nascimento (Representante do Governador do Piauí); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); José Aloísio de Campos (Representante do Estado de Sergipe); João Gomes Sobrinho (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas); José Helito Pamplona (Representante do Governador do Ceará).

#### **Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 30 de Junho de 1960**

José Guimarães Duque (Presidente da Sessão e Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Estado do Ceará); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Ribamar Teixeira Leite (Representante do Governador do Maranhão); José Medeiros de Souza (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); José Vicente de Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Osmar de Araújo Aquino (Representante do Governador da Paraíba); Paulo Frederico Rego Maciel (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Raimundo Nonato Monteiro de Santana (Representante do Estado do Piauí); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e Secretário do Conselho Deliberativo da Sudene); José Aloísio Campos (Representante do Estado de Sergipe); José Mariotte Rebelo (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas); João Ignácio Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Saul Ildefonso de Azevedo (Representante do Banco do Brasil S/A).

#### **Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 01 de Julho de 1960**

Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Presidente da Sessão e Representante das Forças Armadas); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); João Inácio Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Vicente de Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Mário Magalhães da Silveira

(Representante do Ministério da Saúde); Paulo Frederico Rego Maciel (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); José Mariotte Rebelo (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas); José Hélio Pamplona (Representante do Governador do Ceará); José Medeiros de Souza (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); Raimundo Nonato Monteiro de Santana (Representante do Estado do Piauí); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); José Aloísio Campos (Representante do Estado de Sergipe); Emiliano dos Reis Gomes Macieira (Representante do Estado do Maranhão); Osmar de Araújo Aquino (Representante do Estado da Paraíba); Saul Ildefonso de Azevedo (Representante do Banco do Brasil S/A);

#### **Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 0 de Agosto de 1960**

Aluísio Afonso Campos (Presidente da Sessão e Representante do Banco do Brasil S/A); Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante das Forças Armadas); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); João Inácio Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Vicente de Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Paulo Frederico Rego Maciel (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); José Mariotte Rebelo (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Estado do Ceará); José de Ribamar Teixeira Leite (Representante do Governador do Maranhão); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Osvaldo Soares do Nascimento (Representante do Governador Piauí); Segismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio).

#### **Sétima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 02 de Setembro de 1960 (não teve a participação de Furtado)**

Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Presidente da Sessão e Representante das Forças Armadas); Fernando Gama (Representante do Governador de Alagoas); Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira (Superintendente-substituto da Sudene); João Inácio Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José de Ribamar Teixeira Leite (Representante do governador do Maranhão); José Medeiros de Souza (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); José Vicente de Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Paulo Frederico Rego Maciel (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Segismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); José Parcifal Barroso (Governador do Estado do Ceará); José Guimarães Duque (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas);

#### **Oitava Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 06 de Outubro de 1960**

Gilberto Freyre (Presidente da Sessão e Representante do Ministério da Educação e Cultura); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Estado do Ceará); Gilberto da Costa Carvalho (Representante do Ministério da Saúde); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); João Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José de Ribamar Teixeira Leite (Representante do Governador do Maranhão); José Guimarães Duque (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); José Pacheco Pimenta (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); Osmar de Araújo Aquino (Representante do Governador da Paraíba); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Reginaldo Santos Furtado (Representante do Governador do Piauí); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene).

#### **Nona Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 04 de Novembro de 1960**

João Ignácio de Ribeiro Roma (Presidente da Sessão e Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); General

Augusto Fragoso (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); José Medeiros de Souza (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); José Mariotte Rebelo (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Estado do Ceará); José de Ribamar Teixeira Leite (Representante do Governador do Maranhão); José Vicente de Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Antônio Germano Rodrigues (Representante do Estado de Pernambuco); Segismundo Cabral de Melo (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda);

#### **Décima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 07 de Dezembro de 1960**

José de Ribamar Teixeira Leite (Presidente da Sessão e Representante do Governador do Maranhão); General Augusto Fragoso (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Gabriel Barreto de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); João Ignácio Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); João Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Leonides Alves da Silva Filho (Representante do Governador do Piauí); Osmar de Araújo Aquino (Representante do Governador da Paraíba); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); José Medeiros de Souza (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); José Mariotte Rebelo (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Estado do Ceará).

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

#### **Quadro 13 – Sessões e Participantes do ano de 1961**

#### **Décima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - 09 de Janeiro de 1961**

José Fernandes de Lima (Presidente da Sessão e Governador da Paraíba); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Cássio Reis Costa (Representante do Governador do Maranhão); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); General Augusto Fragoso (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); João Ignácio Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Maiotte Rebelo (Representante do DNOCS); José Medeiros de Souza (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); José Vicente Oliveira de Martins (Representante do Governador da Bahia); Leonides Alves da Silva Filho (Representante do Governador do Piauí); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Segismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Aluizio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A e Presidente-substituto); José Aloísio de Campos (Representante do Estado de Sergipe).

#### **Segunda Sessão da Décima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 09 de Janeiro de 1961**

José Fernandes de Lima (Presidente da Sessão e Governador da Paraíba); Beroaldo Maia Gomes Rego (Representante do Governador de Alagoas); Cássio Reis Costa (Representante do Governador do Maranhão); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); General Augusto Fragoso (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); João Ignácio Ribeiro Roma (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Cavalcanti Neves (Representante do Ministério da Fazenda); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Maiotte Rebelo (Representante do DNOCS); José

Madeiros de Souza (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); José Vicente Oliveira de Martins (Representante do Governador da Bahia); Leonides Alves da Silva Filho (Representante do Governador do Piauí); Mário Magalhães da Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Segismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Aluizio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A e Presidente-substituto); José Aloísio de Campos (Representante do Estado de Sergipe).

**Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 03 de Maio de 1961**

Luiz Cavalcanti (Presidente da Sessão e Governador do Estado de Alagoas); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Antão Taumaturgo Castro Nogueira (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); General Augusto Fragoso (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Burnett da Silva (Representante do Governador do Maranhão); José Guimarães Duque (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); José Pacheco Pimenta (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); Luiz Garcia (Governador de Sergipe); Marcos Botelho (Representante do Ministério da Fazenda); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Aluizio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Celso Juarez de Lacerda (Representante do BNDE); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Diretor Geral do DNOCS); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); Leonides Alves da Silva Filho (Representante do Governo do Piauí); Rômulo de Almeida (Representante do Governador da Bahia); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social).

**Segunda Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 10 de Maio de 1961**

Juracy Magalhães (Presidente da Sessão e Governador da Bahia); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Antão Taumaturgo Castro Nogueira (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); General Augusto Fragoso (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Burnett da Silva (Representante do Governador do Maranhão); José Guimarães Duque (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); José Pacheco Pimenta (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); Luiz Garcia (Governador de Sergipe); Marcos Botelho (Representante do Ministério da Fazenda); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Aluizio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Francisco Chagas Rodrigues (Governador do Piauí); Lincoln Cavalcanti (Representante do Alagoas); Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Representante do Departamento Nacional de Obras contra as Secas); Wilson Gonçalves (Representante do Governo do Estado do Ceará);

**Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -09 de Junho de 1961**

General Augusto Fragoso (Presidente da Sessão e Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Bento Dantas (Representante do Ministério da Agricultura); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Diretor Geral do DNOCS); Geraldo José de Melo (Representante do Governador do Rio Grande do Norte); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governador do Maranhão); Jesus Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Vicente Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Lincoln Cavalcanti (Representante de Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Aluizio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A e Presidente-substituto); José Aloísio de Campos (Representante do Governo do Estado de Sergipe); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Carlos Frederico Maciel (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Celso Juarez de Lacerda (Representante do BNDE); José Hélio Pamplona (Representante do Governador do Ceará); José Pacheco Pimenta (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São

Francisco); Marcos Botelho (Representante do Ministério da Fazenda); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante do Governador da Paraíba); Segismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio).

**Décima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -04 de Julho de 1961**

José Aloísio Campos (Presidente da Sessão e Representante do Governo do Estado do Sergipe); Bento Dantas (Representante do Ministério da Agricultura); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Diretor Geral do DNOCS); Geraldo José de Melo (Representante do Governador do Rio Grande do Norte); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governador do Maranhão); Jesus Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Vicente Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Lincoln Cavalcanti (Representante de Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Aluizio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A e Presidente-substituto); José Aloísio de Campos (Representante do Governo do Estado de Sergipe); General Augusto Fragoso (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); João Gomes Sobrinho (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); Jonas Leites Chaves (Representante do Governador da Paraíba); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); Samuel Vital Duarte (Representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social).

**Décima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -02 de Agosto de 1961 (não teve a participação de Furtado)**

Gilberto Freyre (Presidente da Sessão e Representante do Ministério da Educação e Cultura); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Diretor Geral do DNOCS); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); Lincoln Cavalcanti (Representante de Alagoas); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante do Governador da Paraíba); Segismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e Presidente-substituto); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Francisco Oliveira (Superintendente-substituto da SUDENE); Geraldo José de Melo (Representante do Governador do Rio Grande do Norte); José Guimarães Duque (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Sylvio Sobral Santos (Representante do Governador de Sergipe).

**Décima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -09 de Setembro de 1961**

Celso Juarez de Lacerda (Presidente da Sessão e Representante do BNDE); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima (Diretor Geral do DNOCS); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Lincoln Cavalcanti (Representante de Alagoas); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante do Governador da Paraíba); Segismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e Presidente-substituto); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Antônio Tavares de Bragança (Representante-substituto do Governador de Sergipe); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); João Nely de Menezes Regis (Representante-substituto da Comissão do Vale do São Francisco); José Costa Porto (Representante do Banco do Brasil S/A); Thomas Pompeu de Souza Brasil Netto (Representante-substituto do Governador do Ceará).

**Terceira Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 15 de Setembro de 1961**

Cid Feijó Sampaio (Presidente da Sessão e Governador de Pernambuco); Alfonso Augusto de Albuquerque Lima (Diretor Geral do DNOCS); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Aluisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Aluisio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (Governador do Piauí); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governador do

Maranhão); João Nelly de Menezes Regis (Representante-substituto da Comissão do Vale do São Francisco); José da Costa Porto (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José Vicente Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia); Manoel de Rezende Pacheco (Representante de Sergipe); Marcos Botelho (Representante do Ministério da Fazenda); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura e Presidente-substituto); Sigismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene).

**Décima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -04 de Outubro de 1961 (não teve a participação de Furtado)**

José da Costa Porto (Presidente da Sessão e Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Aloysio Sanches de Almeida ) Representante do Ministério da Saúde; José Aloísio Campos (Representante de Sergipe e Presidente-Substituto); Leonides Alves da Silva Filho (Representante do Governo do Piauí); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante do Governador da Paraíba); Sigismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho); Tenente Coronel Samuel Afonso Alves Correia (Representante do DNOCS); Teotônio Brandão Vilela (Representante de Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Aluisio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Francisco Oliveira (Superintendente-substituto da SUDENE); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governador do Maranhão); João Nelly de Menezes Regis (Representante-substituto da Comissão do Vale do São Francisco); José Vicente Oliveira Martins (Representante do Governador da Bahia).

**Décima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -04 de Outubro de 1961**

Newton Belo (Presidente da Sessão e Governador do Maranhão); Aloysio Sanches de Almeida ) Representante do Ministério da Saúde; José Aloísio Campos (Representante de Sergipe); Leonides Alves da Silva Filho (Representante do Governo do Piauí); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante do Governador da Paraíba); Sigismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho); Tenente Coronel Samuel Afonso Alves Correia (Representante do DNOCS); Teotônio Brandão Vilela (Representante de Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Aluisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Carlos Frederico Maciel (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Francisco Alves de Andrade e Castro (Representante do Governador do Ceará); Joaquim Inácio Tosta Filho (Representante do Governo da Bahia e Presidente-substituto); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José de Anchieta Espínola Pinto Coelho (Representante do Rio Grande do Norte); Leocádio Antunes (Representante do BNDE).

**Décima Nona Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -06 de Dezembro de 1961**

Pedro Moreno Gondim (Presidente da Sessão e Governador da Paraíba); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Armando Viana de Castro (Representante da Bahia); Sigismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho); Teotônio Brandão Vilela (Representante de Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Conselho Deliberativo da Sudene); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho (Representante do Ministério da Fazenda); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governador do Maranhão); João Gomes Sobrinho (Representante da Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco); José Aloísio de Campos (Representante do Sergipe); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Joaquim Bentes (Representante do DNOCS e Presidente-substituto); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); Leonides Alves da Silva Filho (Representante do Governo do Piauí); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura).

Quadro 14 – Sessões e Participantes do ano de 1962

**Vigésima Reunião Ordinária do Conselhos Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 10 de Janeiro de 1962**

Aluísio Alves (Presidente da Sessão e Governador do Rio Grande do Norte); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Aluisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Ari de Sá Cavalcante (Representante do Governador do Ceará); Arilo Osório de Souza (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Cíbilis da Rocha Viana (Representante do BNDE); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governador do Maranhão); Joaquim Inácio Tosta Filho (Representante da Bahia); Joaquim José Bentes Rodrigues Collares (Representante do DNOCS); José Aloísio de Campos (Representante do Governador de Sergipe); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José da Costa Porto (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A e Presidente-substituto); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); Lincoln Cavalcanti (Representante do Governador de Alagoas); Marcos Botelho (Representante do Ministério da Fazenda); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Osvaldo Ribeiro de Almeida (Representante do Governador do Piauí); Paulo Emílio Lustosa Cabral (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Sigismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

**Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselhos Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 07 de Fevereiro de 1962**

Tosta Filho (Presidente da Sessão e Representante do Governo do Estado da Bahia); Antônio Germano Rodrigues (Representante de Pernambuco); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); Clidenor do Egito Araújo (Representante da Paraíba); Dalmo Leme Pragna (Representante do DNOCS); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Ivan Macêdo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governador do Maranhão); José Aloísio de Campos (Representante do Governador do Sergipe); José Guimarães Duque (Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); General José Sinval Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Luiz Vicente Belford de Ouro Preto (Representante do Ministério da Fazenda); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Osvaldo Ribeiro de Almeida (Representante do Governador do Piauí); Salvador Eugênio Glammussu (Representante de Alagoas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

**Vigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselhos Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 14 de Março de 1962**

José Sinval Lindemberg (Presidente da Sessão e Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Aluisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Cíbilis da Rocha Viana (Representante do BNDE); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Sudene); Francisco Nelson Chaves (Representante do Ceará); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Ivan Macêdo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); Joaquim José Bentes Rodrigues Collares (Representante do DNOCS); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José da Costa Porto (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Leonides Alves da Silva Filho (Representante do Governador do Piauí); Lincoln Cavalcanti (Representante do Governador de Alagoas); Marcos Botelho (Representante do Ministério da Fazenda); Murilo Monjardim Ayres (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Sigismundo Cabral (Representante do Ministério do Trabalho); Yvam Maia Fachinetti (Representante do Governo da Bahia); Osmário Alifait Lacet (Secretário do Condel da Sudene).

**Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselhos Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 04 de Abril de 1962**

Gilberto Freyre (Presidente da Sessão e Representante do Ministério da Educação e Cultura); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Aluisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Andre Franco Montoro (Ministro do Trabalho e Previdência Social); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da



Sudene); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Ivan Macêdo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); Ivan Maia Fachineti (Representante da Bahia); Joaquim José Bentes Rodrigues Collares (Representante do DNOCS); José Aloísio de Campos (Representante do Governador de Sergipe); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); José Costa Porto (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); José de Magalhães Pinto (Governador de Minas Gerais); José Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); Licoln Cavalcanti (Representante do Governador de Alagoas); Marcos Botelho (Representante do Ministério da Fazenda); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário do Condell da Sudene).

**Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 09 de Maio de 1962 (não teve a participação de Furtado)**

Juracy Magalhães (Presidente da Sessão e Governador da Bahia); Aluísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Blair Chagas Bicalho (Representante de Minas Gerais); Chagas Rodrigues (Governador do Piauí); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Cleantho de Paiva Leite (Representante do BNDE); Francisco Nelson Chaves (Representante do Ceará); Francisco Oliveira (Superintendente-substituto da SUDENE); General José Sinval Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Ivan Macêdo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governador do Maranhão); Joaquim José Bentes Rodrigues Collares (Representante do DNOCS); José Aloísio de Campos (Representante do Governador de Sergipe); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Pública); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Luiz Cavalcanti (Governador de Alagoas); Marcos Botelho (Representante do Ministério da Fazenda); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário do Condell da Sudene).

**Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 11 de Maio de 1962**

José Sinval Lindemberg (Presidente da Sessão e Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Blair Chagas Bicalho (Representante de Minas Gerais); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Cibílis da Rocha Viana (Representante do BNDE e Presidente-substituto); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); Ivan Macêdo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); Ivan Maia Fachineti (Representante da Bahia); Joaquim José Bentes Rodrigues Collares (Representante do DNOCS); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Pública); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); José Aloísio de Campos (Representante do Governador de Sergipe); Luiz Cavalcanti (Governador de Alagoas); Manoel Leão Filho (Representante do Rio Grande do Norte); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condell da Sudene).

**Quinta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 15 de Maio de 1962**

Leocádio Antunes (Presidente da Sessão e Representante do BNDE); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Aloísio Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Antônio Gomes de Barros (Representante de Alagoas); Apolônio Sales (Representante da CHESF); Armando Monteiro Filho (Ministro da Agricultura); Blair Chagas Bicalho (Representante de Minas Gerais); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Cid Feijó Sampaio (Governador de Pernambuco); General José Sinval Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Ivan Maia Fachinetti (Representante da Bahia); João Batista de Aguiar (Representante do Ceará); Coronel Joaquim José Bentes Rodrigues Collares (Representante do DNOCS); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Ramalho Burnett (Representante do Maranhão); Luís Garcia (Governador de Sergipe); Pedro Moreno Gondim (Governador de Paraíba); Virgílio Távora (Ministro de Viação e Obras Públicas); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condell da Sudene).

**Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 04 de Junho de 1962**

Francisco Nelson Chaves (Presidente da Sessão e Representante do Estado do Ceará); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Antônio Germano Rodrigues (Representante de Pernambuco); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Custódio M. de Castro (Representante de Minas Gerais); Dalmo Leme Pragana (Representante do DNOCS); General José Sinval Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Ivan Macêdo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); Ivan Maia Fachinetti (Representante da Bahia); José Aloísio de Campos (Representante do Governador de Sergipe); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Pública); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José de Melo Gomes (Representante de Alagoas); Manoel Leão Filho (Representante do Rio Grande do Norte); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante da Paraíba); Sebastião Barreto de Campello (Representante do Ministério do Trabalho); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

**Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 04 de Julho de 1962**

Coronel Joaquim José Bentes Collares (Presidente da Sessão e Representante do DNOCS); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Cíbilis da Rocha Viana (Representante do BNDE); Ebenezer Furtado Gueiros (Representante do CHESF); Francisco Nelson Chaves (Representante do Ceará); General José Sinval Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Joaquim José Bentes Rodrigues Collares (Representante do DNOCS); José Aloísio de Campos (Representante do Governador de Sergipe); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Pública); José Carlos Valle de Lima (Representante de Minas Gerais); Lincoln Cavalcante (Representante do Governador de Alagoas); Manoel Leão Filho (Representante do Rio Grande do Norte); Murilo Monjardim Ayres (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Sebastião Barreto de Campello (Representante do Ministério do Trabalho); Yvan Maia Fachinetti (Representante do Governador da Bahia); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

**Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 01 de Agosto de 1962**

José da Costa Porto (Presidente da Sessão e Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Aloísio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Blair Chagas Bicalho (Representante de Minas Gerais); Carlos Frederico de Rêgo Maciel (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Clidenor do Egito Araújo (Representante da Paraíba); Coronel Joaquim José Bentes Rodrigues Collares (Representante do DNOCS); Ebenezer Furtado Gueiros (Representante da CHESF); Francisco Nelson Chaves (Representante do Ceará); General José Sinval Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governador do Maranhão); José Aloísio de Campos (Representante do Governador de Sergipe); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de Pernambuco); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Pública); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Lincoln Cavalcanti (Representante do Governador de Alagoas); Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira (Representante do Governador do Piauí); Marcos Botelho (Representante do Ministério da Fazenda); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Sebastião de Araújo Barreto Campello (Representante do Ministério do Trabalho); Yvan Maia Fachinetti (Representante do Governador da Bahia); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

**Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 05 de Setembro de 1962**

Blair Chagas Bicalho (Presidente da Sessão e Representante de Minas Gerais); Aloísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Carlos Frederico de Rêgo Maciel (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Francisco Nelson Chaves (Representante do Ceará); General José Sinval Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Genival Barbosa Guimarães (Representante do DNOCS); Héder Jorge Ázar (Representante do Maranhão); Ib Gatto Falcão (Representante de Alagoas); José Aloísio de Campos (Representante do Governador de Sergipe); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governador de

Pernambuco); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Pública); José da Costa Porto (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Osvaldo Ribeiro de Almeida (Representante do Governador do Piauí); Sebastião de Araújo Barreto Campello (Representante do Ministério do Trabalho); Yvan Maia Fachinetti (Representante do Governador da Bahia); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

**Sexta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 19 de Setembro de 1962 (não teve a participação de Furtado)**

Pedro Moreno Gondim (Presidente da Sessão e Governador da Paraíba); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Antônio Dias Leite (Representante do Governo do Maranhão); Antônio Germano Rodrigues (Representante do Governo de Pernambuco); Blair Chagas Bicalho (Representante de Minas Gerais); Carlos Frederico de Rêgo Maciel (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Ebenezer Furtado Gueiros (Representante da CHESF); Francisco de Oliveira (Superintendente-substituto da SUDENE); General José Sinval Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Genival Barbosa Guimarães (Representante do DNOCS); Genival de Almeida Santos (Representante do BNDE); Ib Gatto Falcão (Representante do Governo de Alagoas); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Pública); José da Costa Porto (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); José Parsifal Barroso (Governador do Ceará); Manoel Resende Pacheco (Representante do Governo de Sergipe); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura); Osvaldo Ribeiro de Almeida (Representante do Governo do Piauí); Paulo Natal Selva (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Sebastião Araújo Barreto Campello (Representante do Ministério do Trabalho); Yvan Maia Fachinetti (Representante do Governador da Bahia); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

**Vigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 15 de Outubro de 1962**

José Aristóbulo de Castro Figueiras (Presidente da Sessão e Representante do Ministério de Viação e Obras Pública); General José Sinval Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Blair Chagas Bicalho (Representante do Governo de Minas Gerais); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da Sudene); Antônio Germano Rodrigues (Representante do Governo de Pernambuco); Carlos Frederico de Rêgo Maciel (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Ivan Macêdo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Sebastião Araújo Barreto Campello (Representante do Ministério do Trabalho); Genival Barbosa Guimarães (Representante do DNOCS); Ib Gatto Falcão (Representante do Governo de Alagoas); José Aloísio de Campos (Representante do Governo de Sergipe); Manoel Leão Filho (Representante do Governo do Rio Grande do Norte); Francisco Nelson Chaves (Representante do Governo do Ceará); Yvan Maia Fachinetti (Representante do Governo da Bahia); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

**Trigésima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 05 de Novembro de 1962**

Genival de Almeida Santos (Presidente da Sessão e Representante do BNDE); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Celso Monteiro Futado (Superintendente da SUDENE); Antônio Germano Rodrigues (Representante do Governo de Pernambuco); Carlos Frederico de Rêgo Maciel (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Ivan Macêdo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Pública); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Sebastião Araújo Barreto Campello (Representante do Ministério do Trabalho); Coronel Arilo Osório de Sousa (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Francisco Nelson Chaves (Representante do Governo do Ceará); Jayme Augusto Guimarães (Representante do Governo da Bahia); João Costa Lima (Representante do Ministério da Agricultura); Manoel de Resende Pacheco (Representante do Governo de Sergipe); Sebastião Araújo Barreto Campello (Representante do Ministério do Trabalho); Clóvis Chagas Aroucha (Representante do DNOCS); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

**Trigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 03 de Dezembro de 1962**

José Parsifal Barroso (Presidente da Sessão e Governador do Ceará); Aloisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Aloísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Genival de Almeida Santos (Representante do BNDE); Genival Barbosa Guimarães (Representante do DNOCS); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Ib Gatto Falcão (Representante do Governo de Alagoas); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governo do Maranhão); José Aloisio de Campos (Representante do Governo de Sergipe); José Antônio de Souza Leão (Representante do Governo de Pernambuco); José Arruda de Albuquerque (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Nelson Melo de Souza (Representante do Ministério do Trabalho); Osvaldo Ribeiro de Almeida (Representante do Governo do Piauí); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Coronel Arilo Osório de Sousa (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Jayme Augusto Guimarães (Representante do Governo da Bahia); José Aristóbulo de Castro Figueiras (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); João Costa Lima (Representante do Ministério da Agricultura); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do Condel da Sudene).

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

#### Quadro 15 – Sessões e Participantes do ano de 1963

##### **Trigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 09 de Janeiro de 1963**

Cid Sampaio (Presidente da Sessão e Governador de Pernambuco); Aluisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Francisco Nelson Chaves (Representante do Ceará); General José Sinval Monteiro Lindemberg (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas e Presidente-substituto); Genival de Almeida Santos (Representante do BNDE); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Hilton AHIRAN da Silveira (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Ivan Macedo Melo (Representante da CHESF); Ivan Maia Fachinetti (Representante da Bahia); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Lincoln Cavalcante (Representante de Alagoas); Manoel Vilaça (Representante do Rio Grande do Norte); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE);

##### **Trigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 06 de Fevereiro de 1963**

Miguel Arraes de Alencar (Presidente da Sessão e Governador de Pernambuco); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Coronel Arilo Osório de Souza (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Custódio Rezende Monteiro de Castro (Representante do Governo de Minas Gerais); Domingos Lavigne de Lemos (Representante do Ministério da Saúde); Ebenezer Furtado Gueiros (Representante da CHESF); Francisco Nelson Chaves (Representante do Ceará); Genival de Almeida Santos (Representante do BNDE) Genival Barbosa Guimarães (Representante do DNOCS); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Hilton AHIRAN da Silveira (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governo do Maranhão); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Lincoln Cavalcante (Representante de Alagoas); Manoel Vilaça (Representante do Rio Grande do Norte); Aloisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Osvaldo Bastos de Menezes (Representante do Ministério da Agricultura e Presidente-substituto); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE);

##### **Trigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 06 de Março de 1963 (não teve a participação de Furtado)**

Seixas Dória (Presidente da Sessão e Governador de Sergipe); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Augusto Elysio do Nascimento Wanderley Filho (Representante de Pernambuco); Blair Chagas Bicalho (Representante de Minas Gerais); Carlos Frederico Rego Maciel (Representante do MEC); Cláudio Reverón Osio (Representante do Departamento de Planificação Regional da Venezuela); Clidenor do Egito Araújo (Representante da Paraíba); José Antônio Riugeles (Secretário Executivo da Comissão Promotora do Desenvolvimento

dos Andes – Venezuela); José Gayoso Freitas (Representante do Piauí); Coronel Arilo Osório de Souza (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Ebenezer Furtado Gueiros (Representante da CHESF); Francisco Nelson Chaves (Representante do Ceará); Genival Barbosa Guimarães (Representante do DNOCS); Hilton AHIRAN da Silveira (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governo do Maranhão); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Manoel Vilaça (Representante do Rio Grande do Norte); Aloisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Yvan Maia Fachinetti (Representante da Bahia); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE);

**Trigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 10 de Abril de 1963**

Ernane Galvêas (Presidente da Sessão e Representante do Ministério da Fazenda); Aluisio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Clidenor do Egito Araújo (Representante da Paraíba); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); General Arnaldo Augusto de Matta (Representante do Estado Maior das Forças Armadas e Presidente Substituto); Francelino Pereira dos Santos (Representante de Minas Gerais); Ivan Macedo Melo (Representante da CHESF); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governo do Maranhão); José Lopes dos Santos (Representante do Piauí); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Lomanto Júnior (Governador da Bahia); Genival Barbosa Guimarães (Representante do DNOCS); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Hilton AHIRAN da Silveira (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Manoel Rezende Pacheco (Representante de Sergipe); Miguel Arraes de Alencar (Governador de Pernambuco); Teotônio Vilela (Representante de Alagoas); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE);

**Trigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 03 de Maio de 1963**

Virgílio Távora (Presidente da Sessão e Governador do Ceará); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde); Apolônio Jorge de Farias Sales (Representante da CHESF e Presidente-substituto); Custódio Resende Monteiro de Castro (Representante do Governo de Minas Gerais); Isa Rondon Lima Verde (Representante da CVSF); José Medrado (Representante da Bahia); José Ribamar Seguius (Representante do Maranhão); Lincoln Cavalcante (Representante de Alagoas); Manoel Cordeiro Vilaça (Representante do Rio Grande do Norte); Newton Vieira Rique (Representante do BNDE); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); General Arnaldo Augusto de Matta (Representante do Estado Maior das Forças Armadas e Presidente Substituto); Genival Barbosa Guimarães (Representante do DNOCS); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Hilton AHIRAN da Silveira (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Manoel Rezende Pacheco (Representante de Sergipe); Miguel Arraes de Alencar (Governador de Pernambuco); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE);

**Trigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 05 de Junho de 1963**

Petrônio Portela (Presidente da Sessão e Governador do Piauí); Aluisio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Augusto Elísio do Nascimento Wanderley Filho (Representante de Pernambuco); Camillo de Oliveira Penna (Representante de Minas Gerais); Clidenor do Egito Araújo (Representante da Paraíba); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Ebenezer Furtado Gueiros (Representante da CHESF); Evaldo Cirne Marques (Representante da CVSF); General Arnaldo Augusto de Matta (Representante do Estado Maior das Forças Armadas); Genival Barbosa Guimarães (Representante do DNOCS); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Hilton AHIRAN da Silveira (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governo do Maranhão); Lincoln Cavalcante (Representante de Alagoas); José Medrado (Representante da Bahia); Manoel Cordeiro Vilaça (Representante do Rio Grande do Norte); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Aloysio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde e Presidente-substituto); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE);

**Trigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 04 de Julho de 1963**

Genival Barbosa Guimarães (Presidente da Sessão e Representante do DNOCS); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Aluísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Augusto Elísio do Nascimento Wanderley Filho (Representante de Pernambuco); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); General Arnaldo Augusto de Matta (Representante do Estado Maior das Forças Armadas); Francisco de Salles B.Ferreira (Representante do Maranhã); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Hilton Ahiran da Silveira (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Ivan Macedo Melo (Representante da CHESF); José Medrado (Representante da Bahia); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Pires Gayoso de Freitas (Representante do Piauí); Manoel de Resende Pacheco (Representante de Sergipe); Marcos Bernardes de Melo (Representante de Alagoas); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Aloisio Sanches de Almeida (Representante do Ministério da Saúde e Presidente-substituto); Pedro Moreno Gondim (Governador da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE);

**Sétima Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 27 de Julho de 1963**

José Pacheco Pimenta (Presidente da Sessão e Representante da CVSF); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Aluísio Frogo Costa (Representante do Ministério da Agricultura); Apolônio Jorge de Farias Sales (Representante da CHESF e Presidente Substituto); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Clóvis Chagas Aroucha (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Ernane Galvêas (Representante do Ministério da Fazenda); General Arnaldo Augusto da Matta (Representante do EMFA); Genival Barbos Guimarães (Representante do DNOCS); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Ib Gatto Falcão (Representante de Alagoas); Idalmo Mourão (Representante de Minas Gerais); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governo do Maranhão); João de Seixas Dória (Governador de Sergipe); José Medrado (Representante da Bahia); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Tem. Cel. Jayme A Da Costa e Silva (Governador do Território Federal de Fernando de Noronha); Aloísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE).

**Trigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 14 de Agosto de 1963**

Lomanto Júnior (Presidente da Sessão e Governador da Bahia); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Aluísio Fragoso Costa (Representante do Ministério da Agricultura); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Ebenezer Furtado Gueiros (Representante da CHESF); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Helder Jorge Azar (Representante do Maranhão); Hilton Ahiran da Silveira (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Ib Gatto Falcão (Representante de Alagoas); João Gomes Sobrinho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Carlos Vale de Lima (Representante de Minas Gerais); José Pires Gayoso de A. Freitas (Representante do Piauí); Aloísio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Major Raimundo Saraiva Martins (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Manoel Resende Pacheco (Representante de Sergipe); José Ribeiro de Lyra (Representante do BNDES); Manoel Martins de Ataíde (Representante do DNOCS); Miguel Arraes de Alencar (Governador de Pernambuco); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Pedro Borges (Representante do Ministério da Saúde); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante da Paraíba); Ten. Cel. Jayme A. da Costa e Silva (Governador do Território Federal de Fernando de Noronha); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE).

**Quadragésima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 04 de Setembro de 1963**

Hilton Ahiran da Silveira (Presidente da Sessão e Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Aluísio Fragoso Costa (Representante do Ministério da Agricultura); André Gadelha (Representante da Paraíba); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Ebenezer Furtado Gueiros (Representante da CHESF); General Arnaldo Augusto da Matta (Representante do EMFA); Adalberto Alexandrino Correia Lima (Representante do Piauí); José Medrado (Representante da Bahia); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); José Ribeiro de Lyra (Representante do BNDES); José Ribeiro Quadros (Representante do Maranhão); Manoel Martins de Ataíde (Representante do DNOCS); Miguel Arraes de Alencar (Governador de Pernambuco); Paulo Barreto de Meneses (Representante de Sergipe); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Osmário Alifait Lacet

(Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE).

**Quadragesima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 09 de Outubro de 1963**

Newton Vieira Rique (Presidente da Sessão e Representante do BNDES); Aluísio Fragoso Costa (Representante do Ministério da Agricultura); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); General Arnaldo Augusto da Matta (Representante do EMFA); Genival Barbosa Guimarães (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Ib Gatto Falcão (Representante de Alagoas); Ivan Macedo Melo (Representante da CHESF); Jesus Neves Ribeiro (Representante do Governo do Maranhão); José Medrado (Representante da Bahia); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Pires Gayoso de A. Freitas (Representante do Piauí); Major Luiz Armando Gondim Guimarães (Representante do Território Federal de Fernando de Noronha); Manoel Resende Pacheco (Representante de Sergipe); Aluísio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Wando Borges (Representante de Minas Gerais); Miguel Arraes de Alencar (Governador de Pernambuco); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante da Paraíba); Sandoval Sá (Representante do DNOCS); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE).

**Quadragesima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 06 de Novembro de 1963**

Pedro Moreno Gondim (Presidente da Sessão e Governador da Paraíba); Aluísio Fragoso Costa (Representante do Ministério da Agricultura); Antônio Lomato Júnior (Governador da Bahia); Blair Chagas Bicalho (Representante de Minas Gerais); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); General Arnaldo Augusto da Matta (Representante do EMFA); Genival Barbosa Guimarães (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Ib Gatto Falcão (Representante de Alagoas); Ivan Macedo Melo (Representante da CHESF); João Gomes Sobrinho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Luiz Rabelo Leite (Representante de Sergipe); Manoel Cordeiro Villaça (Representante do Rio Grande do Norte); Manoel Martins de Ataíde (Representante do DNOCS); Mário Magalhães Silveira (Representante do Ministério da Saúde); Ten. Cel. Jayme A. da Costa e Silva (Governador do Território Federal de Fernando de Noronha); Miguel Arraes de Alencar (Governador de Pernambuco); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Adalberto A. Correia Lima (Representante do Governo do Estado do Piauí); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE).

**Oitava Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 20 de Novembro de 1963**

Raul Barbosa (Presidente da Sessão e Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Francelino Pereira Santos (Representante de Minas Gerais); General Arnaldo Augusto da Matta (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Genival Barbosa Guimarães (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério de Educação e Cultura); Ib Gatto Falcão (Representante de Alagoas); Ivan Macedo Melo (Representante da CHESF); João Gomes Sobrinho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Medrado (Representante da Bahia); José Pires Gayoso A. Freitas (Representante do Piauí); Luís Armando Gondim (Representante do Território de Fernando de Noronha); Manoel Martins de Ataíde (Representante do DNOCS); Manoel Rezende Pacheco (Representante de Sergipe); Manoel Vilaça (Representante do Rio Grande do Norte); Miguel Arraes de Alencar (Governador de Pernambuco); Murilo de Berredo Matins (Representante do Maranhão); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Aluísio Fragoso Costa (Representante do Ministério da Agricultura); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE).

**Quadragesima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 13 de Dezembro de 1963**

Aluisio Afonso Campos (Presidente da Sessão e Representante do Banco do Brasil S/A); Adalberto Alexandrino Correia Lima (Representante do Piauí); Augusto Elísio do Nascimento Wanderley Filho (Representante de Pernambuco); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Ebenezer Furtado Gueiros (Representante da CHESF); Ernesto Saboya (Representante do BNDE); General Arnaldo Augusto da Matta (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); Genival Barbosa Guimarães (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Gilberto Freyre

(Representante do Ministério de Educação e Cultura); Jaime Augusto da Costa e Silva (Governador do Território de Fernando de Noronha); João Ferreira Mulatinho (Representante do DNOCS); João Gomes Sobrinho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); José Costa Porto (Representante do BNB); Lincoln Cavalcante (Representante de Alagoas); Luiz Rabelo Leite (Representante de Sergipe); Manoel Cordeiro Villaça (Representante do Rio Grande do Norte); Newton de Barros Bello (Governador do Maranhão); Roberto Teixeira Campos (Representante de Minas Gerais); José Medrado (Representante da Bahia); Virgílio Tavora (Governador do Ceará); Aluísio Fragoso Costa (Representante do Ministério da Agricultura); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante da Paraíba); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE).

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>

#### Quadro 16 – Sessões e Participantes do ano de 1964

##### **Quadragesima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 10 de Janeiro de 1964**

Mário Magalhães da Silveira (Presidente da Sessão e Representante do Ministério da Saúde); Luiz Armando Gondim Guimarães (Representante do Território de Fernando de Noronha); Virgílio Távora (Representante do Ceará); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Luiz Rabelo Leite (Representante do Governo de Sergipe); Aloísio Fragoso Costa (Representante do Ministério da Agricultura); Gernival Barbosa Guimarães (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Afrânio Salgado Lages (Representante do Governo de Alagoas); João Batista Ferreira Mulatinho (Representante do DNOCS); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Vanildo Alves de Moura (Secretário da Sessão e Substituto do Conselho Deliberativo da SUDENE);

##### **Quadragesima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 14 de Fevereiro de 1964**

Afrânio Salgado Lages (Presidente da Sessão e Representante do Governo de Alagoas); Luiz Armando Gondim Guimarães (Representante do Território de Fernando de Noronha); Virgílio Távora (Representante do Ceará); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil); Luiz Rabelo Leite (Representante do Governo de Sergipe); Aloísio Fragoso Costa (Representante do Ministério da Agricultura); Gernival Barbosa Guimarães (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); João Batista Ferreira Mulatinho (Representante do DNOCS); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Raymundo Saraiva Martins (Representante do Estado-Maior das Forças Armadas); João Gomes Sobrinho (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Raimundo Nonato Monteiro de Santana (Representante do Governo do Piauí); Aluizio Alves (Governador do Rio Grande do Norte); Lomanto Júnior (Governador da Bahia); Ronald de Queiroz Fernandes (Representante do Governo da Paraíba); Ivan Macedo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); Miguel Arraes Alencar (Governador de Pernambuco); Aluizio Afonso Campos (Representante do Banco do Brasil S/A); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE).

##### **Nona Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 24 de Fevereiro de 1964**

Aluísio Afonso Campos (Presidente da Sessão e Representante do Banco do Brasil S/A); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); Aluísio Fragoso Costa (Representante do Ministério da Agricultura); José Medrado (Representante do Governo da Bahia); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Manoel Cordeiro Villaça (Representante do Governo do Rio Grande do Norte); Luiz Rabelo Leite (Representante do Governo do Sergipe); Evaldo Marques (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Ivan Macedo Melo (Representante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco); Genival Barbosa Guimarães (Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas); João Batista Mulatinho (Representante do DNOCS); Ronald Queiroz Fernandes (Representante do Governo da Paraíba); Miguel Arraes de Alencar (Governador de Pernambuco); José Pelúcio Ferreira (Representante do BNDE); Afrânio Salgado Lages (Representante do Governo do Estado de Alagoas); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Osmário Alifait Lacet (Secretário da Sessão e do CONDEL da SUDENE).



**Quadragésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – 04 de Março de 1964**

Aluísio Fragoso Costa (Presidente da Sessão e Representante do Ministério da Agricultura); Celso Monteiro Furtado (Superintendente da SUDENE); José Medrado (Representante do Governo da Bahia); José Pacheco Pimenta (Representante da Comissão do Vale do São Francisco); Gilberto Freyre (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Luiz Armando Gondim Guimarães (Representante do Governo do Território de Fernando de Noronha); Manoel Martins de Athayde (Representante do DNOCS); Augusto Wanderley Filho (Representante do Governo de Pernambuco); Raul Barbosa (Representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A); Virgílio Távora (Governador do Ceará); Adalberto Correia Lima (Representante do Governo do Estado do Piauí); Vanildo Alves de Moura (Secretário da Sessão e Substituto do Conselho Deliberativo da Sudene);

Fonte: Adaptado a partir de <http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>